

NOVEMBRO - DEZEMBRO/2002 - JANEIRO/2003 N°67 R\$8.00

# Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

O PCdoB cresceu nas eleições 2002

# NASCE UM NOVO BRASIL

O significado da eleição de Lula e a responsabilidade para consolidar o governo da mudança



Desafios  
do Governo  
**Renato Rabelo**

Defesa  
Nacional  
**Luiz Toledo Machado**

A vitória  
de Lula  
**José Luis Fiori**



Não use drogas.



# Projeto Sementinha. Plantando o futuro de 1.764 crianças.

Santo André conquistou um programa capaz de oferecer educação até fora da sala de aula. É o Projeto Sementinha, que vem educando crianças de 4 a 6 anos que não eram atendidas pela rede de ensino. Oferecendo Cursos de Capacitação para pessoas da própria comunidade, a Prefeitura formou educadores populares, que recebem um salário-mínimo, uma cesta básica e o registro na Carteira de Trabalho.

As rodas educativas acontecem em centros comunitários, capelas e até residências cedidas pela comunidade, e incluem passeios e trabalhos com materiais recicláveis, mostrando na prática muitos dos temas abordados. Colocar o Projeto Sementinha em prática, sem dúvida, exigiu muito trabalho. São conquistas assim que fazem as pessoas se orgulharem cada vez mais dessa Santo André que estamos ajudando a construir.



Ligue: 0800 191944 e informe-se.



Prefeitura de  
Santo André

[www.santoandre.sp.gov.br](http://www.santoandre.sp.gov.br)

**Mais um motivo pra gente se orgulhar de Santo André.**



# Consolidar a vitória



A ELEIÇÃO DE Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República abre uma página nova na história brasileira. Forças políticas de esquerda que representam o movimento popular, patriótico e democrático, em aliança com setores das classes dominantes, assumem o governo do mais importante país da América Latina. Pela primeira vez e com uma votação consagradora, um líder operário exercerá a Presidência do Brasil. O fato ainda ganha mais relevância porque se dá sob uma situação mundial marcada pelo belicismo e pela supremacia de forças reacionárias. Desse modo, são grandes as esperanças do povo brasileiro, são enormes as expectativas das correntes progressistas de todo o mundo em relação ao governo que toma posse em janeiro.

Proporcionalmente a essa esperança, destaca-se a responsabilidade do presidente eleito, dos partidos e do movimento social que o apóiam. A mudança, compromisso maior assumido por Lula com os brasileiros, significa reconstruir o país, o Estado nacional sob a égide da soberania nacional, da democracia e do resgate dos direitos sociais. Essa reconstrução exige a retomada do crescimento da economia, tendo como base um modelo de desenvolvimento sustentado. E a riqueza dele proveniente deve ser canalizada à melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e do povo e ao soerguimento da infra-estrutura nacional.

Todavia, a mudança não é um fenômeno instantâneo. Fernando Henrique entrega ao presidente eleito um país à beira da insolvência e seu legado perverso exigirá um período de transição. Uma fase intermediária entre os resultados destrutivos do modelo neoliberal e a implementação do modelo de desenvolvimento democrático e popular. Essa transição irá se transcorrer sob o conflito entre o continuísmo – que nada mais é do que o velho modelo que foi derrotado, mas que lutará para manter-se – e a mudança, que representa o novo que venceu mas ainda carece de consolidação.

Os obstáculos não serão poucos. O que hoje se passa na Venezuela e na Argentina, embora com suas especificidades, são exemplos da complexidade do movimento de ruptura com o neoliberalismo e os ditames do FMI. Internamente, sob a liderança do PSDB, os banqueiros e demais beneficiários do “antigo regime” tudo irão fazer para levar o governo Lula ao fracasso. Para isso irão usar a cooptação, a desestabilização e as ameaças. O imperialismo norte-americano, sob a chefia do arqui-reacionário W. George Bush, como de resto aconteceu ao longo da maior parte da história das Américas, não irá aceitar de modo fácil uma pátria plenamente soberana no continente.

Contudo, o Brasil é exuberante de riqueza e a vitória de Lula em grande medida uniu uma nação que estava dividida. O novo governo tomará posse com uma forte legitimidade – respaldado por uma razoável base parlamentar, um combativo movimento social, importantes camadas do empresariado e por expressivos segmentos da cultura e da intelectualidade. Tem, portanto, força e legitimidade para realizar o diálogo e construir consensos, e para a mobilização com o intuito de vencer as resistências conservadoras. A maioria política que está sendo edificada para sustentar o novo governo tem como tarefa imediata consolidá-lo. A experiência histórica dos povos indica que tão ou mais difícil do que vencer é consolidar a vitória. E isso vai exigir um feixe de ações, tarefas e iniciativas de todos que têm compromisso com o seu sucesso.

Entre essas tarefas destaca-se a luta de idéias. O triunfo eleitoral deu-se sob intensa batalha de concepções e caminhos e o governo será exercido sob forte bombardeio ideológico. A ruptura com o modelo neoliberal – num país da importância do Brasil –, é um projeto complexo. Tanto as ações políticas quanto as governamentais irão requerer um suporte teórico. Nesse contexto, a elaboração teórica que dê respostas a esses desafios é uma das condições do êxito. A consolidação do novo governo exige a elaboração de caminhos novos. Eles serão traçados – na ótica da revista – sob a luz da teoria marxista, como fruto do debate teórico e da ação política concreta. Eles emergirão também como resultado da polêmica com as concepções errôneas e do combate às formulações do campo dos adversários. As páginas de *Princípios* serão palco desse labor, dessa frente de luta.

Comissão Editorial



## Brasil

**Desafios para um novo Brasil sob o governo Lula**  
*Impasses estruturais e graves problemas conjunturais exigem solução imediata para o governo de reconstrução nacional.*

Renato Rabelo

pág. 6



Comemoração na Avenida Paulista, São Paulo, 27/10/02.

### “O presidente é um dos nossos”

*A derrota de FHC – e seu projeto neoliberal – foi ampla, mas setores da elite tentam minimizar a extensão, a profundidade e o sentido históricos que a eleição e a mudança de governo representam.*

José Carlos Ruy

pág. 10

### Para ler a vitória de Lula

*O novo presidente aponta para a retomada dos objetivos nacionais e democráticos, contra o projeto conservador, em uma nova etapa da luta política e econômica que marcou a sociedade brasileira durante todo o século XX.*

José Luís Fiori

pág. 16

### O PCdoB cresceu nas eleições 2002

*O povo brasileiro e os comunistas saíram vitoriosos e fortalecidos das urnas.*

Walter Sorrentino, André Bezerra e Lejeune Mato Grosso de Carvalho

pág. 19

### Hércules e a herança maldita de FHC

*Fernando Henrique sai da Presidência deixando um rastro de destruição do Estado nacional, agressões à democracia e penúria para o povo.*

Luiz Carlos Antero

pág. 25



Mesa do seminário Política de Defesa Para o Século XXI.

### Os intelectuais e o novo governo

*As opiniões e expectativas de Eric Hobsbawm, José Saramago, Celso Furtado e outros pensadores sobre o novo presidente.*

pág. 32

### Uma concepção estratégica: a defesa nacional e o projeto nacional

*Um novo projeto depende, em última instância, de uma decisão política soberana, respaldada na consciência cívica.*

Luiz Toledo Machado

pág. 35

## internacional

### Por que os Estados Unidos querem atacar o Iraque?

*As iniciativas guerreiras norte-americanas comandadas por Bush parecem não ter limites, mas começaram a despertar protestos em diferentes setores e em diversas partes do mundo.*

Haroldo Lima

pág. 40

### Outubro de 1917 – irrepetível, mas vigente

*A comemoração de Outubro de 1917 celebra seus valores e ideais, ainda presentes nos passos de um processo de acumulação revolucionária.*

José Reinaldo Carvalho

pág. 45



## internacional

### As cores da revolução sul-africana

*Os comunistas da África do Sul realizaram o 11º Congresso com alegria e imensos desafios para a condução de seu país.*

Luis Fernandes

pág. 49



Blaid Nzimande,  
presidente do PC da África do Sul.

## teoria

### O entendimento dialético da transição

*O momento atual em que vive o Brasil impõe a reflexão filosófica sobre os momentos de mudança.*

Madalena Guasco

pág. 51

## história do Brasil

### Partido Comunista do Brasil – do Manifesto de Janeiro de 1948 à Declaração de Março de 1958

*Os debates e oscilações dos comunistas brasileiros na metade do século XX.*

Augusto César Buonicore

pág. 54



## juventude

### 75 anos de fundação da Juventude Comunista do Brasil

*Ela surgiu na segunda metade da década de 20 e marcou seu tempo.*

Ricardo Abreu

pág. 59

## movimento

### O Fórum Social Mundial

*O 3º FSM ocorre de 23 a 28 de janeiro de 2003 em Porto Alegre em meio ao debate sobre diagnósticos, alternativas, e estratégias para a resistência antineoliberal e antiimperialista.*

pág. 65

## cultura

### Por uma política cultural eficaz

*O país vive uma época de vulnerabilidade ideológica e submissão cultural que é preciso superar.*

Samuel Pinheiro Guimarães

pág. 68

### Uma pedra no caminho da escritura

*O centenário de Carlos Drummond de Andrade.*

Joan Edessom de Oliveira

pág. 74

### Entretenimento disfarçado de denúncia

*Crítica de A Cidade de Deus.*

Cléber Eduardo

pág. 77

## resenha

pág. 80

## cartas dos leitores

pág. 82



Drummond.

Capa: Flávio Nigro



# Desafios para um novo Brasil sob o governo Lula

Renato Rabelo

*É necessário compreender o resultado e entender o significado maior da grande vitória das forças democráticas, populares e progressistas nas eleições de outubro. Um novo momento histórico se abre para o país – com muitos desafios a enfrentar*



Festa da vitória na Avenida Paulista, São Paulo.



A análise que realizamos tem por base o pensamento político elaborado pelo PCdoB. Persistimos na compreensão de que devemos compor uma frente política visando alcançar nossos objetivos, frente que será mais ou menos ampla, conforme a conjuntura do momento – a essência da tática é a correla-

ção de forças, mantendo os princípios e tendo flexibilidade na sua aplicação. A tática não pode ser radicalizada se não tiver uma base política ampla. Esta é a sua dialética: ampliar para radicalizar. Nosso desafio, portanto, é construir a nova tática política para o novo cenário.

LUIZ INÁCIO Lula da Silva foi eleito para mudar. Este foi o sentido principal da votação vitoriosa que recebeu. Em seu primeiro pronunciamento após o resultado eleitoral, Lula assumiu o “compromisso com a mudança” e reconheceu que “está nascendo um novo país” – isto é fundamental. Desde o 10º Congresso, em dezembro de 2001, o PCdoB concluía que o país estava vivendo o fim de um ciclo econômico, com repercussão social e política, e indicava a necessidade de um novo rumo para o país. O desfecho eleitoral confirma as conclusões e indicações do 10º Congresso.

A década de 90 representou para o Brasil um malogro maior do que a de 1980. Houve o agravamento de impasses históricos, como a vulnerabilidade externa, a crise persistente (que aparece como crise cambial), a economia estagnada, o aprofundamento da situação de desigualdade social. O final do ciclo também indica a falência do modelo neoliberal. A própria classe dominante se dividiu e se fragmentou. Com tal situação, novas forças sociais e políticas chegam ao governo central em um país com as dimensões e a importância do Brasil. Esse desfecho representou a maior derrota da agenda

neoliberal no atual momento. Está aberta a possibilidade de um novo ciclo histórico para o país. Um novo projeto político e econômico, de caráter nacional, democrático e popular desenvolvimentista poderá ser implementado.

A fisionomia dos vitoriosos não foi de esquerda, mas teve caráter de centro-esquerda. Ocorreu em aliança com setores da classe dominante. Além disso, deu-se nos marcos institucionais vigentes, com a Constituição de 1988 modificada no que representou avanços dos direitos sociais e defesa da soberania nacional. O país vem sendo submetido a uma estruturação liberalizante, com regras impostas pelo grande capital financeiro. No cenário internacional, há um sistema de poder imperial norte-americano, hegemônico, belicista, unipolar, e as economias centrais diminuem seu ritmo de crescimento. O mercado externo não está favorável para o aumento de exportações e a obtenção dos superávits exigidos pelo Fundo Monetário Internacional.

**N**estas condições, como aplicar o projeto nacional, democrático, popular desenvolvimentista? Será necessário um período de transição. Período que será caracte-

rizado pela luta entre os que querem a manutenção do modelo atual e os que buscam o novo – as forças vitoriosas do processo eleitoral. Não está definido de antemão o resultado positivo para esta transição. Formam-se, desde já, dois blocos – um de apoio ao novo governo e outro de oposição. Terão que ser enfrentadas forças poderosas, que mantêm parcelas importantes do poder político, inclusive em estados como São Paulo e com significativa bancada no Congresso, e que concentram poder econômico de vulto nas mãos.

O PSDB está no centro das articulações das forças políticas conservadoras, opositoras; é o núcleo estruturante do bloco oposicionista ao governo Lula. O partido de Fernando Henrique Cardoso e José Serra foi o responsável pela estruturação da política neoliberal no país a partir dos anos 1990 e está interessado na manutenção do status quo e decorrente fracasso do novo governo. Pretende que o governo Lula seja superficial e medíocre, visando inclusive derrotá-lo nas próximas eleições.

No governo, a principal força dirigente é o PT, partido de Lula que se tornou a maior bancada da Câmara Federal e dobrou sua participação no



Senado. O presidente do partido, José Dirceu, anunciou que a frente que apóia Lula já soma 211 deputados federais. A articulação governista é de centro-esquerda e deve ser ainda mais ampliada, constituindo um governo de frente e recompondo a aliança de esquerda para construir uma nova maioria política e garantir que seja levado adiante o programa de mudança.

O PCdoB é partícipe e construtor da política vitoriosa e é, portanto, parte integrante do governo. Nesta situação, não se coloca como “alternativa de esquerda” e nem fará o jogo da oposição de direita. Mas ser parte integrante não significa se fundir com o governo. Os comunistas manterão sua autonomia, assim como as organizações populares também devem contribuir para consolidar o novo governo, mas mantendo sua autonomia. Nosso papel é impulsionar as tendências mudancistas no novo governo.

### Triunfo inicial do novo projeto

A vitória de Lula representa a evolução do processo histórico brasileiro, com a combinação de mudança e continuidade. A nova orientação tática para esta fase está em construção, está em desenvolvimento. Devemos ter por base a perspectiva de mudança para o novo modelo, com nitidez do objetivo a ser alcançado, flexibilidade e persistência na ação política. Por ser parte integrante do governo, o Partido é responsável pela construção e consolidação do projeto alternativo, de caráter nacional, democrático e popular desenvolvimentista. Esta perspectiva é realista, visa consolidar a vitória eleitoral alcançada e lutar pela mudança necessária – é o significado que

tem a afirmação de Lula de que “não podemos errar”.

Precisamos deixar claro para a população o significado da herança perversa deixada por Fernando Henrique Cardoso para o novo governo. O país parte de uma situação de desmantelo, em profunda crise e perigo de insolvência. Grandes dificuldades se apresentam, com impasses estruturais e graves problemas conjunturais que exigem solução imediata.

**N**osso objetivo é montar e construir um governo de reconstrução nacional. O principal desafio colocado hoje é retomar um novo ciclo de crescimento com bases novas e tomar iniciativas de caráter distributivo de renda. A questão do crescimento é nodal. O país deve retomar o desenvolvimento em novas bases, com crescimento sustentado. Para isso



Vitória do povo brasileiro.

serão necessárias reformas políticas e econômicas democráticas, que abram caminho para o novo modelo. No aspecto político, as reformas devem ter por meta a ampliação da democracia e o fortalecimento das organizações partidárias e populares com a mais ampla liberdade. No que tange às reformas econômicas, elas devem definir novas fontes de investimento, baseadas no capital interno, na moeda nacional, estabelecendo novas prioridades que levem a uma política industrial de crescimento, de valorização das exportações e substituição das importações. As reformas tributária, previdenciária, etc. devem estar dentro desses eixos – da liberdade política e do crescimento com distribuição de renda.

Como atuar para garantir o novo caminho? A proposta mudancista pode ter a dinâmica de manter compromissos e contratos, como já foi assumido por Lula, mas questionando-os e preparando a nova alternativa. Precisamos estabelecer e manter o diálogo com os segmentos envolvidos no novo projeto para o país e, ao mesmo tempo, garantir a mobilização popular em defesa das conquistas econômicas, sociais e democráticas. Estes dois movimentos estão relacionados – sem a mobilização popular, o curso político pode se tornar adverso! Esta realidade vai exigir muito mais de nós. Está em jogo a construção de um novo projeto para o país, com expressiva participação popular.

Por onde começar? O país está vulnerável, com restrições internacionais importantes devido à ameaça de guerra e à tendência recessiva na economia mundial. O desenrolar dessa conjuntura determinará a necessidade de medidas mais ou menos intensas. Mas desde já está



colocada a necessidade de baixar os juros, definir um nível mínimo para as reservas cambiais e negociar os índices de superávit primário assumidos com o FMI. Os juros básicos da economia estão em 21% ao ano, o que dá taxa de juro real aproximada de 13%. Respeitar os acordos, questionando seu conteúdo e preparando o terreno para implementar o novo projeto é um caminho que se apresenta viável no momento presente. Estas posturas não significam rompimento de contrato. Até mesmo a *Folha de S. Paulo*, em editorial do dia 9 de novembro, apontou que “o ideal é alcançar, o quanto antes, outra política econômica mais propícia ao desenvolvimento do país”, diferente da receita do governo FHC de manter os juros elevados, o arrocho fiscal e a trajetória recessiva.

### **Comunistas no governo**

O triunfo inicial do projeto nacional, democrático e popular desenvolvimentista é um evento marcante para o Brasil. Ele se insere entre os outros momentos significativos da nossa história política, tendo em conta as particularidades de cada período, que abriram caminho para uma nova época de progresso social, como a Independência, a Abolição da escravatura, a Proclamação da República e a revolução de 1930.

O PCdoB teve atuação marcante na realização deste momento. Foi um elaborador destacado do pensamento político vitorioso. O conteúdo deste pensamento é advogado pelo PCdoB há vários anos: a união das bandeiras da soberania nacional, democracia e direitos sociais – representados pela defesa da geração de empregos e valorização do trabalho –, colocando no centro da batalha a questão nacional. Desde o

## *O PCdoB foi pioneiro na construção da Frente progressista que elegeu Lula e do pensamento que a fundamentou*

fim da ditadura militar o PCdoB peleja por essas bandeiras.

Outro aspecto saliente: a compreensão de que a vitória dessas bandeiras só se tornaria possível com a formação de uma ampla frente, de centro esquerda, apoiada por um movimento cívico e expressa numa candidatura que unisse a maioria dos brasileiros. Quem frisou e se bateu por essa concepção foi o PCdoB.

Os resultados de outubro também foram particularmente favoráveis aos comunistas. Mais de 9 milhões de eleitores votaram no número 65, os candidatos e a legenda do PCdoB, quando a grande onda era o voto no 13, do PT. Elegemos 12 deputados federais e 17 deputados estaduais, além do vice-governador do Piauí.

Ultrapassamos os 2% dos votos nacionais. São votos conscientes, pois o voto no 65 era mais difícil, menos divulgado – esta questão deve ser discutida nas futuras batalhas e relacionada com a reforma política que se pretende adotar no país.


É natural que uma participação tão expressiva na vitória se reflita e tenha sua conseqüência na formação do novo governo. É o que o próprio povo espera: que o PCdoB tenha um papel central, e não secundário, na aplicação do novo projeto, do novo rumo para o país.

### **Desafios partidários**

A nova situação exige do Partido enfrentar novos e maiores desafios. Sua construção tem que levar em

conta a orientação política adotada, as definições estratégicas, o desenvolvimento da luta ideológica e a ampliação de sua ligação com as massas.

A conjuntura política é qualitativamente diferente, e exige do PCdoB o cumprimento de novas tarefas. Estamos para construir um projeto nunca aplicado no Brasil, um projeto desafiador, mas possível, e uma luta ideológica está sendo travada. Trata-se de um projeto para o avanço do país, com desenvolvimento econômico e justiça social – e não “um passo atrás”, como tentam apresentar os ideólogos do neoliberalismo. Tal enfrentamento coloca a necessidade de uma ainda maior ligação dos comunistas com o povo, uma atuação voltada para a construção e fortalecimento da unidade popular para apoiar o governo e desenvolver seu novo projeto.

Quadros e militantes, melhor preparados e em maior número; crescimento da militância – as possibilidades de filiação e recrutamento são ainda maiores e a situação mais vantajosa após a vitória de outubro –; e presença mais atuante do Partido no movimento social são tarefas determinantes do atual momento. O Partido é um instrumento imprescindível para que o novo governo tenha sucesso e realize o novo projeto de um Brasil soberano, progressista, com desenvolvimento e justiça social. 

Renato Rabelo é presidente do Partido Comunista do Brasil, PCdoB.



# “O presidente é um dos nossos” – o sentido histórico da eleição de Lula

José Carlos Ruy

*O sentimento mudancista que anima a alegria popular sinaliza o rompimento do domínio das elites retrógradas e aponta para uma democratização de nossa sociedade*



A vitória de Luís Inácio Lula da Silva para a presidência da República relocaliza o país, de certa forma, em uma situação semelhante à da eleição de 1962. A comparação entre as duas eleições é lícita porque, apesar das enormes transformações vividas pela sociedade brasileira nestas quatro décadas, os resultados de ambas sinalizam a exigência de mudanças e permitem a criação das condições institucionais capazes de viabilizá-las. Mudanças que ainda estão por fazer, como as reformas agrária e urbana, ou que foram feitas pela direita, de um ponto de vista conservador, aprofundando a dependência e a presença e o domínio do capital estrangeiro e da oligarquia.

AQUELA FOI uma eleição parlamentar e para governadores estaduais – a última realizada antes do golpe militar de 1964, e cujos resultados também demonstraram o desejo de mudanças do eleitorado. O presidente era João

Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro, um político progressista, mas limitado, ligado aos sindicatos e aos trabalhadores, eleito em 1960 como vice de Jânio Quadros e que assumiu o governo após a renúncia do presidente,

em 1961. Goulart, que governava sob o regime parlamentarista imposto pelos militares depois da renúncia de Jânio, simbolizava para muita gente a possibilidade de reformas de base para colocar o país na senda do desenvolvimento



autônomo e soberano. Era uma pauta extensa de reformas vistas como necessárias para a modernização do país. Entre elas, destacava-se a reforma agrária, num conjunto que incluía a renegociação da dívida externa, o controle da remessa de lucros das empresas estrangeiras e regulamentação do ingresso do capital estrangeiro no país, as reformas urbana, administrativa, bancária, da previdência social, da educação, a regulamentação do direito de greve, a nacionalização das concessionárias de serviços públicos, etc.

Na eleição de outubro de 1962, pela primeira vez o Partido Trabalhista Brasileiro ameaçou o domínio dos partidos da oligarquia, a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD) ao alcançar expressiva votação e eleger uma bancada federal de porte semelhante ao das agremiações conservadoras. Entre os 409 deputados eleitorais, o PSD elegeu 122, o PTB chegou em segundo lugar com 97, e a UDN elegeu 96. Para o Senado, o resultado foi semelhante: o PSD elegeu 23 senadores, o PTB 18 e a UDN 17. Além disso, as forças progressistas elegeram um de seus principais líderes, o prefeito de Recife, Miguel Arraes, para o governo de Pernambuco, que tradicionalmente era dominado por uma oligarquia atrasada com raízes fincadas no passado colonial.

Os resultados de 1962 mostraram, também, uma tendência à queda na votação dos partidos tradicionais, e no aumento da preferência do eleitorado pelo PTB e pelos blocos interpartidários, apontando para o enfraquecimento dos partidos até então dominantes. A queda destes, de 1945 a 1962, foi acentuada. Em 1945, o PSD teve 42% dos votos, contra 26% da UDN e 10% do PTB; em 1962, a votação destes partidos equiparou-se à do PTB: o PSD teve 15% dos votos, a UDN, 11% e o PTB 12%. Juntos, os três maiores

partidos tiveram apenas 38% dos votos (contra 78% em 1945), enquanto as coligações interpartidárias (a direitista Ação Democrática Parlamentar, ADP, e a progressista Frente Nacional Parlamentarista, FPN) tiveram, somadas, 41% dos votos.

Os conservadores encararam o resultado daquela eleição como uma senha. O então coronel Golbery do Couto e Silva, um dos principais articuladores da frente de direita que levou ao golpe militar de 1964, assinalou que aqueles resultados indicavam uma tendência esquerdista no eleitorado contra a qual – de seu ponto de vista – não havia saída eleitoral.

**E**m 2002, como havia em 1962, há a esperança de que o controle do governo federal – naquela época sob João Goulart, hoje sob Lula – seja a garantia de que serão tomadas iniciativas para mudanças democráticas, políticas, econômicas e sociais; garantia ampliada pelo crescimento das bancadas comprometidas com as mudanças.

Mas hoje a situação das forças progressistas é melhor, como mostram as diferenças significativas entre as duas épocas. Se, em 1962, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que era o partido de Goulart e ligado aos sindicatos e aos trabalhadores, chegou em segundo lugar, e isso foi visto como ameaça por analistas da direita, hoje quem chega em primeiro lugar é a Frente Lula Presidente que elegeu o presidente da República e fez o maior número de deputados federais: o PT elegeu 91 que, somados aos eleitos por seus aliados (26 do PL, 12 do PCdoB e um do PMN), compõem uma bancada de 130 parlamentares na Câmara Federal – isto é, a quarta parte entre aqueles mandatários.

Outra diferença: esta eleição leva à presidência da República, em aliança com o PCdoB, o PL, o PMN e o PCB,

o líder sindical que emergiu das greves de 1978/1980 e do movimento social que se formou em torno delas e gerou seu partido, o PT. Esta mudança de qualidade faz a singularidade da vitória de Lula: agora, pela primeira vez na história de nosso país, o governo federal será exercido por uma liderança operária, por um dirigente sindical que se formou nas lutas contra as classes dominantes e contra o modelo de desenvolvimento que favorece seus interesses e privilégios. Um governo no qual as forças populares, democráticas e nacionais não serão meras coadjuvantes, mas sim as principais protagonistas.

A eleição de 1962 foi uma espécie de estopim para a santa aliança da alta burguesia industrial e financeira, agentes do imperialismo (inclusive com a participação direta da CIA, o serviço de espionagem dos EUA), latifundiários, oficiais militares, e alto clero, reacionários, intelectuais antidemocráticos, entre outros setores conservadores. Ela foi, assim, um momento importante que ativou a conspiração direitista cujo resultado foi o golpe militar de 1964. A encruzilhada histórica que o Brasil vivia então foi ultrapassada pela direita, com a instauração da ditadura militar e o início de um período que, muito justamente, ficou conhecido como “anos de chumbo”.

Ao assumirem o controle completo do governo e do Estado, aquelas forças conservadoras, cujo declínio eleitoral havia sido sinalizado em 1962, impuseram graves perdas aos trabalhadores, destruíram a democracia e aprofundaram a aplicação do modelo de desenvolvimento dependente e deformado do país.

Mas seu regime não foi tranquilo. Ele foi marcado pela resistência popular e por contradições entre as classes dominantes, e entre os próprios chefes militares, e só persistiu por 20 anos à



custa de prisões, perseguições políticas contra os adversários, torturas e assassinatos de democratas, patriotas e progressistas que passaram a ser encarados como “inimigos internos”. A ditadura entrou em crise em meados da década de 1970, sendo finalmente derrotada depois da campanha das Diretas Já e com a eleição de Tancredo Neves, em 1984.

Para os trabalhadores, democratas e nacionalistas, esta transição se completa agora, com a eleição de Lula. Uma transição que tem a marca das grandes jornadas de massa iniciadas com o renascimento do movimento estudantil, em 1977; das greves operárias de 1978, 1979 e principalmente 1980, que golpeou duramente o projeto de abertura controlada dos generais; da explosão cívica representada pela campanha das Diretas Já.

Mas a transição democrática deu-se em ritmo lento – pactuada com as forças então dominantes –, onde qualquer pequeno avanço era alcançado duramente, depois de muita luta. E que teve avanços e recuos. Nela, as forças sociais conservadoras, que sustentaram a ditadura, conseguiram manter uma expressão política com força suficiente para condicionar e moldar os passos seguidos e imprimir um rumo vacilante e sinuoso à consolidação da democracia no país.

Apesar de repudiadas nas ruas pelos milhões que exigiam Diretas Já, o poder que essas forças conseguiram manter permitiu-lhes controlar o Congresso, limitar o alcance da Constituição de 1988 e impor-se à presidência da República. Tiveram novo alento com a eleição de Fernando Collor de Mello, em 1989, mas foram outra vez derrotadas pelas ruas com a exigência do impeachment do presidente, em 1992. Foi, contudo, uma derrota temporária. Elas voltaram ao poder federal em 1994 trazendo uma moeda

como bandeira, o real, portada por um antigo expoente do campo democrático, Fernando Henrique Cardoso. Mas como coadjuvantes em uma aliança conservadora cujo núcleo era formado por forças liberais, expressas pelo próprio presidente e pela equipe econômica que implantou a orientação do FMI e do Consenso de Washington.

As próprias vitórias de Collor e FHC sinalizaram paradoxalmente que aquela elite claudicava e estava historicamente ultrapassada. Nem Collor nem FHC eram, propriamente, membros daquela elite dominante – o primeiro foi um aventureiro, um out-sider em torno do qual a classe dominante se uniu, em 1989, amedrontada pelo espectro de Lula, do proletariado e do socialismo. O outro era uma liderança egressa da luta contra a ditadura e que aceitou o inglório papel de “anti-Lula” nas eleições de 1994 e 1998. A união das classes dominantes em torno do “anti-Lula” foi uma espécie de reconhecimento às avessas de sua própria impotência e da importância do candidato das forças populares.

O declínio conservador é também registrado pelos resultados da eleição do último 27 de outubro, onde caciques da direita, como Paulo Maluf, Fernando Collor de Mello, Gilberto Mestrinho, entre outros, foram afastados do cenário político e outros, como Antonio Carlos Magalhães e Jorge Bornhausen, foram reduzidos à expressão regional. Todos os principais partidos da aliança política que sustentou Fernando Henrique Cardoso tiveram as bancadas reduzidas: em 1998, o PDSB elegeu 99 deputados, e caiu para 71 em 2002, perdendo 28; o PFL perdeu 22, passando de 106 eleitos em 1998 para 84 agora; o PMDB passou de 82 para 74, perdendo 8. O núcleo da “base governista” perdeu assim, entre 1998 e 2002, um total de 58 parlamentares.

O volume plebiscitário dos votos

obtidos por Lula – mais de 52 milhões e 61% do total, junto com o forte crescimento dos setores progressistas na Câmara Federal e nas Assembleias Legislativas – fortalece a convicção de que esta eleição completa a transição democrática para os trabalhadores, democratas e nacionalistas. E abre um período novo para o país, sinalizando a possibilidade concreta do início do trânsito para um outro rumo de desenvolvimento baseado na retomada do crescimento da economia, no fortalecimento do mercado interno e no atendimento das necessidades dos trabalhadores e das empresas brasileiras. E aponta para o início da reconstrução nacional baseado em um programa nacional democrático e popular.

Fala-se muito em transição, e esta é uma palavra difícil, pois descreve múltiplos conteúdos ligados à mudança, sem definir o ritmo, a velocidade ou a amplitude desse movimento. Há a transição que está no noticiário, entre os governos FHC e Lula; há a transição, exigida pela sociedade brasileira, do modelo neoliberal para um novo rumo de crescimento para o país. Há também, como se referiu mais acima, transições mais extensas no tempo, como aquela iniciada pela derrota da ditadura militar em 1984 e que se fecha agora, em 2002.

Por isso é importante precisar, quando se fala em transição, qual é o movimento real e concreto de que se trata. Só assim pode-se flagrar o jogo contraditório entre o novo e o velho que caracteriza todo período de mudança, onde o velho fenece lentamente, perde forças, mas resiste ao desaparecimento, e onde o novo emerge, se fortalece, ganha confiança, muda consciências e modos de ser, agir e sentir, até finalmente impor-se.

A compreensão desta convivência conflitiva, e contraditória, entre o velho e o novo é necessária para a



compreensão do ritmo das mudanças que o governo da Frente Lula Presidente irá promover. As contradições entre o que sai e as forças que assumem o controle da presidência já se manifestam desde o início da campanha eleitoral de 2002. Com a eleição, a transição toma corpo podendo-se, como assinalou Renato Rabelo, distinguir três fases: a primeira vai da eleição até a posse; a segunda compreende o período em que o novo governo tomará as medidas para a mudança do modelo econômico; a terceira fase terá início com a implantação das iniciativas para desmontar o modelo neoliberal e iniciar a construção de um novo rumo para o país.

**N**este quadro conflitivo, chegou-se a apregoar a necessidade do sucessor (fosse qual fosse, dizia-se) manter Pedro Malan e Armínio Fraga como garantia da continuidade da política econômica. Depois, apregoou-se, simplesmente, a necessidade da manutenção daquela política, fosse qual fosse a equipe econômica do novo governo. O próprio Fernando Henrique Cardoso juntou-se a esse coro, apregoando as “virtudes” de sua política. Depois da eleição de Lula e do anúncio da busca de um pacto social, o presidente passou a repetir que não há transição nem pacto fundacional, pois trata-se apenas da mudança de governo, e não de regime. Num encontro com exportadores, no Rio de Janeiro, no dia 24 de outubro, quando a vitória de Lula já estava configurada, FHC garantiu que as mudanças econômicas que implantou desde 1994 têm tamanha força que fica difícil a seu sucessor “cumprir o que disse que faria” não podendo, assim, promover as esperadas transformações profundas no modelo econômico.

Mas, apesar da vontade de FHC e de sua falta de cerimônia em apresentar-se

também como vencedor desta eleição, não se pode evitar falar numa transição que foi escolhida maciçamente pelos brasileiros ao eleger Lula. Não há como fugir da realidade, como indicam alguns analistas, de que a derrota de Fernando Henrique e de seu projeto neoliberal foi ampla. Para o cientista político David Fleischer, da Universidade de Brasília, a eleição foi um “referendo negativo do governo”, no qual os “três grandes partidos de apoio ao presidente – o PFL, o PMDB e o PSDB – caíram”. Outro comentarista, o ex-ministro Luís Carlos Bresser Pereira, que foi ministro de FHC e é um expoente do PSDB, foi taxativo ao reconhecer esse fracasso: quem derrotou Serra foi o “desempenho econômico do governo, que foi muito ruim”. Mesmo historiadores marxistas estrangeiros, como Eric Hobsbawm ou Perry Anderson compartilham desta unanimidade. Para Hobsbawm, “a eleição de Lula é uma consequência direta da aplicação de reformas do FMI, do fundamentalismo de mercado, ao Brasil”. Perry Anderson faz uma análise mais dura e desqualifica mesmo a pretensa novidade democrática da passagem do cargo de um presidente eleito para outro. Classificando a pretensão de FHC de atrair capital estrangeiro através da desregulamentação e da privatização, base de sua política econômica, como “extraordinariamente ingênua e provinciana”, ele diz que a transmissão do cargo de um presidente eleito a outro também eleito, “longe de constituir um fato notável do Brasil, é uma banalidade regional”. Isso já ocorreu, com regularidade, lembra, no Chile (de Patricio Aylwin para Eduardo Frei e depois para Ricardo Lagos), no Uruguai (de Julio Sanguinetti para Luis Alberto Lacalle, depois de novo para Sanguinetti, que passou o poder para Jorge Battle), e na Argentina (de Raul Alfonsín para Carlos Menem, que pas-

sou a faixa para Fernando de la Rúa).

Mas não é só a vaidade política que move FHC e os que foram derrotados com ele à defesa do continuísmo. Esta atitude trai um resto do pensamento único, a arrogância ideológica, segundo a qual não há outra saída a não ser a opção neoliberal, única via para a construção da modernidade. E tem o sentido de adiantar, desde já, temas e idéias que farão parte da agenda oposicionista contra o governo da Frente Lula Presidente.

Daí a recusa em reconhecer a extensão, e profundidade, históricas que a eleição e a mudança de governo representam, comparáveis a outros momentos de viragem da história de nosso país, como a Independência, a Abolição dos escravos, a República ou a revolução de 1930.

O significado histórico da eleição de Lula é mais profundo; com ela o Brasil se reconcilia consigo mesmo. A análise feita pelo historiador carioca Ilmar Rohloff de Mattos sobre a política do período imperial permite identificar uma fratura na sociedade, que opõe dois mundos contraditórios, complementares e inconciliáveis. Fratura que tornou-se visível nas últimas décadas do período colonial, e que ainda hoje marca a ferro nossa vida política e social: o mundo do governo, da elite “branca”, “educada” e “superior”, oposto ao mundo do trabalho e da “desordem”, predominantemente negro e mestiço, “incapaz”, “despreparado” e “ignorante”.

Estas duas esferas resumiriam a luta de classes no Brasil, definindo a “gente de bem”, a “boa sociedade”, aqueles aptos para o mando e para o comando, e a enorme massa do povo, feita para obedecer. Elas convivem no espaço geográfico e político, e a necessidade de superá-las (no Império escravista eram três esferas – a terceira formada pelos escravos) e unir o



país e o povo “em um corpo político sólido” já era reconhecida, desde 1823 por José Bonifácio.

Mas as classes dominantes brasileiras conseguiram mantê-las secularmente apartadas, demarcando o limite entre estas esferas com crenças como a de que, no Brasil, não há conflitos raciais porque os negros

“conhecem o seu lugar”. Ou de que o povo seria despreparado para votar.

Divisão de esferas que está na base daqueles argumentos que dizem que o comportamento efusivo de Lula depois da eleição não condiz com a “majestade do cargo” para o qual foi eleito, como alegam alguns comentaristas dos grandes jornais e revistas da burguesia.

São idéias que definem, a nível simbólico, as fronteiras entre aqueles dois mundos. Fronteiras que a luta de classes, forçando a obtenção de liberdades democráticas, e direitos civis, foi erodindo através dos tempos.

Aliás, foi a defesa da manutenção daquelas fronteiras contra esta espécie de “ataque final” representada

## A vitória de uma idéia

No último dia 27 de outubro ocorreu uma grande vitória do povo brasileiro. Uma vitória que encerrou um ciclo histórico e abriu a possibilidade do surgimento de uma nova etapa no processo de acumulação de forças para as correntes democráticas, populares e antiimperialistas. Por isso mesmo podemos afirmar que vivemos um momento que se assemelha a outros momentos decisivos da nossa história, como a independência, a proclamação da República e a Revolução de 1930.

Em todos esses acontecimentos ocorreram mudanças, ou deslocamentos, de classes ou frações de classe no poder político, o que, por sua vez, se traduziu em alterações do projeto político e econômico até então dominante. Neste particular, talvez a eleição de 2002 tenha tido um ingrediente mais radical. Pois, pela primeira vez na nossa história, frações das classes populares passaram a compartilhar o governo da República com setores das classes dominantes.

No entanto, esta não foi apenas uma grande vitória do povo brasileiro. Foi também a vitória de uma idéia, a vitória de uma elaboração tática, construída coletivamente pelas sucessivas direções do PCdoB; mas, que teve no líder comunista João Amazonas o seu principal idealizador e defensor mais ardoroso. Uma elaboração tática que começou a ser construída por Amazonas, e seus companheiros de armas, a partir das preciosas lições adquiridas com a derrota estratégica de março de 1964 expostas no documento *O golpe militar de 1964 e seus ensinamentos* e que teve como um dos seus marcos fundadores as resoluções da VI Conferência Nacional, particularmente o seu documento final *União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista*.

Uma tática cujo núcleo poderia ser sintetizado na

consigna “ampliar radicalizando e radicalizar ampliando”, ou seja, na sábia articulação entre amplitude e radicalidade. Uma fórmula genérica que foi se atualizando e se concretizando através das diversas conjunturas – a depender da correlação de forças interna e externa.

### Unidade das oposições contra a ditadura militar

Entre 1964 e 1983, o PCdoB soube definir bem o inimigo principal que devia ser derrotado: a ditadura militar; propugnou a formação de uma ampla frente com todos os setores da oposição, mesmo os mais vacilantes; e defendeu que o programa oposicionista devia articular a questões nacional, democrática e social, mas que tivesse como centro aglutinador as bandeiras democráticas. Essa articulação oposicionista deveria ser respaldada por um amplo movimento de massas antiditatorial. Por isso, apoiou decididamente as greves nas décadas de 70 e 80 e defendeu intransigentemente a unidade do movimento operário e sindical como base importante no processo de formação da Unidade Popular. Esta seria um instrumento fundamental para a conquista da hegemonia política dos setores mais avançados da frente; mesmo num futuro governo provisório que se formasse.

No final da década de 70, o PCdoB enfrentou uma dura luta de idéias com as duas principais correntes da esquerda brasileira: o PCB e o PT. O chamado “partidão” defendia a amplitude da frente oposicionista, mas descartava a radicalização política, a luta de massas contra o governo, e, na prática, subordinava o amplo movimento contra a ditadura à oposição liberal burguesa e dava respaldo à estratégia de abertura política



pela eleição de Lula que levou aos preconceitos, calúnias e medo que marcaram esta eleição, como já haviam marcado as campanhas anteriores de Lula e das forças populares para a presidência, como a ignóbil exposição da filha de Lula em 1989.

A ultrapassagem dessa fronteira, porém, foi reconhecida, primeiro,

pelo próprio presidente eleito que, assim que teve a vitória confirmada, na madrugada do dia 28 de outubro, foi para a avenida Paulista, em São Paulo, comemorar e congratular-se com o povo. E comemorada pelas massas nas grandes festas da eleição e na quase euforia com que populares saúdam e afagam o presidente eleito.

O presidente é um dos nossos – este parece ser o sentimento que anima a alegria popular, sinaliza o rompimento daquelas fronteiras, e aponta para uma democratização mais profunda de nossa sociedade.

José Carlos Ruy é jornalista e membro do Comitê Central do PCdoB.

“lenta e gradual” apregoada pela própria ditadura militar. Por isso isolou-se das poderosas greves operárias ocorridas no período. O PT, por sua vez, que acabava de nascer, subestimava a necessidade da construção de uma ampla frente de oposição ao regime militar e a centralidade das bandeiras democráticas e nacionais.

Graças ao avanço das lutas populares e da unidade das oposições foi possível o surgimento da campanha pelas diretas, que cindiu o partido dominante que dava sustentação ao regime, e garantiu a vitória da oposição no Colégio Eleitoral. João Amazonas deu uma grande contribuição para esse desenlace favorável às forças democráticas. O fim da ditadura abriu um novo período na história do Brasil.

### **Frente antineoliberal contra Collor e FHC**

Com o início da ofensiva neoliberal no Brasil e as eleições de Collor e FHC, o PCdoB alterou seu esquema tático. O inimigo principal passou a ser os governos neoliberais e para derrotá-los apregou a necessidade de construção de uma ampla frente de todos aqueles que tivessem contradições com o projeto neoliberal, ainda que elas fossem secundárias. Uma frente que incorporasse o centro; isolasse a direita monetarista; e tivesse as forças de esquerda – especialmente PT e PCdoB –, como núcleo duro. Uma frente que se pautasse por um programa de ruptura com o modelo neoliberal e apontasse no sentido da construção de um novo rumo para o Brasil. Esse programa deveria articular as questões nacional, democrática, e social; mas, deveria ter como centro a questão nacional. Seria através desta que, naquela conjuntura, poderia se agregar amplas forças sociais e políticas contra o governo e suas políticas.

Por outro lado, era preciso realizar um grande movimento de base popular contra esses governos antina-

cionais e antipopulares. O PCdoB defendeu a formação de um amplo movimento pelo Fora Collor!, a criação do Fórum Nacional de Lutas, a marcha dos 100 mil, as tentativas de greves gerais e as ocupações promovidas pelo MST. Travou, neste período, uma dura luta de idéias em duas frentes distintas: de um lado, contra aqueles que recusavam a idéia de construção de uma frente ampla, advogando a sua limitação ao espectro das forças de esquerda “mais conseqüentes”. De outro lado, contra aqueles que capitulavam a onda neoliberal – chegando mesmo a defender a participação no pacto social e a incorporação de muitos itens da agenda neoliberal. No entanto, foi a articulação entre frente oposicionista e luta popular que garantiu as duas maiores vitórias desde 1989: o impedimento de Collor (1992) e a derrota eleitoral de FHC (2002).

João Amazonas, por anos a fio, ensinou que era preciso ser amplo e flexível na tática, sem nunca perder o norte político: a conquista do socialismo. As idéias (marxistas-leninistas) de Amazonas sempre foram poderosos antídotos contra a doença infantil do esquerdismo, que solapa a unidade das forças democráticas e populares, e a doença senil do reformismo, que tende a capitular diante das dificuldades criadas pelas sucessivas ofensivas conservadoras. Por tudo isso, pode-se afirmar que a vitória eleitoral de Lula foi também uma vitória das teses defendidas pelo principal dirigente e estrategista dos comunistas brasileiros e a ele deve ser dedicada.

Infelizmente, o velho líder comunista não viveu o suficiente para ver mais uma vitória de suas idéias e não pôde comemorar em alguma praça do país a esmagadora derrota do neoliberalismo e a eleição de um operário para a presidência da república. Mas ele estava lá, firme, através de suas idéias.

**Augusto César Buonicore**



# Para ler a vitória de Lula

José Luís Fiori

*Quem sabe não chegou finalmente para o Brasil a hora de um projeto de desenvolvimento nacional e de uma sociedade mais democrática e inclusiva?*

No dia 27 de outubro de 2002, cinquenta e dois milhões e setecentos mil brasileiros disseram um basta, e propuseram um

ponto final para as políticas e a experiência neoliberal do presidente Fernando Henrique Cardoso. Na mesma hora em que chamaram um trabalhador para presidir o Brasil e decidiram experimentar uma proposta e um caminho que revolucionam a história brasileira, sacodem e reanimam a América Latina e colocam o Brasil na fronteira da inovação política mundial.



DURANTE A campanha presidencial o núcleo estratégico do governo tucano fracassou na tentativa de res-

tringir a disputa a um debate técnico-econômico, em que a oposição fosse obrigada a reconhecer a inevitabili-

dade da política do governo, mesmo depois de ele ter recorrido – em oito anos – três vezes ao FMI, terminan-



do, assim mesmo, de joelhos e quase falido. Como essa estratégia não funcionou, nem tampouco a do medo econômico, o núcleo ideológico da coalizão tucana tentou repor no centro da discussão, sua velha cantilena sobre a modernidade dos tucanos e o anacronismo dos seus adversários. Mas desta vez, essa falsa dicotomia que dominou o cenário ideológico da década de 1990 foi enfrentada e derrotada pela ousadia estratégica de Lula. Na medida em que avançava a campanha foi ficando cada vez mais claro que o verdadeiro enfrentamento não era entre a modernidade dos que conseguem olhar para frente e para fora, e o atraso dos que só conseguem olhar para trás e para dentro, como propunham os tucanos. Era uma nova rodada de um velho conflito que atravessa a história brasileira entre três projetos para o Brasil, que conviveram e lutaram entre si durante todo o século XX.

O primeiro desses projetos foi o berço da estratégia econômica do governo Cardoso. Suas raízes foram plantadas pelo liberalismo econômico do Império, mas sua formulação mais consistente e moderna foi dada pela política monetária ortodoxa e pela defesa intransigente do equilíbrio fiscal e do padrão-ouro, dos governos paulistas de Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves. Idéias, objetivos e políticas que atuaram no início do século XX, como a expressão mais coerente e eficaz do projeto liberal de inserção da burguesia cafeeira, dentro da divisão internacional do trabalho, liderada pela Inglaterra. Seus objetivos e políticas se mantiveram praticamente intocados, até a crise econômica de 1930, mas suas idéias fundamentais se mantiveram vivas e atuantes mesmo depois da crise, reaparecendo

em vários momentos nos planos político, econômico ou cultural na Revolução paulista de 1932 e na luta antivarguista do Estado de São Paulo e de Armando Salles de Oliveira; na pregação de Eugenio Gudín, na primeira metade dos anos 40 e na concepção econômica da UDN, depois de 1945; na política econômica inicial do governo Dutra e do seu ministro da fazenda, C. Castro; na política do governo transitório de Café Filho e do seu ministro da fazenda, E. Gudín; na política do governo militar de Castelo Branco e de seus ministros econômicos O. Bulhões e R. Campos. As mesmíssimas idéias que reapareceriam, trinta anos depois, no liberalismo antivarguista e antiestatista, do governo Cardoso-Malan. Esse projeto estratégico teve algum fôlego sempre que contou com o aval do capital financeiro inglês, nos primeiros tempos, e norte-americano agora no fim do século XX. Mas, mostrou-se insustentável nos momentos de crise, como no caso de 1930, e agora, mais recentemente, no fim da Administração Clinton e na retração financeira deste início do século XXI.

O segundo grande projeto estratégico que participou dessa luta em torno do futuro do Brasil, já aparece esboçado nas teses dos “industrialistas”, presentes na Constituinte de 1891. Mas sua verdadeira história começa na década de 1930 e responde pelo nome de “nacional-desenvolvimentismo”, ou “desenvolvimentismo conservador”. Primeiro foi uma reação defensiva e pragmática frente à crise econômica de 1929, mas esta reação inicial foi se transformando aos poucos – durante o Estado Novo – num projeto de construção de uma economia nacional, apoiado por uma parte da intelectualidade modernista, por amplos segmentos das burocracias civis e militares e por um grupo

de empresários industriais, onde se destacavam as idéias de Roberto Simonsen. Programa desenvolvimentista e industrializante que adquiriu maior consistência e velocidade nos anos 50, durante os governos de Vargas e JK, prolongando-se depois durante o regime militar, em particular na gestão do General Geisel e do seu II Plano Nacional de Desenvolvimento. Durante esse período, o Estado brasileiro teve um papel decisivo para o sucesso econômico do desenvolvimentismo conservador. Primeiro quando se viu isolado da economia internacional pela crise de 30 e pela II Guerra Mundial. E, depois, porque contou com a margem de manobra e de iniciativa que lhe foi viabilizada pelos Acordos de Bretton Woods e pelo apoio norte-americano às políticas desenvolvimentistas.

O terceiro, e último, desses projetos, nunca ocupou o poder estatal nem comandou a política econômica de nenhum governo republicano, mas teve enorme presença no campo da luta ideológico-cultural e das mobilizações sociais e democráticas. Esteve presente em algumas revoluções republicanas regionais do século XIX, e nas lutas sindicais, comunista e tenentista das primeiras décadas do século XX. Mas foi a partir da década de 30, e, sobretudo, nos anos 50/60, que tais mobilizações e lutas sociais começaram a se identificar com um projeto de desenvolvimento econômico nacional e popular que tangenciou, no campo das idéias e das alianças políticas, com o “desenvolvimentismo conservador”, dos anos 50. No início da década de 60, esta vertente nacional, popular e democrática do desenvolvimentismo chegou a propor uma reforma do projeto, incluindo ao lado da industrialização e do crescimento econômico acelerado, o objetivo da democratização da terra, da



renda, da riqueza, do sistema educacional e do sistema político. Uma alternativa que foi sintetizada, em parte, pelo Plano Trienal de Celso Furtado de 1963, mas que foi vetada pelos conservadores e impedida pelo golpe militar de 1964. Depois disso, essas idéias reformistas se confundiram com o movimento da resistência democrática, somando-se mais tarde às mobilizações sindicais que se intensificaram na luta final contra o regime militar, e que estiveram na origem do Partido dos Trabalhadores. De uma forma, ou outra, esse projeto de democratização social e política do desenvolvimentismo esteve presente nas intenções e ações reformistas de algumas áreas e políticas governamentais, logo depois da redemocratização. E acabou ocupando um lugar importante no texto da Constituição de 1988, sobretudo nos capítulos relacionados com os direitos civis, sociais, políticos e econômicos da cidadania brasileira.


**E**ssa foi a grande e verdadeira luta política e econômica que dividiu a sociedade brasileira durante todo o século XX. Deste ponto de vista, é verdade que o discurso e a estratégia política de Lula, nos últimos meses de sua campanha, apontaram claramente para uma retomada dos objetivos estratégicos reformistas dos anos 50 e 60, e para uma rediscussão conjunta de alguns pontos comuns, que esse reformismo sempre teve com o “desenvolvimentismo conservador”. Do mesmo modo, pode-se dizer que, desse ponto de vista, também existe uma linha direta de comunicação entre as idéias do Presidente Cardoso, de sua esposa e do seu bom e fiel ministro da fazenda, com a República Velha e com as idéias de Joaquim Murinho, Eugenio Gudín, Roberto Campos e tantos outros brasileiros que sonha-

ram, antes que eles, com a possibilidade de um Brasil aberto, liberal e integrado harmoniosamente com a comunidade financeira internacional.

Nada disso implica em desconhecer o óbvio: que o mundo de Murinho não é o mesmo mundo do Malan, apesar de suas convicções econômicas serem as mesmas. Mas neste ponto não há com o que se espantar: a fé cega dos economistas ortodoxos e dos Tesouros Nacionais, no rigor fiscal e monetário, foi sempre a mesma desde o século XVII, idêntica às suas teses e políticas imobilistas. A verdade é que se a economia mundial tivesse sido governada pelos economistas, não teria havido capitalismo e o Brasil jamais teria deixado o engenho de açúcar. Foi essa falta de imaginação e de coragem inovadora que custou muito caro a vários partidos social-democratas europeus, que chegaram ao poder na primeira metade do século XX. Em sua maioria, esses partidos ficaram paralisados, sendo derrotados pelo que se poderia chamar de “síndrome de Hilferding”, o grande economista marxista e social-democrata austríaco que ao assumir o Ministério da Fazenda da Alemanha em 1928, apostou todas suas fichas numa política ortodoxa e monetarista de estabilização, que acabou aumentando a recessão e o desemprego sem conseguir controlar a inflação alemã. Como consequência, foi expulso do ministério e seu partido perdeu o governo que foi entregue logo depois a Hitler. Algo análogo – ainda que com efeitos menos trágicos – ao que se passou com o Partido Laborista inglês ao assumir o governo em 1929 e optar pela “visão do Tesouro” para enfrentar a recessão e o desemprego, contra a opinião na época de John M. Keynes, David L. George e tantos outros laboristas e liberais mais

inventivos. Fizeram as mesmas políticas e colheram os mesmos resultados de Hilferding, como viria a ser o caso também do governo social-democrata de Leon Blum, na França de 1936/37.

Não se pode esquecer, entretanto, que nesse mesmo período, os social-democratas suecos tiveram a coragem de inventar um caminho heterodoxo. Constituíram um governo de coalizão com o Partido Agrário e conseguiram tirar a Suécia da recessão e do desemprego entre 1933 e 1938, inventando o que mais tarde se transformaria num consenso quase universal, até o início da era neoliberal: o Welfare State e as políticas que os ingleses vieram a chamar de keynesianas.

Não é sensato pensar que a história e as fórmulas possam ser repetidas. Mas não é nenhum anacronismo retomar velhos objetivos frustrados e reprimidos através da história para reencontrar seus novos caminhos. Quem sabe não chegou finalmente para o Brasil a hora de um projeto de desenvolvimento nacional e de uma sociedade mais democrática e inclusiva, dirigida e protegida por um estado que se aproxime progressivamente do welfare state dos europeus? Exigirá dos novos governantes manobra fina e atilada para lograr uma redistribuição da riqueza e de poder na sociedade brasileira, numa conjuntura internacional marcada pela inexistência de controles sobre a livre circulação de capitais e mercadorias e dentro do contexto geopolítico inaugurado pela Administração Bush. Tarefa difícil, mas não impossível porque seu próprio enunciado já transforma o Brasil numa experiência e numa oportunidade exemplar para um mundo que assiste angustiado à morte da utopia da globalização. 

José Luís Fiori é professor da UFRJ.



# O PCdoB CRESCER NAS ELEIÇÕES 2002

Walter Sorrentino, André Bezerra e Lejeune Mato Grosso de Carvalho

*Força de primeira grandeza na eleição de Lula e de governadores, o Partido teve aumento de sua representação federal e estadual na ordem de 70%. Em sua 5ª participação eleitoral nacional com legenda legalmente constituída, o PCdoB registra avanço expressivo em seu progressivo crescimento eleitoral, ultrapassando 2,25% dos votos válidos nacionais para a Câmara dos Deputados*

O PCdoB traçou seus objetivos políticos e eleitorais de 2002 em torno da necessidade de derrotar o projeto neoliberal e empreender a superação de seu legado. Encarou, assim, as eleições

como parte de uma batalha de cunho estratégico e histórico, capaz de pôr no governo central um novo bloco de forças políticas de extração popular e abrir caminho à reconstrução nacional.

O PARTIDO FOI o artífice de primeira hora da construção desse bloco de forças. O núcleo principal delas se articulou em torno de PT-PCdoB, retomando uma trajetória cujos antecedentes vêm de 1989. Maior ampliação veio a ser dificultada pela intempestiva mudança de regras eleitorais promovida pelo TSE, no alvorecer da

montagem eleitoral, impondo a “verticalização” das coligações eleitorais. Mas prevaleceu a orientação ampla, atraindo PL, PMN, e PCB no primeiro turno, e todo arco de forças opositoras no segundo turno, além de inúmeras forças galvanizadas pela vontade de mudanças no país.

Os objetivos próprios do Partido

eram: aumentar a sua bancada federal e estadual (respectivamente, 7 e 10 eleitos em 1998); ampliar sua visibilidade na sociedade com candidaturas majoritárias; e chegar a 2% da votação válida à Câmara Federal, nacionalmente. Com isso, buscou se aproximar dos quocientes eleitorais em cada Estado e preparar o Partido para



enfrentar o desafio da cláusula de barreira eleitoral prevista para 2006.

Para isso, o PCdoB lançou 208 candidatos e candidatas, sendo 127 às Assembléias Legislativas (incluindo 4 distritais em Brasília), 52 à Câmara dos Deputados, 9 ao Senado e mais 6 primeiros suplentes, 9 segundos suplentes e 5 vice-governadores. Pôs-se em movimento a maior campanha já realizada pelo Partido, mobilizando dezenas de milhares de filiados, apoiadores e simpatizantes.

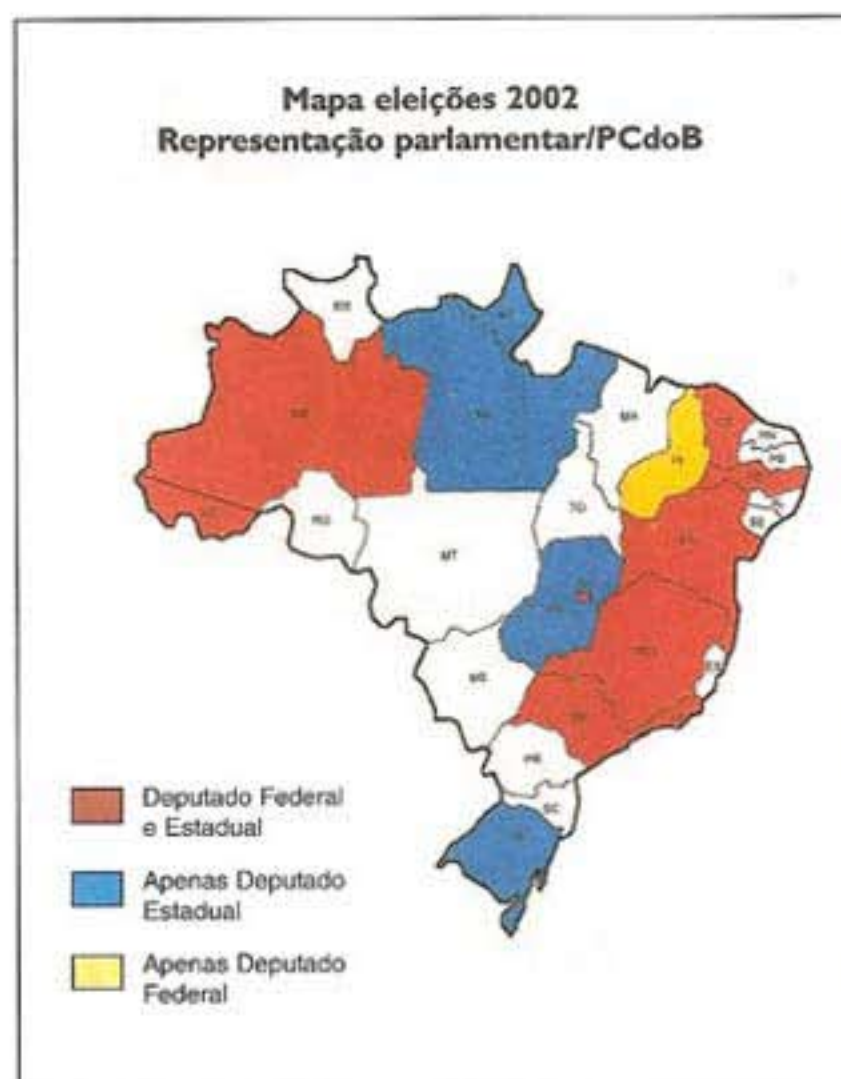
### PCdoB cumpre seus objetivos

O governo neoliberal de FHC foi derrotado pela coligação Lula-Prezidente em todo o país. Somados os votos dos demais candidatos oposicionistas, constata-se que o repúdio ao governo nas urnas foi maciço – mais de três quartos dos eleitores. No primeiro turno, Lula obteve mais que o dobro da votação de José Serra, seu principal concorrente, candidato do continuísmo. Venceu em 26 das 27 unidades da Federação, apenas perdendo por quantidade ínfima no Estado de Alagoas. O segundo turno consagrou esses resultados. Foi a maior votação, de toda a história, recebida por um Presidente; e a segunda

em termos mundiais. Foram exatos 52.793.364 eleitores a demonstrar que o país queria mudança. Ficou demonstrada a força do vendaval mudancista que sacudiu o país. Como disse Lula, “a esperança venceu o medo” (*Gráficos 1 e 2*).

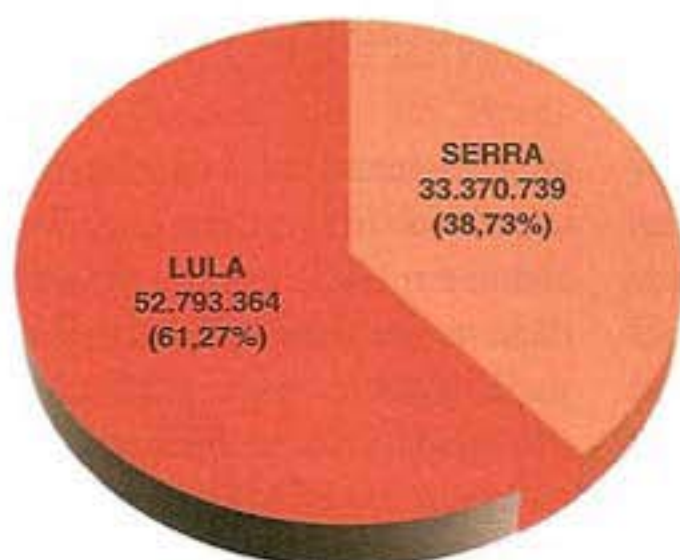
Nos 13 Estados que elegeram seus governadores no 1º turno, dois destes pertenciam à coligação integrada pelo Partido (Acre e Piauí); e outros dez candidatos apoiados pelo Partido em coligações (sendo 8 com o PT) foram ao segundo turno, entre os 14 Estados que tiveram a segunda volta eleitoral. Ao Senado, 10 dos candidatos apoiados pelo Partido foram vitoriosos. Um vice-governador comunista foi eleito no Estado do Piauí.

O PCdoB alcançou 1.967.782 votos em seus candidatos e candidatas à Câmara dos Deputados, ou na legenda 65, em todo o país. Aumentou sua bancada federal em 71,4% e sua votação em 72,7%, relativamente a 1998; e o crescimento de sua votação, em termos absolutos, foi de 126,4%. Passou de 7 para 12 deputados federais em 10 Estados. Este foi o 8º maior crescimento dentre os partidos que elegeram



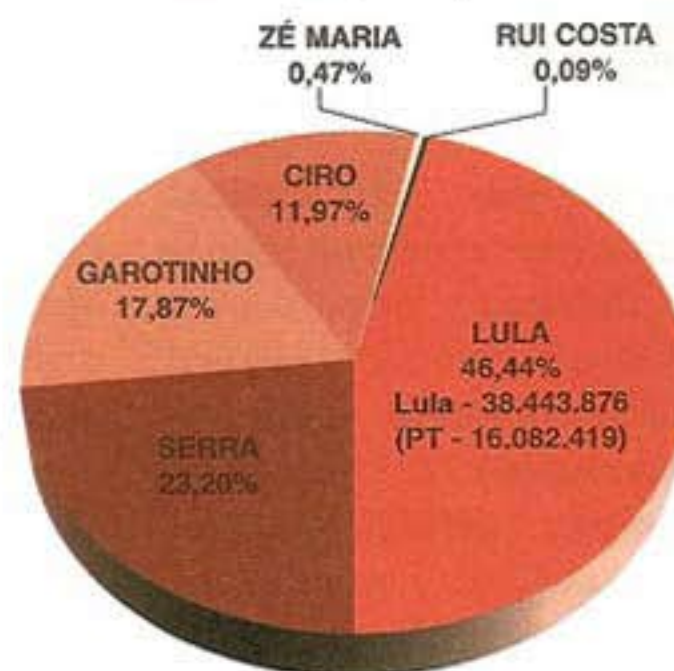
federais. Sua meta de atingir 15 federais quase foi alcançada, tendo ficado na primeira suplência de deputado federal em Goiás, Pará e Roraima (e na segunda no Ceará e Sergipe). Para as eleições às Assembléias estaduais também obteve expressivo crescimento – passou de 10 para 17 deputados em 14 Estados. E, ainda, chegou à primeira suplência em 2 Estados – Piauí e Ceará.

**Gráfico 1**  
**Eleições 2002**  
Segundo turno para presidente



Fonte: TSE

**Gráfico 2**  
**Eleições 2002**  
Primeiro turno para presidente





Foi também o 10º maior crescimento dentre os 27 partidos que elegeram deputados estaduais. Em termos reais, aumentou sua votação em 39,9% e em termos absolutos em 77,9%, relativamente a 1998. E lançou ainda 9 candidatos a Senador, que obtiveram 6.199.237 votos, equivalentes a 4,03% dos sufrágios nacionais válidos, conquistando a vaga de primeiro suplente do senador eleito do Rio Grande do Sul.

Acumula, então, o PCdoB representação parlamentar em 14 Estados: 10 com deputados federais, entre os quais apenas no Piauí não tem simultaneamente deputado estadual e em mais outros 4 (Rio Grande do Sul, Goiás, Pará e Amapá), onde elegeu apenas deputados estaduais (*Mapa*).

É o 11º Partido em votação nacional (2,25%) e tamanho de representação (2,34%) na Câmara de Deputados, de um total de 30 que participaram do pleito; é o 15º Partido em votação (1,3%) às Assembleias Legislativas Estaduais (*Gráficos 3 e 4*).

Devido à renovação dos mandatos desses níveis, o PCdoB obtém indiretamente outros ganhos. Passa a ter a 1ª suplência de Senado no Estado de São Paulo e conquista outros mandatos de vereador, provenientes das suplências alcançadas em 1998, em importantes capitais, como Curitiba, Goiânia e Salvador; na cidade de Juiz de Fora (MG) e, possivelmente, em Vitória no Espírito Santo.

Trata-se de um crescimento que veio se acumulando ao longo das cinco eleições federais de que participou o PCdoB. Crescimento que se expressou ao nível de quase todos os Estados da Federação. Os comunistas alcançaram expressiva vitória política e eleitoral. Ultrapassaram o

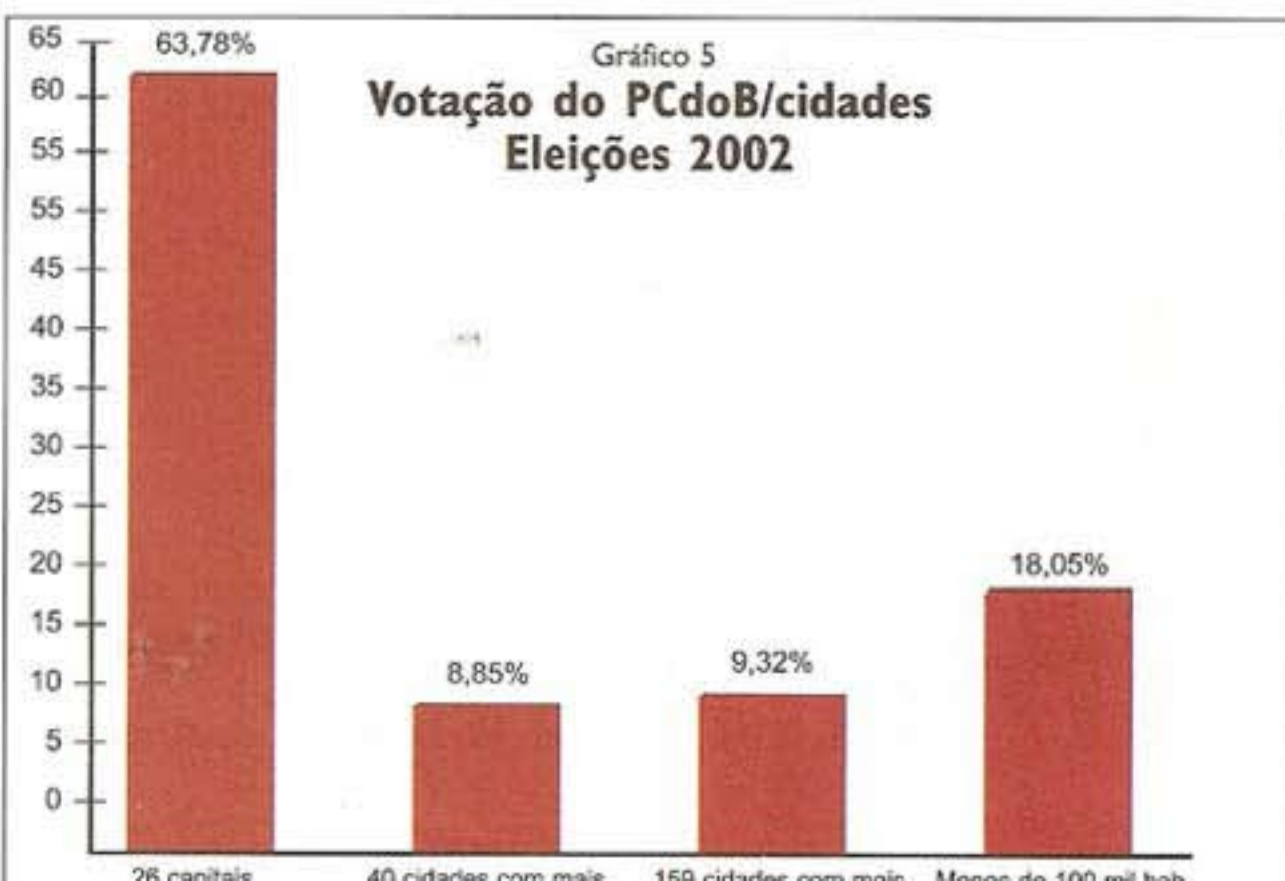
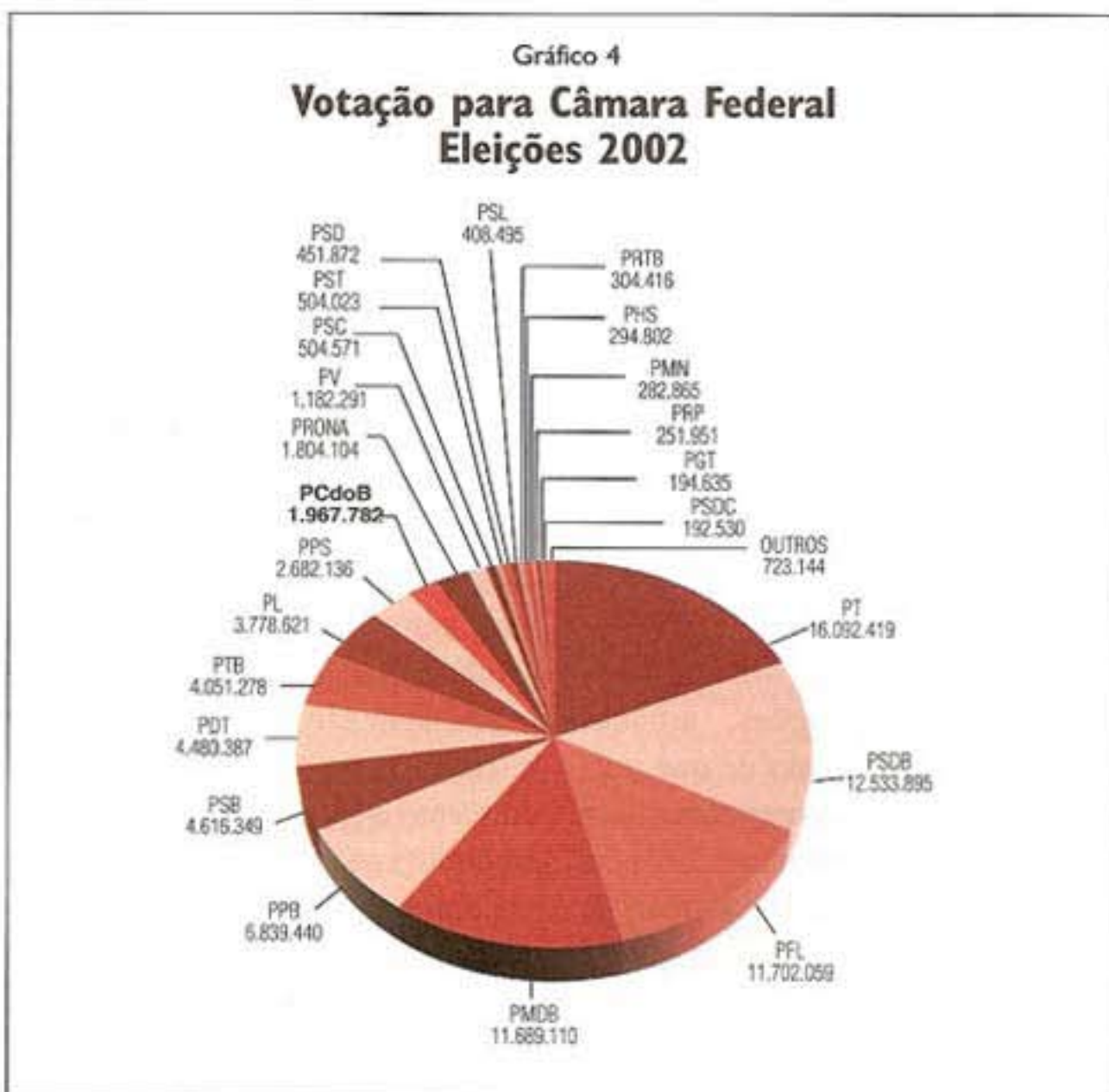
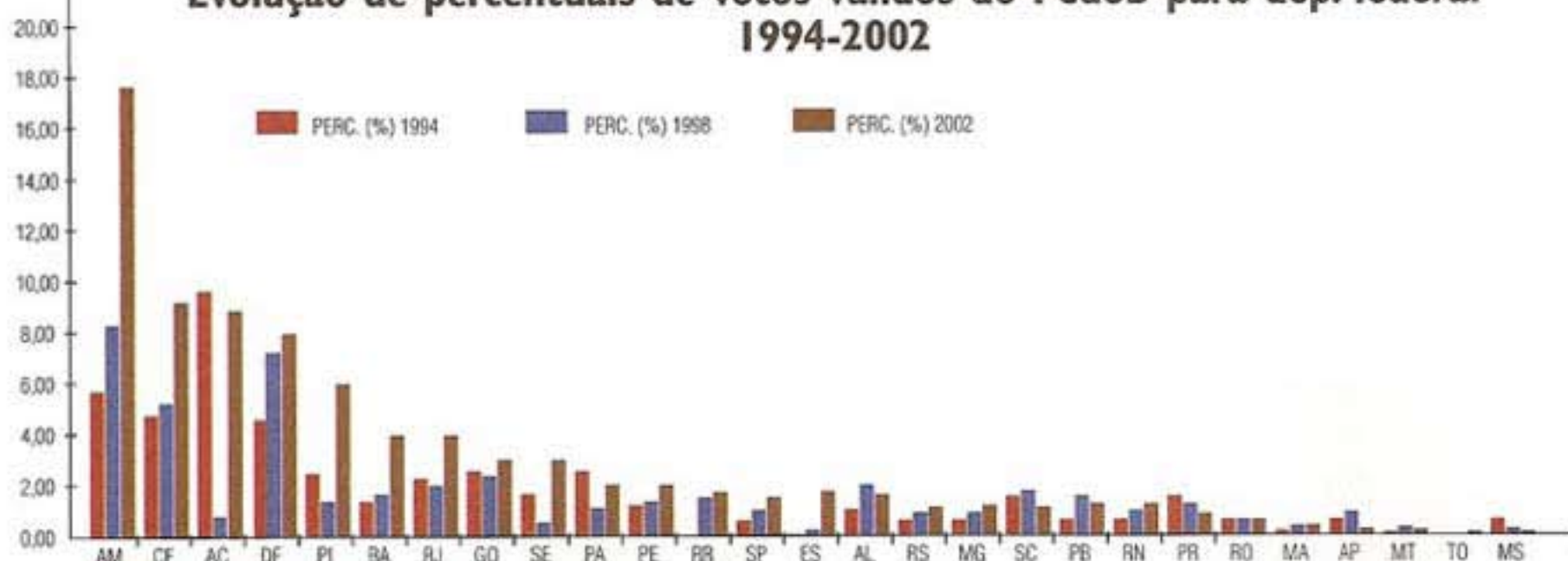




Gráfico 6

### Evolução de percentuais de votos válidos do PCdoB para dep. federal 1994-2002



objetivo de alcançar 2% dos votos válidos nacionais para deputado federal. Nos Estados também conseguiu alcançar números significativos, pois em 10 deles (Acre, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Pará, Piauí, Rio de Janeiro e Sergipe), obteve mais de 2% dos votos válidos para deputado federal. Além disso, somou, ainda, mais de 1% dos votos válidos para as Assembleias Legislativas em 13 Estados e mais de 2% em 4 deles (AC, AM, BA e CE).

Observando-se a votação nas grandes concentrações urbanas chega-se à constatação de que nela se expressa e se encontra com maior força a votação dos comunistas, pois nas 225 cidades do país com mais de 100 mil habitantes o PCdoB obteve 81,95% de toda sua votação nacio-

nal (Gráfico 5). Na maioria delas o Partido está estruturado. É importante ainda observar que destas cidades as 26 capitais participam com 63,78% dos votos nacionais.

#### Aumentam os laços de confiança entre os comunistas e o povo

Os candidatos comunistas, em todos os níveis, e mais a legenda 65, alcançaram assim, computadas as eleições majoritárias e proporcionais, cerca de 9,3 milhões de votos válidos em todo o país. Marca muito expressiva não só do sentimento mudancista no país, mas também do crescente laço de confiança entre os comunistas e o povo.

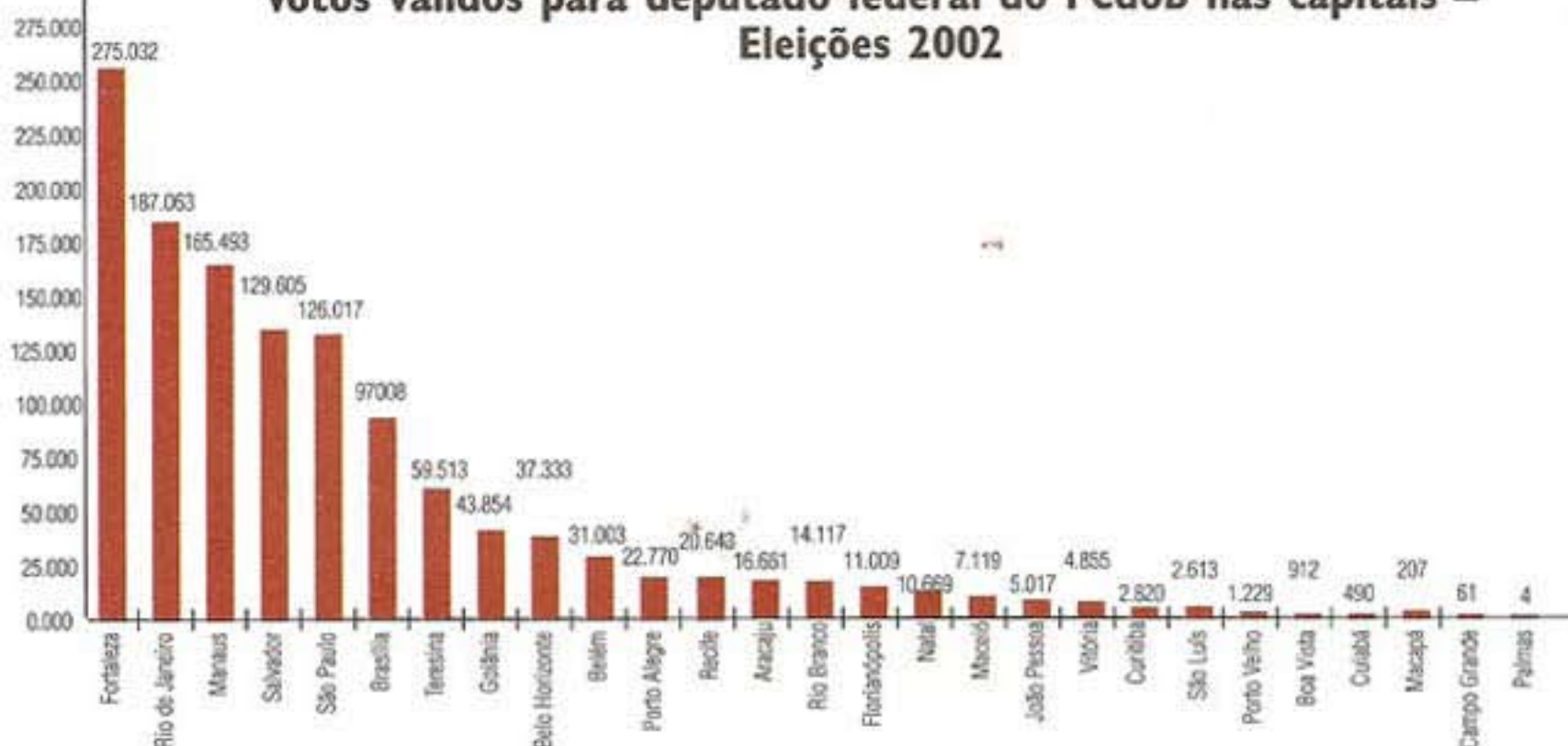
Confiança porque foi um voto consciente nos comunistas. Isso é essencial considerar, se as condições

em que transcorreu a campanha eleitoral e as regras eleitorais vigentes forem levadas em conta. Houve uma onipotente propaganda em torno do número da legenda de Lula e do PT, que encabeçava a coligação em todos os Estados. A votação do Partido supera todos esses condicionamentos.

Algumas qualificações magnificam esses resultados. Diversos comunistas foram eleitos em 1º ou 2º lugar em seus estados – Amazonas, Ceará, Acre, Distrito Federal, Piauí e Rio de Janeiro. São autênticos campeões de votos, alguns com características de fenômeno eleitoral de expressão nacional. O caso do Amazonas é emblemático: Vanessa Graziottin alcançou imponentes 17,18% dos votos válidos, o que num Estado populoso como São Paulo representaria quase 4 milhões

Gráfico 7

### Votos válidos para deputado federal do PCdoB nas capitais – Eleições 2002





de votos! Um em cada seis eleitores do Amazonas votou PCdoB! O voto de legenda 65, do PCdoB, no Amazonas e no Ceará, obteve mais indicações que a do próprio PT que apresentava o candidato a governador. No Ceará, um em cada onze eleitores votou PCdoB, consagrando Inácio Arruda em 1ª colocação a deputado federal pelo Estado. Dos 33 deputados federais mais votados do Brasil, que individualmente ultrapassaram a marca de 7% dos votos válidos, 4 são comunistas: Vanessa Graziottin do Amazonas, 2ª mais votada proporcionalmente em todo o país; Inácio Arruda do Ceará, mais votado do Estado; Perpétua Almeida, 1ª do Estado; e Agnello Queiroz, 2º lugar no Distrito Federal. E também entre os eleitos a deputado estadual há vários campeões de voto.

Além de campeões de votos, releva a extração dos eleitos. Tem todo realce a bancada feminina. O PCdoB está entre os partidos que mais mulheres lança como candidatas, proporcionalmente, entre os que elegeram federais. Consegue eleger 4 mulheres de uma bancada de 12, ou 33% do total, com a característica de serem todas elas autênticas campeãs de

votos. Proporção próxima se encontra na bancada de estaduais eleitos – são 5 mulheres entre 17 eleitos (29%). É a maior bancada feminina proporcional entre todos os partidos. Realça também que na nova Câmara dos Deputados, segundo levantamento do DIAP (Departamento Inter-sindical de Atividades Parlamentares), há 52 membros (cerca de 10% do total) oriundos da frente sindical. O PCdoB comparece aí com 7 de seus 12 eleitos, o que representa 13,5% daquele montante, e quase três quintos de sua bancada.

### Cresce extensão, desempenho e estruturação do Partido

O PCdoB lançou candidatos em todas as 27 unidades da Federação. Os índices alcançados espelham um crescimento absoluto e relativo na maioria deles, não obstante a desigualdade relativa de desempenhos. Releva o peso dos resultados nos principais Estados, compondo um quadro de peso relativo maior nas regiões Nordeste e Sudeste do país. Aproximadamente três quartos da votação para deputado federal foram obtidos em capitais e nas 40 maiores cidades do país (com mais de 200 mil eleitores). São índices que expressam

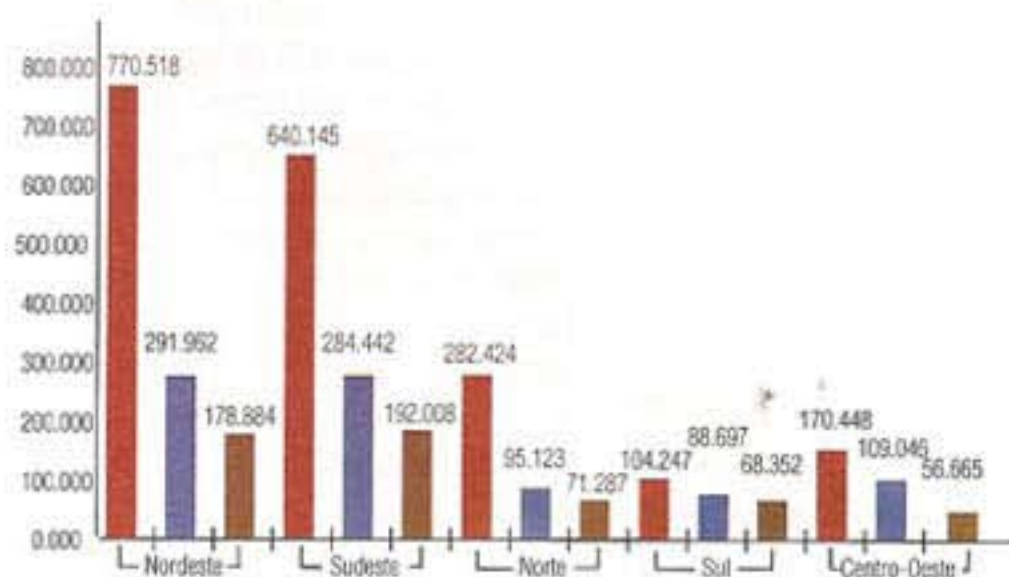
o nível em que se lançou o Partido, com número ainda relativamente reduzido de candidaturas (208 no total). Uma amostragem desses resultados se encontra nos gráficos 6,7 e 8.

Na vida partidária, a campanha eleitoral representou o eixo da 2ª fase do Plano de Estruturação Partidária. O PCdoB buscou cumprir seu propósito de se reforçar como corrente de pensamento e ação política em todo o país, fortalecendo sua estruturação. Os resultados alcançados inscrevem-se também como conquistas da batalha política travada. Como um todo, o Partido se preparou ativamente para a batalha eleitoral e conheceu uma mobilização integral de seus efetivos. Estiveram presentes nas Conferências Municipais de 2002 cerca de 30 mil militantes. Houve grande unidade no Partido quanto à linha adotada em nível nacional e estadual. Pôs-se firmemente a política no comando do processo de fortalecimento do Partido, e não se perdeu de vista a premissa central do período de campanha – estruturar o partido no seio da batalha. O PCdoB atribui as vitórias alcançadas à força do Partido, ao trabalho de sua militância, ao prestígio de suas lideranças e considera que, reciprocamente, as vitórias devem levar a um reforço ainda maior de sua estrutura.

As metas centrais foram: realizar as Conferências por intermédio de Assembléias de Base; e persistir no trabalho de filiação durante a campanha. Foram realizadas perto de 1000 conferências municipais precedidas por cerca de 2.000 Assembléias de Base. Durante a campanha e após a vitória, filiaram-se muitas lideranças sindicais e populares, vários vereadores, além de personalidades da esfera técnico-científica-intelectual. E, ainda, todas as frentes internas de ati-

Gráfico 8

### Evolução dos votos totais do PCdoB – 1994-1998-2002 Eleições 2002/Região Demográfica





vidade foram enormemente reforçadas, com destaque para a de finanças e a de comunicação. Nesta, o PCdoB deu um salto. A publicidade de campanha foi à escala de falar para milhões, principalmente pela TV e rádio (foram mais de 177 milhões de impressos na campanha). A inovação representada pelo Portal do PCdoB foi marcante. Os dados disponíveis indicam um grande aumento do número de acessos – em abril, 38.263; maio, 49.039; junho, 53.794; julho, 53.424; agosto, 73.775; setembro, 92.815; outubro, 124.532 (sendo 20.273 do exterior). Isso significou mais de 4 mil visitas ao dia!

Foram cumpridos também os propósitos de forte ação no plebiscito da Alca. O PCdoB, além de todas as entidades em que atuam seus militantes, esteve presente diuturnamente nesse movimento e teve papel de expressão na mobilização popular. Ao lado disso, estimulou a campanha pela redução da jornada de trabalho, e seus militantes contribuíram decididamente para a organização da luta popular, por intermédio dos congressos da Corrente Sindical Classista – CSC, da União da Juventude Socialista – UJS, e da Confederação Nacional das Associações de Moradores – Conam. Movimentos e objetivos que se coadunaram com a batalha maior em curso: eleger um novo bloco de forças para governar o país.


É um marco importante a demonstrar que é possível – e necessário – um Partido Comunista ativo, que jogue papel na decisão dos rumos nacionais, moderno, ao mesmo tempo fiel a seu princípio maior, marxista e transformador, procurando fazer uma justa combinação entre a luta institucional-eleitoral e a luta do povo e dos trabalhadores do país, a quem o PCdoB quer representar como força política.

### Candidaturas majoritárias elevam prestígio da legenda comunista

Trunfo novo dos comunistas nestas eleições ocorreu com as candidaturas majoritárias ao senado e a vice-governador. Alcançado o objetivo político de ultrapassar 2% dos votos nacionais no pleito, a votação dessas candidaturas se inscreve como êxito expressivo, com 6.199.237 votos. O Partido elege o vice-governador do Piauí e quase conquista o vice-governador do Ceará. Ao Senado, seja em termos absolutos – em São Paulo alcança quase 3,5 milhões de votos –; seja em termos relativos – 16% dos votos no Distrito Federal e 13% na Bahia, entre outros bons desempenhos –, comprovam o aumento do prestígio dos comunistas (no DF, um em cada 3 eleitores votou no comunista Fredo Ebling para senador). Rio de Janeiro e Amazonas tiveram também votação expressiva. Mesmo onde não foram eleitos parlamentares comunistas, a candidatura ao Senado significou uma presença inovadora e ativa do PCdoB na campanha em nível dos Estados – como é o caso de Alagoas e Paraíba.

Foi natural o pleito à inscrição de candidatos ao Senado em diversos Estados, consumando-se em nove deles essas candidaturas. O mesmo ocorreu quanto à indicação de vice-governador, vitorioso, no Estado do Piauí, com Osmar Ribeiro Júnior. Portanto, na “ventania oposicionista” deste outubro eleitoral, o PCdoB se situou em condições de dar passos mais largos na sua projeção e construir novas lideranças eleitorais, indispensáveis ao novo ciclo político que vai se configurando no país. Os comunistas não têm representação no Senado desde a cassação do mandato de Luiz Carlos

Prestes em 1947! Pouco depois, em 1951, lançou a candidatura por São Paulo do querido camarada Cândido Portinari, alcunhado de “Senador Furtado” porque na calada da noite de apuração dos votos, foi alvo de uma clara manipulação dos resultados consagrados alcançados naquele ano.

Eleições ao Senado são majoritárias e, nesse sentido, diferentes da disputa proporcional a que o Partido está afeito. Elas são levadas a falar a todos os eleitores, e não apenas a redutos eleitorais ou segmentos sociais. O fato de haver dois votos por eleitor este ano, ao mesmo tempo em que favoreceu essas candidaturas, implicou num complexo desafio político e de campanha. Por outro lado, não é de se relativizar o enorme peso que representa esse tipo de disputa, em termos materiais e financeiros – claramente desfavorável ao PCdoB –, o que aumenta o mérito dos resultados alcançados. Fica também o registro da dificuldade dos institutos de pesquisa em mapear as intenções de votos desse pleito, produzindo resultados muitas vezes desconhecidos e distantes da realidade – o que no caso em geral desfavoreceu nossas candidaturas, procurando desmobilizá-las. Isso tudo é parte de um aprendizado neste tipo de pleito que, parece, vai se incorporar definitivamente à experiência do PCdoB. 

Walter Sorrentino é médico, membro do Comitê Central e de sua Comissão Política Nacional, Secretário Nacional de Organização. André Bezerra é membro da Comissão Nacional de Organização. Lejeune Mato Grosso de Carvalho é sociólogo e membro da Comissão Nacional de Organização. Todos os dados utilizados neste artigo são oficiais e foram disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE (e podem ser obtidos na sua página oficial [www.tse.org.br](http://www.tse.org.br); eles foram analisados e dispostos em mapas, gráficos e planilhas pela Comissão Nacional de Organização do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil.



# Hércules e a herança maldita de FHC

Luiz Carlos Antero

Conta a mitologia grega que o herói Hércules teve entre suas mais gigantescas tarefas a limpeza das cavaliças de Áugias – ou Augêis, cujo nome, em grego, designa luz, raios de sol e bem poderia ser a



terra brasileira, a invejada e cobiçada terra tropical da biomassa, onde, em se plantando, tudo dá, e de fantástico e abundante reino mineral, de fabulosas riquezas. O trabalho hercúleo consistiu na limpeza das imundícies milenares das estrebarias que simbolizam o mundo das animalidades, para que o sol do espírito pudesse manifestar-se na Terra e propiciar o advento da Idade de Ouro vaticinada pelos profetas, videntes e pitonisas de todos os tempos. Assim, somente assim, poderiam os cavalos do carro de ouro do Sol cavalgar a Terra, conduzindo o Senhor da Luz na Mercaváh, o carro de fogo. Foram doze os tra-

balhos de Hércules em relação com as doze casas zodiacais pelas quais passou, completando seu ciclo astrológico ao Sol. Hércules, ou Heracles, o deus solar grego, passou pelas

provas iniciáticas marcado pelo simbolismo que bem expressaria a difícil caminhada do governo Lula no País que bem seria aquele lugar referido com insistência nas lendas da Antigüidade: um país maravilhoso, na região donde o Sol se põe, isto é, no Ocidente. Os papiros egípcios citam-no como o Amenti, ou melhor, Amen-Ti, o País Oculto, e determinado lugar dessa mansão, maravilhosa, a montanha do ocidente, a Mansão das Almas osirificadas, justamente onde iam viver aqueles que, iniciados nos mistérios, imortalizavam-se e atravessavam o umbral Rosta, que dava para a sala de Maat, a deusa da Verdade.



Em busca dessa verdade, do vôo perplexo na contemplação mitológica, pousamos na realidade brasileira quando o presidente Fernando Henrique Cardoso passa solenemente a faixa republicana para o seu sucessor, Luiz Inácio Lula da Silva, sob pompas e circunstâncias, nas quais posa de democrata que entrega o País sob a mais radiante democracia, preparado para o desenvolvimento. Falso.

APÓS REALIZAR sua última viagem internacional como Presidente para receber mais um título de “doutor honoris causa”, este sociólogo que vendeu a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e que negou tudo o que escreveu antes (para que sua obra, que agora pretende “atualizar” não fosse atirada à vala comum das suas proezas presidenciais), foi pródigo no patrocínio de um retrocesso democrático que varreu da Constituição de 1988 uma boa parte das conquistas nacionais e sociais posteriores ao fim do regime militar; incontido na edição de medidas provisórias (MP’s), das quais abusou como nenhum antecessor, desmoralizando o Congresso Nacional com seu balcão de negócios e submetendo o Judiciário (tendo nomeado seu “líder” no Supremo Tribunal Federal - STF, e Tribunal Superior Eleitoral - TSE, Nelson Jobim, entre outros. Entreguista extremado, promoveu previamente às privatizações, intensa campanha contra as empresas públicas e abriu lugar cativo em seu gabinete palaciano para o Fundo Monetário Internacional - FMI); fervoroso em legislar contra os trabalhadores, a esses dedicou milhares de ataques letais aos seus direitos legais ou a pura e direta repressão – viva na memória de petroleiros, caminhoneiros, servidores públicos, entre inúmeras categorias.

FHC sai da Presidência com uma nódoa irreparável, determinada por

seu inconfundível compromisso com o berço conservador, manchado pelo desprezo ao suor e ao sacrifício do povo humilde, a quem humilhou, e pelas reverências aos poderosos, a quem bajulou e elevou. Ele se despede do poder depois de uma orgia inédita em nossa História, na qual os convidados foram os rentistas internacionais de toda espécie e a nata dos exploradores. Estes saem da esbórnia com um lucro fantástico – fruto da sangria promovida contra a soberania nacional e contra o trabalho neste País. Com isso, FHC certamente avalizou seu passaporte para uma sinistra posteridade.

#### **Camelô ou caixeiro viajante**

Fernando Henrique Cardoso entrará para a História do Brasil como o presidente que mais viajou para o exterior, encerrando seu período de oito anos com praticamente um ano a passeio pelo mundo, e a precípua missão de vender o País nos centros hegemônicos da economia internacional. FHC voou 88 vezes em 121 viagens oficiais a 44 países, além de três visitas à sede

*Denúncias de  
corrupção  
campearam livres e  
impunes nos  
governos FHC*

da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, numa média anual de viagens 2,7 vezes superior à do papa João Paulo II. Oficialmente, a “diplomacia presidencial” foi qualificada como “instrumento que favoreceu muito o acesso a novos mercados, a conquista de investimentos e a conquista de mais espaço para o Brasil nas decisões internacionais” pelo embaixador Eduardo Santos, assessor especial da Presidência da República para relações internacionais. Mas a situação legada para o sucessor está longe de facultar-lhe um panorama tão favorável.

No exterior, a imagem do Brasil corresponde à das repúblicas da corrupção latino-americana, com suas elites carcomidas pela degradação moral. FHC, com seus títulos e pompa de estadista, poderia muito bem ter o destino de parceiros como Alberto Fujimori, a quem agraciou com elevadas honrarias nacionais, ou de outros elementos da estirpe de Domingo Cavallo, que terminou encarcerado pelo crime formal de contrabando. Na verdade, esses e diversos outros cometeram crimes contra a economia e contra os povos dos seus países – imputação da qual FHC não está livre, de acordo com os diversos processos criminais que correm na Justiça contra ele.

Denúncias de corrupção campearam livres e impunes em seus governos. Desde o escândalo da licitação do projeto Sivam, passando pela compra de votos para a aprovação da



---

## *FHC promoveu ampla e inédita desnacionalização da economia brasileira*

---

Emenda da reeleição, até o episódio das privatizações – e do sistema de telecomunicações brasileiro em particular –, Fernando Henrique teve sempre um fiel escudeiro a comprometer-lo pelos laços de intimidade (embaixador Júlio César, Sérgio Motta, Eduardo Jorge Caldas Pereira, Ricardo Sérgio de Oliveira, entre diversos outros). Entretanto, passeou sobranceiro sobre todas as dezenas de denúncias e, no limiar de seu segundo mandato, tenta sair ileso: busca o apoio para mais uma saída negociada nesta jovem e contaminada República, buscando comprometer o vencedor com seu passado ambíguo e, de quebra, articula um cargo internacional na ONU que o mantenha olímpicamente acima das punições reservadas ao comum dos mortais.

A corrupção deslavada em seus governos não é apenas mais um atestado secular do baixo padrão moral das elites brasileiras – de onde recebeu um legado que se empenhou em ampliar. Está umbilicalmente articulada à moderna aliança dessas elites reunidas num pacto conservador para elegê-lo em 1994 e em 1998. Fundamentalmente as mesmas forças que ofereceram sustentação à ditadura militar. Ao sociólogo e professor da USP – ele próprio um rebento bem nascido dessas elites – coube ser festejado, promover a festa e patrocinar um dos maiores retrocessos republicanos quanto às conquistas democráti-

cas no Brasil. Políticos conservadores que resistiram ou relutaram ante o movimento pela democratização, aliados e beneficiários da ditadura, foram plenamente restaurados no comando da República pelo pacto neoliberal.

### **O desmonte nacional**

Não tão milenar quanto às referidas imundícies das cavaliarias de Áugias, a ação do presidente Fernando Henrique Cardoso pode ser estimada pela extensão e profundidade dos estragos que produziu em apenas oito anos no coroamento dos cinco séculos de gestão das elites brasileiras sobre um país maravilhoso, continental – que, ao contrário de muitos países do mundo ocidental, vê o sol quase todo dia.

As reformas do Capítulo da Ordem Econômica que buscou aprovar desde o primeiro dia de seu primeiro mandato, em 1995, incorporadas à Constituição mediante o jogo fisiológico com os partidos conservadores e a corrupção ostensiva dos lobistas – que tráfegavam fagueiros pelo Parlamento –, inauguraram o processo de privatizações e desnacionalização da economia brasileira. Segundo o relatório do Tribunal de Contas da União, TCU-2001, entre 1991 e 2000 foram arrecadados US\$ 82 bilhões com as privatizações. Desse total, US\$ 28 bilhões oriundos das privatizações estaduais; US\$ 27 bilhões das telecomunicações; US\$ 5,6 bilhões do setor siderúrgico; US\$ 4,0 bilhões do setor de petróleo e gás; US\$ 3,9 bilhões do setor elétrico; US\$ 3,8 bilhões do setor financeiro; US\$ 3,3 bilhões do setor de mineração; US\$ 2,7 bilhões do setor petroquímico; US\$ 1,7 milhão do setor ferroviário; US\$ 2,4 bilhões dos demais setores – fertilizantes e portuário. Do total, US\$ 11,113 bilhões foram pagos em “moedas podres” e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econô-

mico e Social (BNDES) ainda ofereceu substanciais atrativos para esses “investidores”.

Na entrada de apenas R\$ 8,8 milhões da privatização das teles, praticamente a metade foi financiada pelo BNDES. Dois anos e meio antes, foram investidos na infraestrutura do setor, nada menos que R\$ 21 bilhões em recursos públicos. A CVRD, com 50 anos de investimentos produtivos e de infraestrutura (em portos, navios, estradas de ferro, locomotivas, e todo tipo de maquinarias e equipamentos) foi vendida por míseros R\$ 3,13 bilhões, com seus ativos e jazidas minerais imensuráveis.

### **O massacre trabalhista**

No discurso predador de FHC e de sua equipe neoliberal, as privatizações iriam resolver problemas da Saúde e da Educação, o problema da dívida pública, assegurar a estabilidade da economia. Nada disso ocorreu. Os índices inflacionários voltaram a crescer e o País perdeu ritmo de crescimento econômico.

Essas medidas caminharam pari passu ao corte dos direitos dos trabalhadores secundadas pelo ajuste fiscal – que determinou o congelamento dos salários dos servidores federais, o corte de investimentos na área social e de investimentos públicos, que levaram a drásticas conseqüências – como a da crise energética do mais apreciado sistema hidrelétrico do mundo.

O dispositivo da MP, sucedâneo do Decreto-Lei – arma legislativa do regime militar – foi o maior símbolo do autoritarismo da era FHC. Desde a promulgação da Constituição de 1988 foram editadas e reeditadas 6.121 MP's, entre edições e reedições, das quais 5.314 assinadas pelo presidente FHC. Além de atropelar o Parlamento, essa excrescência palaciana servia como “cavalo de Tróia” para os maio-



res disparates e comportava freqüentemente ataques às instituições de desenvolvimento regional e aos direitos dos trabalhadores. Já no início de 1995, foram decretados via MP o fim da política salarial e uma certa “participação” dos trabalhadores nos lucros e resultados das empresas. Um ano depois, 40% das categorias não conseguiam sequer a reposição da inflação passada, e muito menos quaisquer participações em lucros. Em 1998, no final de seu primeiro mandato, FHC edita outra MP letal para os trabalhadores: a pretexto de defendê-los, apresenta como “alternativa à demissão” a suspensão temporária do contrato de trabalho, facultando às empresas o afastamento por cinco meses, com a prerrogativa de promover ou não a requalificação profissional do empregado suspenso.

Mas esse Presidente não poderá ser acusado de traição ao País e ao seu povo apenas na solidão de seu gabinete. No mesmo ano, o rolo compressor de sua base parlamentar funcionou na medida certa para facilitar a vida das empresas contra a estabilidade dos seus empregados, a pretexto de facilitar a abertura de vagas com menos encargos. A Lei 9.601/98 admitiu a demissão sem pagamento da rescisão contratual, com desconto de 50% nas contribuições destinadas ao sistema “S”, pagando somente 2% mensais de FGTS. Noutra situação, a mesma Lei

foi articulada à MP 1.709/98 para a elevação do prazo de compensação do banco de horas – primeiro para seis meses, depois para um ano. Assim, as empresas poderiam elasticar ou reduzir a jornada de trabalho, adaptando a carga horária ao seu ritmo de produção. No ano 2000, a Lei 8.959/00 nasceu para eliminar a Justiça do Trabalho dos impasses entre patrões e empregados, provocando uma redução para apenas 60% dos direitos recebidos nas tais comissões de conciliação prévia. Mas FHC não conseguiu completar sua obra, apesar dos esforços de sua base parlamentar: o desmonte da CLT não chegou ao seu termo no Congresso Nacional.

### Presidente inesquecível

Conspirando contra o Brasil nessa linha do tempo e no espaço aéreo mundial, o presidente FHC buscou completar a inglória tarefa de torná-lo prisioneiro das teias do capital financeiro internacional, sob o discurso de assegurar uma inflação sob controle, o ajuste das contas públicas e a estabilidade econômica. Na verdade, conduziu ao desmonte da economia e do Estado brasileiro e à instabilidade de uma imensa evasão de divisas, ao sabor dos juros mais elevados do mundo e das flutuações da moeda brasileira. A instabilidade apenas cresceu quando os proprietários do capital volátil, conhecidos

no mercado como “investidores” passaram a desconfiar da capacidade de endividamento do País e da própria continuidade da atual política – uma festa que enriqueceu muitos especuladores. O crescimento acelerado da dívida pública foi secundado pelo atrofimento da produção no País, visto que o dinheiro caro e a elevada carga tributária, voltada para o cumprimento das metas vinculadas ao superávit primário, passaram a inibir o empresariado. A isso se somaram cortes cada vez mais profundos no Orçamento Geral da União (OGU), impondo mais sacrifícios ao País e ao seu povo, sem que o crescimento da dívida fosse contido.

O Brasil não esquecerá esse presidente, que se manteve fiel à mesma política até o final de seu segundo mandato, posando de democrata e de estadista na transição. Mais do que perversos, seus governos apresentam uma herança de arrepiar, legando uma estreita margem de manobra para o desenvolvimento do País e uma monstruosa dívida para todos os brasileiros. O rombo causado ao Brasil atingiu 1,8% do PIB até junho de 2002, acumulando prejuízos de R\$ 25,8 bilhões desde janeiro de 1999, uma fatura que repercute sobre o OGU 2003 – a ser liquidada em repasses do Tesouro ao Banco Central (BC). Apenas em setembro de 2002, o BC perdeu R\$ 12 bilhões nas trocas de títulos públicos indexados ao câmbio do dólar.

Essa brutal sangria se avolumou com os prejuízos causados pelas intervenções do BC no mercado para conter a alta do dólar, demonstrando que Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) tornou-se útil apenas para manter sob controle os gastos dos demais poderes, dos estados e municípios. Nessa trajetória de destruição, a dívida líquida do setor público sofreu uma brutal elevação: de R\$ 61,7 bilhões em 1994, passou a 815,131 bilhões (63,9% do PIB) em

---

*Conspirando contra o Brasil,  
o presidente FHC buscou  
completar a inglória tarefa  
de torná-lo prisioneiro  
das teias do capital financeiro  
internacional*

---



setembro de 2002, na encruzilhada das taxas de juros e da crise cambial, avançando para a casa dos R\$ 900 bilhões.

No OGU para 2003, os gastos com refinanciamento (R\$ 522,2 bilhões), amortização (R\$ R\$ 60,2 bilhões), juros e encargos (R\$ 93,6 bilhões) dessa dívida, significam cerca de 70% num total orçamentário de R\$ 1.009,5 trilhão. Restaram, neste ano, na proposta do governo federal, apenas R\$ 7,35 bilhões para investimentos no País – uma redução de 33,4% em relação a 2002, que prejudica todas as unidades da federação.

FHC atuou intensamente contra o povo brasileiro ao longo desses oito anos. Seus vetos à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO, que serve de base para a elaboração do OGU), somente de 2003 – a herança imediata para o seu sucessor – atingiram em cheio as rubricas sociais, em especial a saúde pública, os trabalhadores, o emprego e a renda nacional. Foram 12 vetos à LDO, inspirados pelo ajuste fiscal do FMI, inclusive com o corte de R\$ 5 bilhões da reserva técnica criada para um aumento de 10% no salário mínimo; de uma Emenda que restabelece os recursos mínimos para a Saúde de acordo com a Constituição; de R\$ 6 bilhões para a Saúde até 2004; de um dispositivo da LDO que determinava a destinação de 30% dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para as micro, pequenas e médias empresas, via BNDES, destinada à dinamização da economia.

### **Pesadelo Real**

O Plano Real foi a última iniciativa, mais prolongada e desastrosa entre as cinco voltadas para o combate à inflação, seguindo-se aos planos Cruzado, Bresser, Verão e Collor. As metas explícitas falavam em estabilizar a

economia sem o congelamento de preços e salários, em conter o déficit público com ajuste fiscal e privatizações, na elevação das taxas de juros para conter o consumo e atrair capitais estrangeiros, em abrir a economia para o mercado comercial exterior, em estabilizar os preços e aumentar a competitividade dos produtos brasileiros. Enfim, as premissas do Consenso de Washington aplicadas à globalização neoliberal. A Balança Comercial, que em 1994 apresentava desempenho positivo de US\$ 10.466 bilhões, em 1997 já se tornava negativa em US\$ 6.752 bilhões e, em 2000, mesmo com a desvalorização cambial e a adoção do câmbio flutuante ocorrida em janeiro de 1999, continuou deficitária em US\$ 697 milhões.

Nesse ritmo, a produção industrial foi despencando: em 1995, quando o presidente FHC tomou posse pela primeira vez, atingia os 16,95% e foi decaindo: em 1996 para (-) 8,83%; em 1999 para (-) 3,40%. A dívida externa, que foi de US\$ 148,3 bilhões em 1994, alcançou US\$ 240 bilhões em abril de 2002. Mais vulnerabilidade decorreu dessa situação, ampliando-se a dependência de capitais de fora para o fechamento das contas externas. O aumento recente do saldo comercial não melhorou o fluxo dos investimentos – em queda promovida pela onda do risco-país nos países emergentes. A gangorra financeira se encorpou mais no recente período eleitoral, com o abreviamento ou vencimento de títulos da dívida brasileira, a elevação do risco-país e da especulação com o dólar. Na agonia do segundo mandato do presidente FHC, o Brasil precisaria de uma cifra de quase US\$ 47 bilhões para fechar suas contas sem depender de recursos do FMI.

A crise do Real se acentuou a partir de 1998, implicando num acordo com o FMI que tornou o governo refém de

## *O legado de FHC*

### *é um campo*

### *minado com muitos*

### *dispositivos prontos*

### *para explodir*

### *na seqüência.*

### *A cilada montada*

### *tem respaldo*

### *do Fundo Monetário*

### *Internacional*

uma cláusula que introduziu na LDO a definição da meta fiscal, instrumento que determina o montante do superávit orçamentário. As metas sociais e econômicas foram submetidas ao resultado financeiro exigido pelo capital financeiro na forma de superávits determinados pela política de arrocho fiscal do Plano Real. Destino: a sustentação de uma dívida galopante com a agiotagem à base da contenção dos gastos públicos – que, em consequência, gerou progressiva deficiência dos serviços públicos, privando o País do crescimento e abrindo caminho para a recessão. Nesse ambiente deteriorado, a economia praticamente estagnou, com um crescimento médio de 2,2% entre 1995 e 2002 (neste último ano, o crescimento foi estimado em 1,5%).

### **Campo minado**

O legado de FHC é um campo minado com dispositivos prontos para explodir: os vencimentos de títulos cambiais e sua difícil e onerosa rolagem; a redução da entrada de capitais externos; o limite cada vez mais



estrito de decisão sobre o uso das reservas cambiais; os vencimentos da dívida externa; a conta de transações correntes; a balança comercial. A cilada preparada pelo governo neoliberal é lastreada pelo “auxílio” do FMI, em junho de 2002, após a redução do piso das reservas dos US\$ 15 bilhões para US\$ 5 bilhões, atribuindo recursos da ordem de US\$ 22 bilhões que podem gerar uma situação cambial de forte instabilidade para o novo governo. Em junho, essas reservas estavam em US\$ 41,9 bilhões, após a liberação da primeira parcela do FMI. Mas, diante da proibição de uso dos recursos vinculados ao acordo nas intervenções do BC no mercado, as reservas internacionais líquidas reduziram-se a US\$ 27,8 bilhões, caindo para US\$ 23,18 bilhões em setembro deste ano.

Em pleno processo eleitoral eclodiram elevados vencimentos de títulos atrelados ao dólar (resgatáveis em reais). Somente em outubro, equivalem a R\$ 8,542 bilhões, e, até o final de 2002, a R\$ 26,507 bilhões, dos quais R\$ 12,416 bilhões em novembro. O BC interveio fortemente no mercado cambial e, no início de outubro, as reservas – que em 1995 eram de US\$ 51 bilhões – caíram para os US\$ 19 bilhões. No ritmo recente dessas perdas (US\$ 2,5 bilhões por mês) as reservas estariam no nível dos US\$ 11,5 bilhões em dezembro, com a cautela de não atingir o esgotamento ainda no atual governo, de modo a legar sérias dificuldades ao sucessor. Qualquer “nervosismo” do mercado (ou simplesmente um ataque especulativo) que implique numa fuga de capitais maior pode reduzi-las para o patamar mínimo de US\$ 5 bilhões, somente nas intervenções voltadas para o

financiamento da fuga do capital rentista. Em oposição a isso, a captação de recursos externos até setembro de 2002 foi de US\$ 10,7 bilhões, com queda de 54% em relação ao mesmo período de 2001.

Mas, ao longo dos governos de FHC, a carga tributária subiu de 25% para 34% do PIB. O total da arrecadação de impostos federais, que em 1994 era de R\$ 64,3 bilhões, em 2001 registrou o recorde de R\$ 196,8 bilhões. Na última prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o PCdoB entendeu que o imposto sobre o cheque não serve à saúde do povo brasileiro, mas ao vigor do ajuste fiscal e do sistema financeiro. E votou contra. Somente em 2001, dos R\$ 17 milhões arrecadados da sociedade, R\$ 5,5 bilhões foram desviados da Saúde, da Previdência e do Fundo de Combate à Pobreza. E, ainda em maio de 2002, já haviam sido desviados 75% dos recursos captados com a CPMF – um pesado esforço tributário confiscado à população para assegurar a receita que gera superávit e o robusto caixa de compromissos financeiros acordados com o FMI. E, claro, a favor dos grandes investidores financeiros, também quando FHC e sua equipe econômica isentaram os aplicadores das bolsas de valores da alíquota de 0,38%.

Os cortes nos investimentos foram crescendo para gerar superávit primário no setor público e, desse modo, satisfazer o FMI e o capital especulativo: em 1995 havia superávit da ordem de R\$ 1,7 bilhão; em 1997 houve déficit de R\$ 8,3 bilhões; em 1999, após um ataque especulativo, houve um corte drástico de recursos nas áreas

sociais e nos investimentos em infra-estrutura e o superávit passou para R\$ 31,1 bilhões; em 2000, R\$ 38,2 bilhões e, em 2001, R\$ 46,6 bilhões.

### **Orgia financeira, inflação e desemprego**

Essa falsa política estagnou a produção e empurrou milhões de brasileiros para o rumo do desespero, da fome, do lixo e da criminalidade, mas fez com que o luxo, a opulência e o gáudio dos grandes banqueiros privados, beneficiários da estabilidade monetária e dos juros acachapantes, fossem ao paroxismo (lucro de 355%, entre 1995 e 2001). O lucro dos grandes bancos privados quase triplicou na vigência do Plano Real: os dez maiores\* auferiram R\$ 3 bilhões em 1994 e R\$ 8,4 bilhões em 2001, e um lucro consolidado de R\$ 41 bilhões nos oito anos. Além disso, como sobremesa nesse banquete, pagaram R\$ 2,6 bilhões de imposto de renda em 1994 e apenas R\$ 1,29 bilhão em 2001. Nesse mesmo ano, os lucros dos banqueiros foram três vezes superiores ao lucro das empresas do setor produtivo nacional (de 17% para a agiotagem a 5% a 7% para a produção). Atento a esse desempenho dos principais responsáveis pelo seu caixa dois nas campanhas de 1994 e 1998, o presidente FHC quis demonstrar-se ainda mais generoso. Espe-

*Ao longo dos governos de FHC, a carga tributária subiu de 25% para 34% do PIB*

\* Bradesco, Itaú, Unibanco, Real, BCN, Mercantil de São Paulo, Safra, Citibank, Bank of Boston e BBA.



*Nunca o país  
presenciou  
tamanho  
especulação  
financeira  
e taxas  
de juros tão  
exorbitantes*

cialmente com os que, mesmo ganhando na ciranda financeira, emitissem cheques sem fundo. Por isso, destinou R\$ 37 bilhões para o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro (Proer), segundo o relatório da CPI dos Bancos, do Senado Federal.

Mas, ao mesmo tempo, foi mau, muito mau, com o povo. Nunca o País presenciou tanta especulação financeira: de acordo com as taxas divulgadas mensalmente pelo Banco Central, quem aplicasse R\$ 100,00 na caderneta de poupança em agosto de 1994, obteria R\$ 324,00 no final de agosto de 2001, somados o principal e os juros, mas quem tomasse empréstimo de R\$ 100,00 no cheque especial, no mesmo período, teria uma dívida de R\$ 160.000,00.

O pagamento dessa conta veio na forma de uma inflação escamoteada, numa sucessão de aumentos de tarifas e impostos do telefone, da água, da energia elétrica, dos combustíveis (inclusive do gás de cozinha), das passagens de ônibus, dos medicamentos, da carne, do feijão, do arroz e até dos ícones do Real – o pãozinho e o frango. Após a crise de abastecimento da ener-


gia, fruto dos investimentos não realizados, a população, que administrou o desgoverno naquele período, passou a pagar o passado e o futuro dessa crise na própria conta do consumo mensal. A Fundação Getúlio Vargas revela que o Índice de Preços por Atacado e o Índice Geral de Preços do Mercado atingiram, em 2002, 19,88% e 14,82%, respectivamente.

E ampliou-se a crise social. Dos 16 milhões de trabalhadores empregados, dez milhões são dominados pela precariedade e instabilidade do subemprego; 60% dos brasileiros trabalham sem carteira assinada e, de acordo com a CUT, aumentaram (1998/2000) de 23,5% para 25,5%. O crescimento do desemprego é oficialmente indiscutível: com critérios que indicam índices bem inferiores aos do DIEESE, o IBGE conclui que, entre 1995 e setembro de 2002, o índice de desemprego praticamente dobrou de 4,67%, para 8,25% ao ano, indicando a presença de cerca de 14 milhões de desempregados. Segundo o Dieese, a taxa média de desemprego total – desemprego aberto mais oculto – nas seis maiores regiões metropolitanas, aumentou de 14,6% em 1993 para cerca de 16,6% em 2001, o que significa um crescimento de 30%.

A perversa distribuição da renda atingiu o paroxismo. O mais recente censo oficial (do IBGE) revela que é aviltante a renda da massa dos brasileiros ocupados: 51,9% trabalham por algum alimento, auferindo até dois salários mínimos (SM). Um em cada quatro (24,4%) ganha até um SM; 27,5% estão na faixa entre 1 e 2 SM. Há ainda a faixa dos que ganham de dois a três SM (13,6%); e outras duas situadas entre três e cinco SM (14,2%) e de cinco a dez SM (12,5%).

Essa crise social veio junto com o

crescimento do exército de excluídos para cerca de 50 milhões, da fome que se generalizou nessas faixas da população, no ressurgimento das epidemias como a dengue – oriunda do desvio dos recursos do Saneamento para os rentistas e da demissão em massa dos agentes sanitários – e no agravamento das precárias condições de saúde para os que dependem do atendimento público, no crescimento vertiginoso da violência e da criminalidade. Os CIEPS foram reduzidos à função de grupos escolares, funcionando meio-expediente, e, no Rio de Janeiro, 15 deles foram transformados em delegacias de polícia que incluem entre seus presos, ex-alunos. Hoje, os comandos do narcotráfico lideram a guerra civil branca em pleno curso nas grandes capitais como o Rio de Janeiro e São Paulo, governando literalmente os bolsões de miséria produzidos pela política neoliberal adotada pelo presidente FHC.

Esse gigantesco passivo social, ao lado da profunda dependência aos centros financeiros internacionais (e de um imenso passivo externo), oferece a dimensão da tarefa a ser enfrentada para que se coloque o País no rumo de sua sonhada prosperidade. Eis, portanto, o legado de FHC: um país à beira da ruína, com seu povo empobrecido, a economia estagnada, a soberania ferida e a democracia mutilada. O governo do presidente eleito, aclamado pelo voto de um contingente superior a 52 milhões de brasileiros, foi conclamado nas urnas a reconstruir com absoluta prioridade o Estado nacional, sob a égide da soberania, da democracia e do resgate dos direitos do povo brasileiro. 

Luiz Carlos Antero é sociólogo e assessor da bancada federal do PCdoB.



# Os intelectuais e o novo governo

*Intelectuais, artistas e cientistas manifestaram, durante e após a campanha que elegeu Lula, apoio ao presidente e expectativas sobre o futuro do país*

Nas declarações seguintes alguns deles expressam por que votaram em Lula ou o que esperar do novo governo das esquerdas.

“Tem de mudar, há 500 anos ‘eles’ mandam e não resolvem. É hora de Lula.” *Ziraldo, cartunista*

“Sempre fui Lula, desde 1989. É Lula e pronto. Nem quero falar mais para não atrapalhar.” *Chico Buarque de Holanda, compositor*

“É a solução social e a solução brasileira.” *Aldo Lins e Silva, jurista*

“Porque representa a ruptura, o novo, o povo. O que veio de baixo.” *Leonardo Boff, teólogo*

“Por tudo que significa: luta e esperança.” *Fernando Moraes, jornalista e escritor*

“Pelo acúmulo político que o PT reúne. Porque ele é o nome emblemático dessa trajetória.” *Chico de Oliveira, economista*

“Por sua tradição de luta, para ampliar os direitos neste país.” *Lúcio Kowarick, sociólogo*

“Por compaixão ao povo brasileiro.” *Augusto Boal, teatrólogo*

“História, história, história. Lula tem e faz história.” *Énio Candotti, ex-presidente da SBPC*

“Pela mudança. Para fazer uma varredura, porque o povo não agüenta mais.” *Nelson Sargento, sambista*

“Lula é sinônimo de esperança. E dela precisamos muito.” *Nilcéia Freire, reitora da UERJ*

“Porque o Brasil precisa de um novo projeto de desenvolvimento nacional.” *Márcio Thomas Bastos, jurista*

“É o mais preparado: reúne liderança, conhecimento e determinação.” *Maurício Tolmasquim, físico, professor da URFJ*

“É um contraponto aos doutores da Sorbonne que quebraram o Brasil, estrangularam a pesquisa e, o ensino público.” *Marcus Barros, diretor do INPA*

“É a melhor opção para responder à crise social brasileira.” *Paulo Gadelha, vice-presidente da Fiocruz*

“Lula está na sua melhor fase. Dá

esperança, paz e certeza.” *Carla Camurati, cineasta*

“É o mais preparado porque formou-se pela universidade chamada Brasil.” *José Leite Lopes, físico*

“É hora de ajudar o povo sofrido.” *Zeca Pagodinho, sambista*

“Para colocar no poder um filho do povo.” *Ariano Suassuna, escritor*

“As condições são favoráveis. Lula vai se entender com todos os setores da sociedade.” *Maria da Conceição Tavares, economista*

“Os grandes expoentes no Brasil não tiveram diploma. Mauá inovou a economia no país, trouxe industrialização de fato, não na teoria. Amador Aguiar também não precisou de diploma para fundar o Bradesco. Ele tem condições de se tornar um grande estadista. Digo isso pela história única dele, por suas idéias e sua biografia.” *Raymundo Faoro, jurista e escritor*

“Lula porque tem lastro político, um partido consistente, um programa viável, uma equipe invejável. Prefiro estar



ao lado de Maria Victória Benevides, Dalmo Dallari, Fábio Konder Comparato, Marilena Chauí, Luiz Pinguelli Rosa, Emir Sader, Paulo Nogueira Batista Júnior, Marina da Silva, Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Antonio Candido, etc., e também da CUT, da CMP e do MST, que estão com Lula, do que ficar mal acompanhado." *Frei Betto, escritor*

“É bom que tenhamos presente que o que está em causa não é uma luta anti-globalização. É, antes, uma luta contra esta globalização neoliberal, a favor de uma globalização alternativa mais solidária e mais sustentável. Aliás, como pode ler-se no último livro de Stiglitz (ex-dirigente do Banco Mundial), a globalização neoliberal, nesta forma atual, está com seus dias contados. A transição para outra mais justa será gradual, mas é inevitável. E para que ela ocorra de modo pacífico, com menos custos para a grande maioria da população, duramente fustigada pela globalização neoliberal, é imprescindível que as energias democráticas dos cidadãos sejam mobilizadas ao máximo. Por isso é tão importante a vitória de Lula.

O capitalismo sempre viveu a tensão entre capitalistas que só enxergam o curto prazo — hoje dramaticamente representados pelos especuladores — e as instâncias político-econômicas que procuram garantir a sobrevivência do sistema a médio e longo prazo. O Brasil vive hoje uma situação paradoxal: o governo FHC levou ao máximo a vulnerabilidade externa do país, mas, ao mesmo tempo, tornou a queda do Brasil demasiado onerosa para o sistema. É nesta contradição que as forças de esquerda do Brasil encontram agora a base real para a sua oportunidade histórica.

[...] o sistema capitalista combina extrema rigidez com grande capacida-

de de adaptação. Tentará de tudo para evitar ter de adaptar-se a um governo progressista, mas quando for confrontado com essa necessidade o fará. Sem quaisquer problemas — e com uma flexibilidade que surpreenderá a muitos. Nos próximos dias vai dramatizar a rigidez para intimidar o povo brasileiro. O importante é que o povo brasileiro não se deixe intimidar e acredite que, no dia seguinte à vitória de Lula, não é só a esfera política que muda, mas também o patamar de adaptação que o sistema desenhará. O sistema vai se adaptar não só para perder o mínimo com a nova situação política, mas sobretudo para ganhar o máximo com ela." *Boaventura de Sousa Santos, sociólogo*

“Lula, a meu ver, é um homem que encarna as aspirações profundas do povo brasileiro.

O povo brasileiro fala pela voz de Lula. Isso eu sempre disse e o Lula, como todo grande líder, primeiro inconscientemente, agora conscientemente, sente que é um representante desse povo. O que é essa liderança? É a centelha que falta para o sistema entrar em movimento.

Porque a energia recalçada do povo brasileiro ainda não foi despertada. E as grandes massas pobres sentem que o ideal está em algum lugar adiante. E que você precisa se superar para chegar a ele. Ora, racionalmente, essa superação se dá pelo partido político, não por mistificações. Agora, esse partido só irá para frente se tiver uma liderança capaz de contagiar, e isso Lula tem.

Isso me dá uma grande confiança. E todo o esforço que a intelectualidade brasileira puder fazer para colaborar com Lula renderá juros elevadíssimos. Porque ele vai aplicar muito bem esse capital intelectual. Como eu o tenho visto aplicar. É um homem que o que

ouve, lê e vê, ele transforma em instrumentos de análise de um poder extraordinário. A visão que Lula formou da questão agrária no Brasil, por exemplo, parece-me tipicamente fruto de uma re-elaboração muito refinada de tudo o que viu, ouviu e discutiu com homens como José Gomes da Silva, Aziz Ab'Saber, de suas viagens, debates, etc. Por isso vejo nele a possibilidade de aglutinar em torno de seu governo tudo o que houver de intelectualmente relevante no Brasil." *Antonio Candido, escritor*

“Existe um clima de expectativa popular que nenhum presidente recente desfrutou no início de seu mandato. A esperança de que o país possa deixar para trás a miséria dos últimos anos não vai desaparecer da noite para o dia.

Hoje a América Latina mais uma vez enfrenta uma crise de proporções continentais. Por que o Brasil não poderia encontrar uma saída do impasse de maneira similar — com soluções pragmáticas, feitas sob medida para cada caso? A diferença está no grau incomparavelmente maior de integração das economias, sociedades e culturas latino-americanas com a ordem mundial do capital, comandada pelo Norte. Por esse motivo, os pré-requisitos programáticos para uma fuga da camisa de força atual parecem ser muito maiores. Mas se as economias centrais entrassem numa espiral descendente, então, enquanto o império ficasse cuidando de suas próprias terras, é provável que aumentassem as chances de a periferia encontrar soluções baseadas na criatividade.

Quando as pessoas falam do efeito 'civilizador' do governo FHC, estão, na realidade, fazendo referência à sua capacidade de reprimir o potencial conflituoso da democracia brasileira, ao estabelecer os parâmetros de um



consenso no qual toda discordância séria é desqualificada de antemão, vista como anacrônica e deslocada. É a versão local do pensamento único.”  
*Perry Anderson, historiador*

“Lula tem idéias e propostas que se identificam com nossa trajetória de vida.

O que mais admiro no programa Lula Presidente é que ele tenha embutido uma estratégia para desconcentrar a renda. E que assegure uma parcela crescente do Produto Nacional para os investimentos no fator humano.

Dar o neoliberalismo por falido é desconhecer a história do capitalismo. O dado mais importante para compreender a crise atual do capitalismo é o enorme crescimento das empresas transnacionais. O problema essencial é enfrentar essas novas estruturas de poder para se saber que tipo de Estado nacional sobreviverá.

O capitalismo não necessita de modelo neoliberal para sobreviver, é importante que isso fique claro. As eleições são uma oportunidade histórica para abrir espaço à emergência de novos atores. O avanço das forças democráticas é decisivo para evitar a concentração de poder econômico.

O respaldo internacional só é indispensável se não contamos com um respaldo nacional da população. O Brasil tem peso suficiente para se auto-governar. Se houver percalços, a responsabilidade principal cabe a nós mesmos.”  
*Celso Furtado, economista*

“Acredito que Lula, e seu governo, vai concretizar as propostas da sua plataforma: redução da fome, aumento do número de empregos condignos, melhoras nos índices de saúde, extensão da escolaridade em largura e profundidade, aumento real dos salários, tratamento médico de qualidade para todos, e assim por diante.

Creio que Lula sabe que os países

onde a fome é reduzida, a saúde do povo é bem-cuidada, água corrente e saneamento existem a contento, são também os países cientificamente adiantados, com uma significativa parcela do PIB nacional investido em pesquisa científica e tecnológica. Em suma, países com ciência vigorosa.

Poderia dizer que não é saudável que a pesquisa científica de um país seja tão desigualmente distribuída entre as suas diferentes regiões, como se observa no Brasil. Estou certo de que Lula e seus companheiros sabem que é disso que o Brasil precisa.”  
*Ricardo Ferreira, cientista*

“A vitória de Lula é um dos poucos eventos do começo do século 21 que nos dá esperança para o resto deste século.

A eleição de Lula é uma consequência direta da aplicação de reformas do FMI, do fundamentalismo de mercado, ao Brasil. Foi a resposta de brasileiros de todas as classes ao que se costumava chamar de Consenso de Washington. Quanto mais as pessoas diziam que o mercado iria operar contra se votassem no PT, mais as pessoas viram uma boa razão para votar nele. É a prova de que o tipo de globalização de Washington produz maciça reação política e social contrária.

A única restrição real ao fundamentalismo de mercado é quando se reconhece que leva a uma resistência política que não pode ser superada. Então, têm de mudar. A economia financeira internacional está muito instável e até os EUA reconhecem que deixar o Brasil ir à falência, como aconteceu na Argentina, é intolerável. Resistir ao FMI, se feito de forma apropriada é uma política eficaz, como aconteceu com a Malásia. Mas, por outro lado, seria ridículo para o Brasil, e mesmo para Lula, decidir ir totalmente contra as condições impostas pelos

mercados internacionais. Porque um enorme perigo para qualquer governo de esquerda, em qualquer país, é que se ele for inaceitável para os mercados capitalistas internacionais pode ser desestabilizado muito rapidamente. O Brasil tem a vantagem de que, no momento, a economia internacional está tão instável que até mesmo os mercados vão hesitar em produzir uma catástrofe no país. É uma situação muito difícil e vai determinar o sucesso do governo Lula, mas ele tem vantagens.

Ele tem considerável apoio de um grande número de pessoas no Brasil que também se opõem ao tipo de globalização que os norte-americanos querem. Por tradição, o desenvolvimento econômico brasileiro tem sido amplamente baseado num tipo de desenvolvimento nacional, planejado. O Brasil não é o único a fazer isso. A Coreia do Sul, por exemplo, faz. Qualquer governo que for percebido como aquele que resiste à versão americana da globalização terá apoio mais amplo e não só da esquerda.”  
*Eric Hobsbawm, historiador*

“A eleição de Lula é um acontecimento extraordinário não só no quadro do Brasil, mas no quadro de toda a América. É uma enorme esperança.

Mas a pior coisa que os brasileiros podem fazer é olhar para o Lula como um Dom Sebastião. Nós, portugueses, temos uma experiência longuíssima de esperar o D. Sebastião, que é sempre aquele que vem resolver todos os problemas. Mas não fiquem sentados à espera de ver o que o Lula faz, porque ele vai enfrentar os três monstros que dominam o mundo e que se chamam Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Organização Mundial do Comércio – o Brasil tem uma dívida e Lula não pode dizer que não cumpre, porque, se dissesse ‘suspendem-se os pagamentos’, correria riscos imensos.”  
*José Saramago, escritor*



# Uma concepção estratégica: a defesa nacional e o projeto nacional

Luiz Toledo Machado

*A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, presidida pelo deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP) promoveu em agosto de 2002 o seminário Política de Defesa para o Século XXI.*

*O evento foi feito em conjunto com a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro e reuniu instituições e personalidades das Forças Armadas e Defesa Nacional, além de universidades e intelectuais. Dentre eles, estiveram presentes: Geraldo Magela da Cruz Quintão (Ministro de Estado da Defesa), Oliveiros S. Ferreira (jornalista, ex-Diretor de Redação de O Estado de S. Paulo e professor de Relações Internacionais do Núcleo de Política da Faculdade de Ciências Sociais da PUC/SP), Darc Costa (professor da Escola Superior de Guerra), Luís Manoel Rabelo Fernandes (Diretor Científico da FAPERJ), Othon Luiz Pinheiro da Silva (Diretor da empresa ARATEC), Marco Cepik (professor de Ciência Política da UFMG e do IUPERJ), Alan Paes Leme Athou (diretor do Centro Tecnológico da Marinha), Sérgio Chagasteles (Comandante da Marinha), Gleuber Vieira (Comandante do Exército), Carlos de Almeida Baptista (Comandante da Aeronáutica), Sérgio Xavier Ferolla (Ministro do Superior Tribunal Militar) César Benjamin (escritor e editor), Carlos Lessa (Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro), João Paulo de Almeida Magalhães (professor da UFRJ e da UERJ), Evandro Guimarães (Vice-Presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo), Paulo César de Castro (Diretor de Formação e Aperfeiçoamento do Exército), Armando Amorim Ferreira Vidigal (Vice-Almirante e especialista em estratégia militar), Luiz Gonzaga Schroeder Lessa (Presidente do Clube Militar), Paulo Vizenini (professor do Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados da UFRGS), Roberto Dias (Diretor de Relações Institucionais da construtora Norberto Odebrecht). Para o professor Luiz Toledo Machado – de quem Princípios publica a exposição – “o seminário a que assistimos neste momento inscreve-se no rol dos fatos intelectualmente decisivos para o país e que poderá nortear os novos rumos da política brasileira de Estado.”*

DESDE O FINAL do século passado a economia-mundo defronta-se, possivelmente, com a maior expansão geopolítica da história, a despeito do formidável impasse em que se encontra. Será necessário uma análise crítica profunda dos fundamentos tanto das relações internacionais (o Direito Público Internacional) como da teoria da “nova economia”, as quais produziram inúmeras guerras, intervenções militares, crises econômicas e financeiras continuadas.

As relações internacionais consubstanciam-se num ordenamento baseado na coerção econômica, política, ideológica e militar da parte dos Estados mais poderosos, desde que seus interesses se sintam ameaçados ou prejudicados.

A deliberada distorção da idéia de Hans Kelsen sobre um “Estado mundial e universal” inaugurou, no último pós-guerra, uma nova ordem jurídica internacional para assegurar no Ocidente a hegemonia dos EUA. Durval de Noronha Goyos Jr., especialista em direito internacional, observa a propósito que “os EUA tiveram uma participação decisiva na formação de todos os organismos/ tratados internacionais criados naquela ocasião, sendo aqueles de perfil econômico, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (atualmente Organização Mundial de Comércio) e detêm o controle absoluto do sistema. Na ONU, o mecanismo do Conselho de Segurança, ligado à Assembléia Geral, outorgou poder de veto às principais potências vencedoras, solapando assim os princípios democráticos da ordem mundial (...) Impunha, assim, nas palavras de Hardt e Negri um aperfeiçoamento do imperialismo com uma nova noção de direito, um novo

Mesa de abertura.





registro de autoridade e um projeto original de produção de normas e instrumentos legais de coerção”.

O sistema de economia de troca baseado no fetiche do mercado desregulado e na especulação financeira define-se pela geopolítica de expansão geográfica das economias hegemônicas, num contexto de relações internacionais altamente conflitantes com relação aos países do Terceiro Mundo. O capitalismo financeiro, como polaridade hegemônica, quebrou o equilíbrio dinâmico das forças mundiais levando a grande crise ao seu epicentro. O mercado adquiriu marcante característica patológica sobrepondo-se ao Direito Público Internacional fundado na idéia contemporânea de nação.

O perigo para a soberania dos Estados e mesmo para a paz mundial está na polarização que permite ao centro hegemônico violar o Direito Internacional mediante intervenção direta, e qualquer nação desde que suas ambições ou supostos interesses se sintam ameaçados ou prejudicados.

Na medida em que se agravam as perspectivas de colapso no núcleo do sistema globalizado, maiores serão as pressões sobre os países do seu entorno, o que ocasiona o rompimento do fio já tênue das fronteiras territoriais, econômicas e políticas. A proposta impositiva para o ingresso na Alca se inscreve nesse contexto. Caso o governo aceite a rendição, teremos a pura e simples anexação do mercado brasileiro aos EUA e o direito de intervenção econômica direta assegurado, inviabilizando definitivamente o nosso parque industrial já bastante reduzido. Em 1991, o capital estrangeiro respondia por 36% do faturamento dos 350 maiores grupos do País. Em dezembro de 1999 a participação atingia cerca de 55 % e, atualmente, chega a 70 % conforme os setores.

Todo o sistema, metaforicamente

tratado como “globalização”, apóia-se em um núcleo ou em alguns núcleos de poder hegemônico tomados como paradigmas e fortemente sustentados por organismos internacionais, denominados multilaterais. Essa constelação comanda as políticas nacionais e, a pretexto de regulamentar as relações das finanças e dos mercados, transformou-se em instrumento de desregulamentação das legislações nacionais, utilizado na privatização dos serviços públicos, na flexibilização dos direitos do trabalho, da proteção social, da saúde pública e de outros direitos básicos imprescritíveis. As prerrogativas dos Estados nacionais foram transferidas para as burocracias internacionais em favor de grupos oligopolistas e financeiros, anulando as expectativas de desenvolvimento e de qualidade de vida de três quartas partes da humanidade.

Desde o final do século passado, esses núcleos de poder vêm experimentando crises sucessivas e, neste novo século, a recessão e a corrosão das estruturas dos oligopólios globais norte-americanos, a longa agonia da economia japonesa e a estagnação européia, que foram os principais sustentáculos da globalização, apontam para o fim de um curto ciclo histórico. A crise estrutural tanto da velha economia como da nova economia está refletida no caótico desempenho do sistema financeiro volatilizado que compromete as contas públicas, gera o endividamento exponencial impagável, produz a quebra do mercado acionário e a degradação das estruturas sociais.

Os países da América Latina enquadrados na área de influência dos EUA são os mais vulneráveis às crises da economia central em virtude do processo de desnacionalização e desindustrialização que sofreram, somado à extrema dependência dos capitais externos e ao endividamento que necessariamente terá de ser reestruturado para

a própria sobrevivência das nações dependentes. Vivemos num mundo em crise cuja natureza não é mais conjuntural – mas somente estrutural –, verticalizando as suas conseqüências altamente perversas para a humanidade.

### Conceito de soberania

O conceito de política externa e defesa nacional que adotamos resume-se na implementação de uma política externa como expressão ou projeção da vontade e do poder nacional. Para tal fim, o País terá naturalmente de formular um projeto de nação autônomo para atravessarmos o século XXI – o que a nosso ver constitui objetivo nacional prioritário.

Diante do atual cenário crepuscular, a magna questão da defesa nacional com seus reflexos na política de relações externas nos países da América Latina passa obrigatoriamente por um projeto nacional que assegure a determinação interna do Estado. Mesmo no sistema de interdependência, os países periféricos podem e devem manter o poder de decisão autônomo tanto territorial quanto econômico, político, e cultural. Não se trata de isolacionismo, mas de autodefesa como compromisso de toda a nação – ou, diria, da sociedade como pressuposto da cidadania e mesmo da sobrevivência.

Nossas reflexões diante do tema conduzem obrigatoriamente à Teoria do Estado Nacional, aos conceitos universais de soberania, de poder nacional, de desenvolvimento econômico, de poder militar, de interesse nacional, de vontade nacional.

Na realidade, o Governo é simplesmente locatário do Estado, consistindo na organização de cargos e pessoas na sua representação estatal. As formas de governo referem-se aos modos de formação dos órgãos essenciais do Estado. Pierre Renouvin, em “Introdução à História das Relações Inter-



nacionais” – livro clássico –, observa a dicotomia entre Estado e Governo quando este último é submetido à influência, ou mesmo pressão direta, dos interesses particulares ou ainda quando sua decisão se enquadra com o modo de pensar dos grupos financeiros interessados, geralmente estrangeiros, quando as finanças orientam a ação dos poderes públicos. Sem dúvida, ocorre que os governos dos países, financiadores, e mesmo empresas e bancos, passam a exercer de fato o controle dos investimentos. A revelia do interesse público nacional.

A despeito da permanente violação pelos países hegemônicos do Direito Internacional público, o princípio da soberania constitui, ainda, valor universal de respeito e equilíbrio entre as nações. Pelo menos teoricamente, o direito de titularidade da soberania como atributo de poder não é contestado na literatura política e integra atualmente nos países em desenvolvimento os direitos denominados de “terceira geração”. Esses direitos aparecem na Constituição de 1988 e na Carta de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados, contidos na Resolução 3 281 (XXIX) da ONU, aprovada por 110 países, inclusive pelo Brasil, em 12 de dezembro de 1974. A proposta de uma Nova Ordem Internacional contida na Carta resgata os direitos dos Estados periféricos dominados pelas finanças dos países de moeda forte e pelo poder militar (Resolução em Anexo) assim como busca regulamentar o sistema mundial em termos de equilíbrio e solidez.

Nos países periféricos – em que a expansão geopolítica ameaça as nações dependentes –, a formulação de um projeto nacional constitui objetivo imediato da nacionalidade e uma estratégia de defesa diante das intensas pressões dos pólos hegemônicos que anulam as prerrogativas estatais e costumam inviabilizar o desenvolvimento das

nações. Melhor explicitando: a idéia de um projeto nacional próprio para o País dotado de imenso potencial territorial e demográfico significa a construção de um sólido sistema econômico nacional ao lado de uma visão estratégica do nosso papel no concerto das nações.

### **Globalização e questão nacional**

A globalização coloca de maneira candente a pertinência do Estado e da questão nacional, entendida como tomadas de posição e respostas com que os Estados e as sociedades subdesenvolvidas terão de resistir à dominação esmagadora e alienante já que o espaço nacional diluiu-se diante da desterritorialização provocada pela economia mundializada. Ela ignora as fronteiras de tempo e espaço, elimina as exclusividades jurídicas dos Estados nacionais, movimenta livremente os capitais financeiros e produz a desterritorialização da produção e a transnacionalização dos mercados.

A questão nacional incorpora as relações entre poder e soberania territorial. A dimensão espacial constitui um dos pilares do poder material e de sua percepção simbólica.

De maneira concreta o País carece de uma regulamentação territorial e distribuição do potencial humano para a ocupação dos seus imensos espaços vazios, aumento da produção agrícola e exploração das riquezas minerais. A nova política nacional não deverá fazer concessões que coloquem em risco a autonomia territorial, particularmente na Amazônia, região altamente crítica para a segurança do País.

Em termos econômicos e políticos a determinação nacional desapareceu, substituída pelas decisões das instituições internacionais e pelos oligopólios das potências hegemônicas. Recente relatório do Fórum Econômico Mundial em Nova Iorque

destaca que as 51 maiores empresas do mundo controlam os Estados e o mercado mundial.

Os princípios da soberania e da autodeterminação constituem mesmo no sistema de interdependência imanência do Estado. Eles não se limitam apenas ao direito de existir como Estado na sua base geográfica, mas encerram o direito de criar estruturas próprias, que assegurem na plenitude suas prerrogativas, não só quanto à proteção territorial e da cidadania, mas, sobretudo, quanto à defesa patrimonial e do mercado que a Constituição brasileira considera patrimônio nacional. A soberania constitui, assim, o pressuposto necessário do pensamento da universalidade, que informa o direito internacional, sem o que inexistiria a sociedade das nações e a interdependência entre as mesmas, regredindo a civilização ao estado de barbárie, do direito da força; que já vivemos no presente histórico.

Já se questiona a irracionalidade dos fundamentos econômicos, políticos geopolíticos e da ordem econômica internacional, demandando uma análise de caráter epistemológico (estudo crítico dos princípios e hipóteses das ciências e teorias já constituídas e que visa a determinar o valor dos fundamentos lógicos da economia moderna) e mesmo axiológico (valores humanos e morais) das bases de nossa civilização. Observa-se hoje a própria caducidade e inutilidade do sistema criado no pós-guerra.

O alinhamento automático, no caso da América Latina, ao sistema monetarista de instituições como FMI e Banco Mundial levou os países à renúncia de sua soberania, ou mais precisamente da sua autonomia quanto à faculdade de exercer a autodeterminação interna diante do jogo automático dessas instituições. Como consequência, as economias da região entraram em colapso.



A falência do modelo neoliberal globalizador pode ser constatada no fato de que tanto os EUA como a União Européia estão retornando ao protecionismo, enquanto pregam a abertura incondicional dos mercados externos. A própria Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) constatando o evidente desastre dos países associados, desde o Consenso de Washington, em seu último documento bial (“Globalização e Desenvolvimento”), passou a defender as políticas nacionais e regionais, sob a égide dos Estados, que terão de estabelecer novas estratégias e modelos. Trata-se de um início do confronto entre a questão nacional e o sistema hegemônico mundial dilacerado pela profunda crise no mercado financeiro. A maioria dos países da América Latina e particularmente o Brasil, a partir do Consenso de Washington, abdicou da formulação de uma proposta de nação aceitando a “modernização” da nova ordem internacional e o controle das instituições multilaterais. O resultado aí está neste início do novo século.

### O projeto nacional brasileiro

Temos que reconhecer que chegamos tanto no Brasil como em toda a América Latina a uma situação-limite de exaustão e colapso, em que entram em jogo princípios e realidades conflitantes. A execução de um projeto nacional de autodefesa atende aos Objetivos Nacionais e implica em que a economia e as finanças do País sejam geridas de maneira autônoma, sob a responsabilidade do Estado, de forma a fortalecer o poder nacional. O Brasil e toda a América Latina tornaram-se reféns do endividamento numa proporção antes desconhecida, engendrada pelo modelo hegemônico, o que nos conduziu ao controle externo pelos organismos multilaterais. As dramáticas demandas sociais reprimidas resul-

taram na degradação das estruturas sociais.

Da década perdida dos anos 80 do século passado, transitamos para a internacionalização da infra-estrutura física da nação, para um endividamento insolvável e para o enfraquecimento do poder nacional. Tanto a construção econômica da nação como da identidade cultural brasileira foram bruscamente interrompidas.

Indago se este não seria o momento de reflexão da Inteligência brasileira e latino-americana no sentido de uma crítica sem preconceitos supostamente ideológicos da nossa realidade, dos fundamentos econômicos, sociais e políticos do modelo adotado desde a última década do século passado. Diante dessa situação, torna-se urgente a formulação de um projeto socioeconômico e político de mudança do modelo, como tentativa última de preservação nacional.

O receituário que já vem sendo adotado pelo País desde os últimos acordos com o FMI, baseado no cumprimento dos contratos da dívida, exigindo a continuidade do câmbio flutuante, metas da inflação e política fiscal não será suficiente para recuperar a economia e superar a crise que atravessamos. O capital externo jamais poderá financiar o déficit crescente das contas correntes, que nos últimos oito anos atingiu a soma de 200 bilhões de dólares. Neste segundo semestre de 2002, o governo FHC, que já recorreu ao FMI em três oportunidades, está transferindo para o próximo ano a crise financeira substancialmente agravada.

A poupança interna foi subtraída pela internacionalização da economia nacional já inviabilizada. O problema crucial para o País não reside no difícil acesso ao mercado de capital volátil, mas na evasão ou sangria da poupança interna tanto em razão do endividamento, como pela via do CC-5 (que

autoriza as empresas multinacionais, nacionais e pessoas físicas a transferir recursos em dólares para fora do País) e pela ausência de centralização cambial e regulamentação das remessas de lucros e dividendos para o exterior. A crise final do governo FHC está no fato de que somente neste ano até o presente as remessas em dólares para o exterior cresceram 67% e a dívida interna corrigida pela variação cambial aumentou 63,4 bilhões.

Ao lado da insuficiente identidade nacional dos estratos dirigentes, os pontos nucleares da nossa fragilidade tanto externa como interna perante o sistema internacional resumem-se:

1) No crescente endividamento público e externo dos últimos oito anos. A dívida líquida do setor público, aproximadamente chegou a 65% do PIB. Mais da metade de dívida federal em títulos encontra-se atrelada à taxa de juro overnight e outros 30 % indexados à taxa de câmbio. A dívida externa é superior a 250 bilhões de dólares, sem que se tenha ainda uma idéia mais exata, já que não existe controle de câmbio e de saída de capitais. Há de acrescentar-se ainda a dinâmica crescente do déficit nas transações em conta corrente, num país mergulhado em recessão, o que inviabiliza de fato os contratos e acordos internacionais e acelera a desvalorização do real em relação ao dólar, que subiu nos últimos três anos e meio cerca de 75%. Até junho do corrente ano o setor privado só conseguiu renovar 22% das dívidas vencidas no exterior. A despeito de no ano passado o governo ter pago cerca de 110 bilhões de reais, em juros e amortizações, aos credores internacionais, já se prevê o colapso das contas públicas. O endividamento é responsável pela crise cambial e desvalorização do real.

2) Na internacionalização da economia e na insuficiência do mercado



interno; na ausência de acumulação interna de capital, na corrosão do tecido social decorrente do desemprego, subemprego e baixa renda per capita; nas fissuras territoriais e na ausência de um projeto de ocupação da terra; nas perdas patrimoniais com as polêmicas privatizações dos setores públicos estratégicos. As empresas públicas privatizadas respondem pelo impacto abusivo no processo inflacionário, ainda que administradas pelo governo. Mesmo nos EUA o rigor da legislação para o capital externo proíbe investimentos diretos estrangeiros no segmento estratégico.

3) Na relação entre o PIB (produto interno bruto) e a dívida externa e interna. Essa comparação costuma expressar a capacidade do poder nacional em termos econômico, político e militar e, no caso brasileiro, a dívida pública segundo dados oficiais já atingiu 65% do PIB, sem contar a dívida externa privada de cerca de 120 bilhões de dólares. Não obstante, estudos independentes apontam para uma dívida total interna, externa, pública e privada da ordem de 1,22 trilhões, correspondendo a cerca de 95% do PIB.

4) A tendência flagrante do pólo hegemônico está em obstruir, anular e congelar o poder militar, científico e tecnológico dos países dependentes, tomando-os mais vulneráveis à dominação internacional. Num documento ainda válido, o Ministro Brigadeiro Sérgio Xavier Ferolla, quando Comandante da ESG, em 1994, depois de afirmar "que nossas perspectivas não parecem promissoras diante da mundialização, que agravou a dependência das regiões subdesenvolvidas e ao mesmo tempo aumentou a distância histórica em termos de etapas de desenvolvimento", propunha a opção por um modelo nacional e destacava a "importância dos investimentos em áreas estratégicas, nem sempre de interesse

exclusivamente para fins militares, mas correlacionados pelo seu significado em termos de expressão do Poder Nacional e seus reflexos diretos no segmento civil do parque industrial".

Uma nação com as dimensões continentais do Brasil com imensas riquezas naturais, abrigando a quinta população do globo, dotada de quinze mil quilômetros de fronteiras físicas e com um litoral que se prolonga no mar territorial com 320 quilômetros de largura, está a exigir um adequado poder militar e tecnológico para a sua defesa.

A afirmação do papel constitucional das Forças Armadas, segundo conceito amplo de defesa, implica tanto na soberania territorial quanto na econômica, política, social e cultural.

Consoante o economista Ricardo Bergamini, baseado em dados oficiais, no período de janeiro de 1995 a maio de 2002, o governo FHC obteve uma receita total de 25,25% do PIB, tendo aplicado 29,58%, sendo que apenas 1,85% foi destinado à Defesa. Um projeto militar tão decisivo como o da Calha Norte para a defesa das fronteiras ao Norte e Noroeste encontra-se praticamente congelado.

Num documento recente do Clube Militar, seu atual presidente o General do Exército, Luiz Gonzaga Schroeder Lessa, demonstrava as preocupações pela "antevisão esboçada de se retirar das Forças Armadas condições para o cumprimento dos preceitos da Constituição Federal".


Acontece que o FMI através de acordos controla indiretamente o Orçamento federal e exige ajustes fiscais draconianos, o que se reflete no enfraquecimento do poder militar.

É, pois, legítimo o propósito de formulação de um projeto alternativo, já que dentro do atual modelo dependente/neoliberal estamos previamente condenados. A reconstrução do Estado privatizado e submisso ao mercado

integra com prioridade as reformas estruturais que a nação está a requerer.

O projeto nacional depende, em última instância, de uma decisão política soberana, respaldada na consciência cívica nacional, pois condiciona a reorganização e distribuição do produto social o que somente será possível com profundas mudanças na estrutura da sociedade. Na realidade, o desenvolvimento implica no crescimento do produto social e na sua distribuição equânime, na formação e ampliação de forte mercado interno. Fundamentalmente, o desenvolvimento econômico brasileiro não poderá continuar dependendo do financiamento externo, do capital especulativo, do modelo de mercado atualmente falido. Bloquear as condicionalidades externas e as internas constitui pressuposto básico para a nossa sobrevivência através de um projeto efetivamente nacional.

Nossas preocupações apontam para os próximos anos diante da perspectiva de agravamento ascendente da crise gerada desde o final do século passado. As exigências do FMI no último acordo são inviáveis, agravando o sangramento econômico e social do País. A proposta de corte orçamentário para 2003 de cerca de 50% incidindo na economia e na assistência social num País, de há muito estagnado e corroído pela miséria e desemprego, certamente conduzirá ao caos, de maneira a comprometer a ordem institucional, caso nos falte a coragem política de mudarmos o modelo dependente.

O legado do atual governo deixa o País em situação econômica e administrativa de ingovernabilidade. 

Luiz Toledo Machado é professor-doutor da Faculdade de Ciência Política da USP, presidente do Sindicato dos Escritores de São Paulo e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas. Este texto reproduz sua exposição no seminário "Política de Defesa para o Século XXI" (Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados).



# POR QUE OS ESTADOS UNIDOS QUEREM ATACAR O IRAQUE?

Haroldo Lima

*As razões – dissimuladas – que levam o governo Bush à guerra no Iraque envolvem interesses imperialistas da indústria bélica e petrolífera*

O MUNDO vem assistindo a uma movimentação assombrosa. O governo de Bush leva a sua beligerância ao paroxismo. Quer porque quer fazer a guerra ao Iraque, supostamente para liquidar as armas de destruição em massa que esse país teria, o que é sumamente paradoxal, vez que os Estados Unidos são, de longe, o maior depositário das armas mais destruidoras e terríveis que existem no mundo.

Os Estados Unidos foram também o primeiro e único país do planeta a usar duas dessas armas contra populações civis indefesas, assassinando cerca de 200 mil pessoas no Japão. Portanto, não têm qualquer autoridade moral para falar em controle de armas estratégicas no mundo. Ademais, querem levar a guerra ao Iraque depois de terem destruído o Afeganistão, e depois de terem lança-

do, da Segunda Guerra Mundial para cá, “mais de 250 ataques militares contra outros países... em uma lista incompleta.”, conforme denúncia de Gore Vidal em seu best-seller “Guerra perpétua para a paz perpétua – como nos tornamos tão odiados”, o que mostra que os EUA são o Império agressivo da atualidade, para quem, fazer guerra é fazer negócio.

Contudo, a despeito das ameaças que fazem a todo o mundo, a “águia norte-americana” não consegue levantar vôo. Sua economia tende à estagnação. O fim da “Guerra Fria” significou um desastre para a indústria bélica dos EUA. Seus gastos militares, que durante anos foram superiores à soma dos gastos similares de todo o mundo ocidental, tiveram que ser reduzidos. O parque fabril bélico foi sendo esvaziado, seus lucros caindo. Sua influência no Estado norte-

americano foi ficando ameaçada.

A mais recente crise econômica norte-americana se instalou no fim dos anos 90, após o prolongado crescimento ocorrido durante aquela década. O atentado de 11 de setembro, que derrubou as duas torres gêmeas de Nova York, favoreceu o surgimento de uma histeria belicista, em cujo desdobramento fez-se a guerra ao Afeganistão. Esta, entretanto, já estava sendo preparada, segundo se informa, (vide o livro do Gore Vidal) para garantir posições estratégicas junto às imensas jazidas petrolíferas do Mar Cáspio. A derrubada das torres gêmeas facilitou a criação de um pretexto palatável para a guerra que se preparava. No novo contexto, o complexo industrial-militar que estivera contido durante os dois governos de Clinton, e que renascera com George W. Bush, cuja eleição





financiara, passou a ditar regras da política externa norte-americana.

Segundo comentaristas chineses, desde o fim da Guerra Fria os EUA vivem “a síndrome da falta do inimigo principal”. A crise econômica e os golpes morais sofridos com as revelações de gigantescas fraudes na contabilidade de grandes empresas suscitaram a busca de um caminho que servisse para desviar a atenção da crise e dos escândalos, ao tempo em que promovesse a retomada do crescimento. No estreito horizonte de Bush e dos que dirigem o Pentágono, o caminho escolhido foi o da guerra.

A escolha desconsidera totalmente o sacrifício que a guerra trará para populações inteiras. O importante é guerrear, dar vazão a estoques gigantescos de armamentos que, de outra forma, não poderiam ser usados, fazer imensas encomendas de novos armamentos, já que os antigos serão consumidos e serão considerados obsoletos. A máquina de guerra poria em marcha a economia do Império e este também iria ocupando posições estratégicas pelo resto do mundo. É claro que as razões apresentadas à população norte-americana e outras seriam diferentes: razões humanitárias, destruição de armas perigosas, contenção do terror, etc.

Reflexo sensível dessa orientação do Pentágono é o crescimento vertiginoso do orçamento militar dos EUA. Abstraindo as imensas verbas suplementares para o exercício de 2002, o orçamento militar de 2003 alcança 380 bilhões de dólares, mais de um bilhão de dólares por dia – tudo para a guerra. Este montante é quase igual ao PIB da Rússia, hoje próximo de 401 bilhões de dólares. Apenas dezessete nações do mundo dispõem de um PIB superior ao orçamento anual destinado à defesa dos norte-americanos. É uma quantia que ultrapassa a soma de todas as riquezas produzidas em um ano por

Suíça, Bélgica, Suécia e Áustria, juntas. Sem falar nos US\$ 37,7 bilhões para a chamada “segurança doméstica”, quase o dobro do respectivo gasto no presente ano fiscal.

Fração pequena dessa montanha de dinheiro poderia diminuir muito o sofrimento no mundo, salvando a África, recuperando os países atrasados, ajudando os emergentes. Mas o que é certo é que essa dinheirama será gasta em armas, como a nova geração de aviões de caça F-22, F/A-18 e o chamado “Joint Strike Fighter” (avião de ataque conjunto), estimados em 300 bilhões de dólares.

**A** política de guerra norte-americana vai aprofundando cada vez mais a distância entre o potencial militar dos Estados Unidos e o do restante do mundo. De acordo com Lord Robertson, Secretário-Geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a Europa está no caminho de converter-se em um “pigmeu militar”, em comparação com o seu prodigioso aliado transatlântico. Richard Perle, presidente do Comitê de Política de Defesa do Pentágono, disse que as forças armadas européias chegarão a um “ponto de virtual irrelevância”. Matéria do *The Economist*, publicada em 16 de fevereiro passado, mostra que o incremento em gastos com defesa, solicitado para o ano de 2003, representa o maior aumento dos últimos vinte anos. O *Le Monde* (março 2002) sinaliza que: “Se esse ritmo financeiro se mantiver, como demonstram estudos do Pentágono, o orçamento dos EUA destinado à defesa será 20% superior à média prevalecente durante a Guerra Fria”.

Tamanha prioridade em gastos com armas produz reflexo automático na política diplomática desenvolvida pelos EUA, que passa a ser ostensiva-

mente beligerante, ditada pela arrogância e pelo menosprezo às organizações internacionais e às nações soberanas. Projeta-se, também, no plano interno, onde a propaganda massiva tenta convencer uma amedrontada opinião pública sobre a imperiosidade da guerra contra o “eixo do mal” e onde o próprio Congresso norte-americano aprova leis tão absurdas quanto intoleráveis, que admitem a intervenção militar dos EUA em qualquer lugar do planeta onde o Império julgar haver ameaças contra seus cidadãos ou seu patrimônio.

### **A cobiça pelo petróleo do Iraque**

Os EUA divulgaram um objetivo falso para fazer a guerra do Afeganistão: apanhar o Osama bin Laden. Apresentaram provas suspeitas para irem à guerra: Bin Laden seria o autor intelectual do atentado às duas torres gêmeas, fato nunca provado. E, na guerra, sacrificaram milhares de inocentes e arrebutaram um país pobre. Para melhor compreensão do problema, vale relembrar a conhecida resposta que um general norte-americano deu a um jornalista lá no Afeganistão. Perguntado se estava próxima a captura do Bin Laden o general, surpreso, disse: “Bem, não é para isso que estamos aqui”.

A guerra, e a exibição de guerra, feitas pelos EUA contra um país que não tinha um avião ou tanque serviram para assegurar às corporações petrolíferas norte-americanas o fabuloso negócio da construção, através do Afeganistão, de um oleoduto para transportar o petróleo das imensas jazidas do Mar Cáspio. O negócio do petróleo norte-americano ganhou a guerra do Afeganistão.

Depois da aventura e da destruição perpetradas supostamente atrás de Bin Laden, o alvo escolhido para os jogos



de guerra de Bush voltou a ser o Iraque. Novamente, não por coincidência, para a guerra contra o Iraque convergem interesses de dois dos maiores grupos de poder norte-americanos: o bélico e o de petróleo. Os dois muito ligados a Bush, a seu vice, Cheney e a seu secretário da Defesa, Donald Rumsfeld.

**A**s grandes empresas internacionais do petróleo estão à procura de novas jazidas que cubram o aumento da demanda previsto no mundo. O Iraque – com a segunda reserva mundial de petróleo, atrás apenas da Arábia Saudita –, é objeto de elevada cobiça. A British Petroleum (BP) que tinha sido expulsa do Iraque no início dos anos 60, a Shell e outras multinacionais do petróleo já se movimentam para o assalto, quer dizer, a ocupação. O diretor-geral da British, John Browne, disse, sobre o período pós-Saddam Hussein: “Gostaríamos de ter segurança de que estaremos em pé de igualdade e não haverá coisas arranjadas de antemão”.

As razões que levavam o governo Bush à guerra no Iraque – interesses da indústria bélica e petrolífera – teriam que ser dissimuladas, encobertas por outras tidas como mais respeitáveis. As tentativas de vincular o governo do Iraque com grupos terroristas, apesar dos esforços da CIA e da venalidade da mídia norte-americana, não surtiram efeito. Restaram as “evidências” apresentadas pelo governo Bush sobre a existência de fábricas de armas químicas e de destruição em massa em funcionamento no Iraque. Mas, mesmo aí, a comunidade internacional sentia o odor de fraude.

A diplomacia de guerra dos EUA passou então a atuar em outras frentes, procurando desmontar qualquer foco de resistência à sua política beligerante e à sua determinação de depor Saddam Hussein. Uma das primeiras vítimas

dessa nova ofensiva diplomática foi a Organização para a Proibição de Armas Químicas – OPAQ, uma organização internacional independente, afiliada à Organização das Nações Unidas, criada em 1997, e sediada na Holanda, com o objetivo de implementar a Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Estocagem, Produção e Uso de Armas Químicas e sobre sua Destruição. Seu Diretor-Geral, eleito em 1997 e reeleito em 2001, era o embaixador José Maurício Bustani, respeitado diplomata brasileiro.

O embaixador Bustani empenhava-se em realizar um trabalho sério. O próprio Iraque seria atraído à OPAQ, a partir do que teria que permitir inspeção em seu território. E o Iraque estava admitindo isso. O embaixador Bustani, homem de boa fé, chegou a levantar a hipótese de se fazer inspeção em outros países, como os EUA, que estariam assim dando o exemplo... Não conseguiu terminar seu mandato. A diplomacia norte-americana mobilizou-se, articulou, comprou votos, definiu a situação como emergencial, promoveu uma eleição excepcional e colocou Bustani para fora, sem maiores resistências do governo brasileiro. Ficou patente que os EUA não queriam resolver o problema do Iraque. Queriam a guerra.

Nesse quadro de enorme inferioridade bélica, ante o risco de ser levado a uma guerra desproporcional, como queriam os EUA, o Iraque começou a movimentar-se diplomaticamente. Quando os EUA contavam com a intransigência iraquiana para não permitir a entrada dos inspetores de armas, e assim dar justificativa para a guerra desejada pelos norte-americanos, eis que a diplomacia do país árabe surpreende, permitindo a ida ao Iraque, sem condições, dos inspetores. Os EUA, sentindo o golpe, refazem os planos de guerra. Passam a exigir da ONU uma resolução que autorize, ante

qualquer dificuldade que surja, o uso automático da força contra o Iraque, sem prévia audiência do Conselho de Segurança. Bush, em discurso proferido no plenário da ONU, deu verdadeiro ultimato à entidade: ou a resolução seria aprovada como queriam os EUA ou ela seria irrelevante, porque os EUA fariam o que achassem necessário à sua segurança. A ONU resistiu, seu Conselho de Segurança não concordou com a imposição, a China, a Rússia e a França manifestaram-se contrárias à autorização pretendida. A base de apoio dos EUA estreitou-se. A repercussão internacional lhe ficou adversa. O Império então cedeu. Abriu mão da cláusula que lhe dava carta branca para atacar automaticamente o Iraque, sem ouvir o Conselho de Segurança, ao menor problema que surgisse. Foi aprovada então uma resolução dura contra o Iraque, mas onde o desejo imperial de desencadear a guerra, a qualquer novo fato, sem escutar o Conselho de Segurança, foi afastado.

Apesar da derrota norte-americana, a resolução da ONU, aprovada sob pressão estadunidense, era constrangedora para com o Iraque. De tal forma que os EUA contavam com a hipótese do governo iraquiano não a aceitar, não permitindo a entrada dos inspetores. O caminho estaria aberto à guerra, como queriam os norte-americanos. Mas tal não se deu. O Iraque acatou a resolução da ONU e autorizou a propalada inspeção. Mas o vice-premiê iraquiano, Tareq Aziz, a 17 de novembro, sentenciou: “Para ser honesto, não creio que o fato de termos aceitado a resolução e de os inspetores não encontrarem nada em nosso território conseguirá evitar a guerra”. Esse foi o último ato ocorrido quando encerramos este artigo.

### **Nova doutrina militar dos EUA**

Os ataques ao Iraque, a pretendida deposição de Saddam Hussein e toda



trama ligada à deflagração de nova guerra ao Iraque expressam nova doutrina militar dos EUA, apresentada em documentos da Casa Branca e anunciada pelo próprio George W. Bush na Academia Militar de West Point, em 1º de junho de 2002. Por essa nova doutrina, os EUA podem impor aos povos, por meios militares, a ordem mundial defendida por Washington e podem agir militarmente de forma preventiva. Segundo ele, as ameaças que os Estados Unidos devem enfrentar vêm de grupos terroristas internacionais e dos Estados que os toleram, os abrigam ou os apóiam, mas também daqueles que detêm armas de destruição em massa, estão em via de obtê-las ou se preparam para produzi-las. Como essas ameaças teriam mudado de origem e de natureza, as represálias também devem mudar completamente.

Resumindo, o presidente Bush afirmou que os Estados Unidos não devem, de modo algum, esperar que seus inimigos possam desferir contra eles, ou contra seus aliados, ataques análogos aos que sofreram no dia 11 de setembro, nem sequer admitir que possam atacar embaixadas, unidades navais ou guarnições norte-americanas. Washington deverá impedir que tais riscos se concretizem, desencadeando “ações preventivas” (pre-emptive actions) contra seus inimigos potenciais.

Donald Rumsfeld, o secretário da Defesa de Bush, explica com mais precisão a nova doutrina: “A defesa dos Estados Unidos requer a prevenção, a autodefesa e, às vezes, a iniciativa da ação. Defender-se contra o terrorismo e outras ameaças emergentes do século XXI pode muito bem exigir que se leve a guerra para o campo do inimigo. Em certos casos, a única defesa consiste numa boa ofensiva.”

Durante a reunião ministerial da Organização do Tratado do Atlântico

Norte (Otan), em 6 de junho de 2002, Rumsfeld explicou: “Se os terroristas podem atacar a qualquer momento, em qualquer lugar e utilizar qualquer técnica, e dado que é impossível, fisicamente, defender tudo, o tempo todo, contra todas as técnicas, nós temos, então, absoluta necessidade de redefinir o que é defensivo. [...] A única defesa possível é fazer o esforço de encontrar as redes terroristas internacionais e tratá-las como se deve, como os Estados Unidos fizeram no Afeganistão”. Ari Fleischer, porta-voz do presidente norte-americano, comportando-se dentro desse esquema disse que “o governo dos EUA daria boas-vindas a qualquer iniciativa para mudar o regime em Bagdá, seja pelo assassinato ou exílio do presidente Saddam Hussein”. Em síntese: definido um suposto inimigo, admitida a possibilidade de este inimigo desferir algum ataque aos EUA, cabe aos EUA destruírem-no. Essa é a atual política de guerra de Bush. Uma afronta.

### **Ante a política norte-americana de guerra cresce a oposição**

As iniciativas guerreiras norte-americanas começaram a despertar protestos em diferentes setores, em diversas partes do mundo. Dentro dos EUA, mais de 400 artistas e intelectuais firmaram manifesto conclamando seus compatriotas a resistirem à guerra, e à repressão, impostas ao mundo pela administração Bush. “Elas são injustas, imorais e ilegítimas. Devemos fazer causa comum com os povos do mundo”, diz o texto do manifesto assinado por personalidades de grande renome nos EUA como Noam Chomsky, Susan Sarandon, Jane Fonda, Marisa Tomei, Oliver Stone, Robert Altman e Gore Vidal e outros.

O arcebispo de Boston, D. Bernard Law, em carta enviada ao presidente George W. Bush e publicada nos prin-

cipais jornais norte-americanos, critica severamente a propaganda de guerra do governo Bush e denuncia: “(...) Somos alvo dos terroristas porque, na maior parte do mundo, o nosso governo defendeu a ditadura, a escravidão e a exploração humana. Somos alvo dos terroristas porque somos odiados. E somos odiados porque o nosso governo fez coisas odiosas”. Em sua carta, o bispo católico faz um apelo em defesa da paz e aconselha os governantes dos EUA a: “(...) Em vez de enviar os nossos filhos e filhas ao redor do mundo para matar árabes, para que possamos ter o petróleo que existe sob as suas areias, deveríamos mandá-los para reconstruir as suas infra-estruturas, fornecer água limpa e alimentar crianças famintas”.

A França e a Alemanha, aliadas dos EUA na OTAN, têm manifestado firme oposição à guerra contra o Iraque, insistindo na solução pacífica da crise por intermédio da ONU. O chanceler francês, Dominique de Villepin, se pronunciou claramente sobre a questão e Gerhard Schroeder, em pleno processo eleitoral na Alemanha, afirmou: “O país, sob o meu governo, não participará de uma guerra contra o Iraque”. O Canadá fez o mesmo.

China, Índia e Rússia mantiveram-se aliadas no Conselho de Segurança da ONU contra o belicismo norte-americano. O chanceler chinês Tang Jiaxuan recebeu, em Pequim, seu colega iraquiano, Naji Sabri, reiterando a necessidade da “solução pacífica” para a questão iraquiana e pedindo respeito “à soberania, independência e integridade territorial do Iraque”. Recomendou também ao Iraque, com o objetivo de diminuir a tensão, que autorizasse a entrada dos inspetores da ONU naquele país.

Até mesmo a Arábia Saudita, principal aliada dos EUA no Oriente Médio, anunciou no dia 03 de



novembro de 2002, que não irá disponibilizar aos EUA o uso de seu território e instalações para uma eventual ofensiva militar contra o Iraque. E acrescentou: “mesmo que os ataques tenham o aval da ONU”.

Na Turquia, onde são cada vez maiores as manifestações contrárias à aliança com os EUA, a coalizão governamental pró-EUA sofreu acachapante derrota nas últimas eleições e não conseguiu eleger um único parlamentar, fato que prenuncia mais dificuldades internacionais para a política de guerra do governo Bush, pois o grande vencedor das eleições foi o partido islâmico Justiça e Desenvolvimento.

O apoio dos britânicos a um ataque militar contra o Iraque está diminuindo, apesar da apresentação de um dossiê de acusações contra Saddam Hussein, elaborado pelo primeiro-ministro do Reino Unido, Tony Blair. Pesquisa divulgada pelo jornal *The Guardian* revela que 46% dos ingleses recusam-se a apoiar uma ofensiva contra o Iraque e apenas 33% concordam com o alinhamento automático de Blair.

### **Direita ganha nos EUA, esquerda ganha no Brasil**

É claro que não se pode fazer um paralelo entre o significado que tem para o mundo a política externa norte-americana e a brasileira. Os EUA são hoje a superpotência agressiva do mundo e detêm a hegemonia militar absoluta. O Brasil é um país emergente, de desenvolvimento médio, vorazmente saqueado pelo capital financeiro. Mas, enquanto os EUA – que têm um enorme poder e se impõem ao mundo pela força –, despertam rancor em todos os continentes (ver o livro “Como nos tornamos tão odiados”, de Gore Vidal), o Brasil, que não tem enorme poder e não se impõe pela força, termina sendo um grande país,

com um amplo potencial de relações internacionais amistosas. As eleições recentemente realizadas nesses dois países apontaram tendências do eleitorado inteiramente opostas.

**N**os EUA, fruto de uma conjunção de fatores, inclusive de uma gigantesca propaganda deformada sobre os perigos iminentes que ameaçariam o povo norte-americano, o Partido Republicano de Bush, a direita norte-americana, ganhou as últimas eleições. Embora Bush não necessitasse de maioria parlamentar para tocar seus planos de guerra, vez que a Câmara e o Senado já haviam lhe dado carta branca para agir contra o Iraque, a vitória dos republicanos significou um golpe para os que esperavam algum tipo de reprovação dos norte-americanos aos planos belicistas de seu presidente. Os republicanos ganharam o controle do Senado, mantiveram maioria na Câmara e saborearam ganhos em duas disputas acirradas por governos estaduais, uma delas na Flórida, envolvendo um irmão do presidente.


Para o mundo árabe e para as nações e os povos que se opõem à guerra, o saldo das eleições norte-americanas não poderia ser mais desastroso, pois implica em mais poderes para um homem despreparado para exercê-lo, obcecado pela guerra, tutelado pelos falcões do Pentágono, manipulado pelo imenso poderio da indústria bélica e das corporações de petróleo norte-americanas, e insuflado pela conservadora comunidade israelense dos EUA.

No Brasil, outro foi o resultado e significado de suas eleições. Aqui ganhou uma coligação de centro-esquerda, onde está presente a esquerda mais representativa do país, inclusive os comunistas. Lula, o presidente eleito, esteve à frente de uma grande onda que varreu todo o país levantando a bandeira da mudança. A mudança básica que

levou o povo às urnas é a mudança da política econômica que vem sendo aplicada no país, antinacional e antipopular, de talhe neoliberal. Mas não é só.

O Brasil tem uma escola de política externa conhecida e prestigiada internacionalmente. O Barão do Rio Branco foi seu fundador e é seu inspirador. Sua saga foi resolver grandes pendências através da negociação, sem o apelo às armas. E foram assim selados acordos fronteiriços com numerosos vizinhos. Mas, sobretudo depois da II Guerra Mundial, predominou, ainda que com momentos de independência, uma política de subserviência para com os EUA.

Lula sinalizou, em reunião na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, ser necessário ao Brasil ter, por um lado, uma política externa verdadeiramente independente e, por outro, mais dinâmica. Considerou que o Brasil tinha condições de se destacar mais no concerto das nações pela postura mais negociadora e mais atuante. Sem pretender dar vãos acima de suas possibilidades não deveria ter uma visão acanhada de suas potencialidades.

A linha mestra da política externa a ser formulada e desenvolvida pelo governo Lula seguramente será a defesa da paz, da não agressão, do respeito à soberania e integridade territorial das nações, da não ingerência em assuntos internos de outros povos e das relações mutuamente proveitosas entre todos. O governo democrático de Lula tratará, de forma firme e equilibrada, os problemas candentes presentes na cena internacional. Saberá contribuir para que seja afastada do cenário mundial a ameaça de agressão dos Estados Unidos ao Iraque. 

Haroldo Lima é deputado federal pelo PCdoB/BA, vice-presidente nacional do PCdoB e líder da bancada comunista na Câmara dos Deputados.





Barricadas na praça Mariínskaiá, Petrogrado, outubro de 1919

# OUTUBRO DE 1917 irrepetível, mas vigente

José Reinaldo Carvalho

*A grande Revolução Socialista ocorrida na Rússia – há oito décadas e meia – é fonte de inspiração para as gerações atuais de revolucionários*

TRANSCORREU em 7 de novembro o 85º aniversário da Revolução de Outubro. A efeméride parece um oxímoro – um evento ocorrido em outubro comemorado em novembro. O paradoxo, porém, é apenas aparente, dado que na época a Rússia não usava o calendário gregoriano adotado no mundo ocidental.

Para os formadores de opinião dominantes, o problema reside na própria essência do fato em tela. Comemorar a Revolução de Outubro seria, para tal ponto de vista, mesmo que celebrar

acontecimento antediluviano, de época já prescrita e proscria pela historiografia oficial, não só a da direita, mas também a de certa esquerda. Comemorar Outubro, mais de uma década depois do final do ciclo aberto por aquela Revolução, quando fracassou o modelo a partir daí implantado e seus valores foram submetidos à demolidora crítica dos proclamadores do “fim da história”, parece uma deriva saudosista e dogmática dos que anacronicamente resistem a sair de cena e permanecem protestando do lado de fora do palácio.

Nada há de paradoxal ou a-histórico, porém, em abrir espaço na atribulada agenda dos nossos dias para celebrar aquele que ainda hoje é o maior acontecimento da História da humanidade.

## **Celebramos Outubro porque temos memória**

Os que defendemos um mundo de liberdade, paz, justiça e igualdade social, valores realizáveis apenas numa sociedade liberta da opressão e da exploração capitalistas e da dominação imperialista; os que aprendemos –



desde as priscas eras do movimento estudantil ou dos embates de classe em Osasco, Contagem, ABC paulista e selvas do Araguaia –, que a história das lutas sociais desde 1848 é perpassada por um fio vermelho de coerência; e encontramos nos escritos de Marx, Engels, Lênin e outros expoentes do pensamento revolucionário a fonte – embora não a única –, de nosso saber sobre a sociedade e a história, formamos com legítimo orgulho, desde 1922 e com maior razão, desde 1962, quando rompemos com o oportunismo kruschevista, um partido com memória. Por isso temos sobejas razões para celebrar os 85 anos do grande Outubro.

**O** começo dos anos 90 do século passado trouxe para nós, os comunistas deste Partido com memória, momentos amargos, porque testemunhamos, não através dos livros, mas na qualidade de contemporâneos do fenômeno, a derrocada do socialismo como sistema mundial. E sofremos ainda hoje os seus efeitos.

Quantos de nós, deste Partido que tem memória, nos perguntamos se loucos ou idiotas éramos os que defendêramos, com tanto ardor, paixão e até com desavisado dogmatismo, a experiência, o modelo, o regime inaugurado naquele glorioso Outubro de 1917. Fizemos nossa catarse autocrítica no Congresso de 1992, no plúmbeo e chuvoso fevereiro do planalto central. Em conclusão, não éramos stalinistas. E nem anti-stalinistas, forma de que se revestiu certo anticomunismo desde meados dos anos 50 e percorreu os 60, os 70, os 80, os 90... Mas tivemos o discernimento de compreender que os detritos do muro de Berlim caíam também sobre nossas cabeças, o que nos impôs reinterpretar sobre a experiência de construção do socialismo e inevitáveis adaptações à nova realidade.

Nessa mesma época, tomavam-se nítidas duas outras posturas em formações da esquerda brasileira. O antigo PCB, seguindo a trilha de outras experiências no Velho Continente, proclamava seu corte final com o passado iniciado em 1917 e 1922. Aboliu símbolos e mudou de nome, atropelando um setor do partido que ainda hoje reivindica a legenda e se atém a posições comunistas. Outra, originada de agrupamentos diversos do trotsquismo, do catolicismo e do sindicalismo espontaneísta, descobria no PT uma expressão da “nova esquerda socialista”, sem vinculação com o marxismo-leninismo nem com o “socialismo real”. Era o sopro de criação de uma força política social-democrata, com suas peculiaridades e que anos depois se tornaria num dos mais importantes fenômenos políticos de massas do nosso país e da América Latina, agora com posições de comando no governo.

A necessária autocrítica dos comunistas e o corte com o dogmatismo vieram a par com duas atitudes metodológicas decisivas para a manutenção da bandeira do socialismo revolucionário e científico, erguida em nosso país, malgrado as vicissitudes da época. Descobrimos que não há modelo único de socialismo, que a fixação de um modelo a ser seguido ou mesmo sua imposição pela força, não só é uma atitude anticientífica, como uma perversão, responsável por grandes tragédias. A exportação forçada do modelo soviético para países do Leste europeu criou regimes grotescos e monstros caricaturados de partidos comunistas. A outra postura metodológica resultou da descoberta de que na revolução social, mormente em países como o nosso, de capitalismo dependente, e em épocas como a atual, em que a globalização capitalista se desenvolve em meio a uma ofensiva geopolítica tendente a liquidar as soberanias dos países, o

fator nacional é decisivo, a tal ponto que a condição sine qua non para vingar um projeto socialista liderado pelo partido comunista e seus aliados, é a elaboração de uma estratégia e uma tática que tenha na emancipação nacional o seu aspecto primordial.

Destarte, ao comemorar o aniversário da Revolução Russa, não nos move o dogmatismo nem o filsovietismo. Aliás, muitas vezes, na trajetória de 80 anos de movimento comunista no Brasil, tanto um quanto outro, ligados a um estilo de trabalho subserviente, serviram de refúgio para justificar táticas e estratégias políticas não revolucionárias.

### **Celebramos Outubro porque temos princípios**

Não é ocioso repetir. A Revolução de Outubro não foi ainda superada na história da humanidade como acontecimento político. Outubro de 1917 assinalou o advento de uma nova época. Foi a primeira tentativa vitoriosa de banir da sociedade toda a opressão e exploração. Apoiada na aliança entre os operários e os camponeses russos, a revolução dirigida pelos bolcheviques, transcorrida no calor de uma crise mundial que resultou na eclosão da I Guerra Mundial, tinha profundo caráter internacionalista. Libertando a classe operária russa, tinha também um sentido emancipador de toda a humanidade, pois fizera seu o lema marxista “Proletários de todos os países, uni-vos!”

Celebramos a Revolução de 1917 porque temos princípios. A revolução, que revelou ao mundo o gênio político de Lênin, comprovou o caráter científico do marxismo-leninismo e a aplicabilidade histórica de seus conceitos fundamentais. Nesse sentido, foi uma revolução fundadora dos princípios que deram origem aos partidos comunistas nos anos 20 e 30 do século pas-



sado, inclusive o Partido Comunista do Brasil. A Revolução Russa foi para a ciência da história moderna o que foram na Antiguidade as Musas de Heródoto. Comprovou que a luta de classes é o motor dos acontecimentos, que toda luta de classes é política, o que se traduz na luta pelo poder político, em revolução política e que do exercício revolucionário do poder político depende a evolução ulterior da sociedade. O proletariado russo derrubou um dos bastiões da reação mundial, implantou sua ditadura revolucionária de classe e deu início à construção da nova sociedade. Outubro de 1917 deixou como legado a noção até hoje irrefutável de que somente com transformações revolucionárias que sacudam a sociedade desde as suas raízes, é possível abrir caminho ao desenvolvimento e à justiça social. A Revolução de outubro de 1917, aliás, ocorreu no calor da luta teórica e política de Lênin contra os oportunistas da II Internacional, que apregoavam o caminho reformista, quando a história, em trabalho de parto, amadurecia soluções revolucionárias para dar à luz o novo. Outubro de 1917 foi o “laboratório” que deu aos revolucionários daquela geração os elementos para a elaboração de conceitos fundamentais e universais, ainda hoje válidos e vigentes, sobre o estado, o partido, a estratégia e a tática.

### **Grandezas e misérias, esplendores e sombras**

Muito já se discutiu e muito se discutirá sobre o significado da Revolução de Outubro e do socialismo soviético que com suas grandezas e misérias, esplendores e sombras, marcou o século 20. Não sabemos se o movimento comunista será capaz de fazer uma avaliação precisa e compreensiva de uma experiência em torno da qual se dividiu no passado

em campos antagônicos. Tal avaliação é tarefa necessária, porque das lições do passado poderemos retirar importantes indicações para o futuro.

Celebrando a maior revolução jamais vista na história da humanidade, sabemos tratar-se de acontecimento irrepitível na sua forma e caminho próprio, porque é original, única e irrepitível a circunstância. Mas já acumulamos experiência e conhecimento para recusar avaliações unívocas. Rejeitamos o liquidacionismo e nos afastamos do dogmatismo. Reivindicamos o esplendor das conquistas da Revolução Russa e mergulhamos fundo na análise de seus desvios e perversões.

Ainda hoje nos deparamos com o niilismo contido em afirmações como a de que a Revolução Russa e tudo o que dela decorreu foram uma seqüência de erros colossais, uma tentativa de desviar a história de seu caminho natural, agora retomado depois da grande derrocada dos anos 90 – o caminho que conduziria a humanidade ao fim da História. A derrota do socialismo e seu desaparecimento como sistema mundial, no apagar das luzes do século 20, abriram espaço a tal leitura liquidacionista. É o mesmo espaço em que se tentam equilibrar as forças da “nova esquerda”, com suas diferentes versões de social-democracia reciclada ou de um indefinido “neocomunismo”, que busca na exumação do stalinismo e na identificação deste com toda a experiência da luta e da construção do socialismo o inimigo a combater.

Deparamo-nos também com a recusa a analisar a vida como ela é, a buscar a verdade nos fatos, um apego e uma apologia acrítica daquilo que se convencionou chamar de “socialismo real”, revelador de um inconsistente dogmatismo que nos mantém cegos e incapazes de retirar lições da História.

No conjunto contraditório de glórias e tragédias, a Revolução de Outubro e

a luta pela construção do socialismo que se lhe seguiu têm conteúdo e forma de acontecimentos épicos e não há propaganda negativa nem leitura niilista, nem mesmo a renúncia capitulacionista a seu legado que apaguem essa epopéia da memória dos povos ou esgotem sua força inspiradora nos atuais e futuros embates revolucionários.

Essa força inspiradora provém dos seus grandiosos feitos e de sua repercussão internacional. A Revolução Russa fez saltar pelos ares um império reacionário, que Lênin chamava de “prisão dos povos”. Sobre seus escombros, surgiu ao cabo de uns poucos anos uma nova civilização humana, uma economia desenvolvida, um povo culto e digno. Sob a influência soviética cresceu o movimento operário nos países capitalistas, desenvolveu-se a luta anticolonial nos países dependentes. A Revolução Russa soergueu um Estado soberano e instrumentalizou um Exército poderoso que se constituiu na força capaz de derrotar o mais feroz inimigo da humanidade – o nazi-fascismo. A Revolução Russa e o socialismo soviético estiveram presentes como inspiração, influência indireta e apoio moral na grande Revolução chinesa, na Revolução cubana, na Resistência Vietnamita. Até mesmo a adoção, pelos países capitalistas, do Estado de “bem-estar” resultou, a par das lutas sindicais e políticas nos países capitalistas, da influência da Revolução de Outubro e do socialismo na URSS.

A compreensiva e precisa avaliação do significado da Revolução de Outubro e da construção do socialismo que ali se inaugurava deve fazer passar pelo crivo de uma ácida crítica os erros, as perversões e os crimes que pontilharam o percurso dos povos soviéticos e do Partido Comunista na luta pela construção de uma sociedade progressista. A luta pelo socialismo, como fenômeno histórico, é fruto também de



suas circunstâncias. Na Rússia o novo poder defrontou-se com a guerra civil em que as classes derrocadas contaram com o apoio de 14 exércitos estrangeiros numa ação contra-revolucionária durante três anos. Os primeiros tempos da construção do novo regime conheceram o comunismo de guerra e a NEP – Nova Política Econômica. Seguiram-se a coletivização do campo e a industrialização acelerada, em meio a uma luta de classes exacerbada e a tumultuadas lutas políticas nos órgãos de governo e no partido dirigente. Enquanto promovia a industrialização acelerada, o país viu-se diante da circunstância de preparar-se para a guerra, num quadro mundial em que a revolução, depois de um período de ascenso e de vitórias parciais na Alemanha, Hungria e Sérvia, entrava em refluxo.

O Período de industrialização acelerada, de fins dos anos 20 do século passado até o começo da Segunda Grande Guerra, foi o mais florescente do ponto de vista econômico e social, de um impressionante, incomparável e irrepetível desenvolvimento, em que se exigiu tudo das massas trabalhadoras e do partido, período de mobilização total, quando se trabalhava e vivia em permanente campanha e em ambiente de cerco. Por outro lado, talvez residam nesse período – marcado por uma acerbada luta de classes, por atos de sabotagem e ameaças de agressão, em que se exigiu também centralização absoluta no comando da vida econômica como na política –, as causas estruturais para que o regime soviético assumisse as características que assumiu. O heroísmo da façanha soviética, e a urgência do esforço de edificação somado à inexperiência, levaram a direção comunista a atuar com a noção do socialismo pleno e mesmo do comunismo imediato e ao apagamento de qualquer idéia de transição longa que pudesse estar contida nas idéias leninistas que

informaram o lançamento da NEP na fase anterior. A mentalidade de cerco e a necessidade de comando ultracentralizado para garantir a mobilização total e permanente do povo fecharam o regime, que não chegara a desenvolver a institucionalidade democrática socialista – a democracia de massas, popular, dos soviets, essência da proclamada ditadura do proletariado, segundo a formulação clássica de Marx, posteriormente desenvolvida por Lênin, o que acabou por alienar as massas populares, o único sujeito criador e transformador da História. Não se equacionou satisfatoriamente a antinomia desenvolvimento extensivo versus desenvolvimento intensivo, com repercussões negativas na produtividade e no atendimento de demandas básicas das massas populares quanto a bens e serviços.


Cada período da construção do socialismo teve sua importância e história, próprias. Foram circunstâncias que para o bem e o mal fizeram as grandezas e misérias do esforço criador da nova sociedade.

### Uma nova luta para um novo tempo

A derrota do socialismo, para a qual concorreram também fatores externos ligados à pressão e ao cerco dos países imperialistas, criou uma situação inteiramente nova no mundo. Como já assinalamos, no terreno das idéias deu azo à negação dos valores fundados pela Revolução de Outubro. No terreno político ensejou o surgimento de uma correlação de forças extremamente desfavorável aos que lutam por uma sociedade liberta da exploração capitalista. Hoje é corrente a visão de que o socialismo foi definitivamente derrotado e saiu da cena histórica como realidade e perspectiva.

Não comungamos essa visão. O socialismo continua sendo uma necessidade objetiva da evolução da civili-

zação humana. E, nessa ótica, o socialismo e a sociedade sem classes são o ideal supremo a justificar a existência e a atividade do Partido Comunista. Ao reafirmarmos os princípios e os ideais de Outubro de 1917, simultaneamente nos aferramos à realidade da época e à do país em que atuamos. Hoje parece claro que está sepultada a idéia do “comunismo súbito”. O exame atento da História indica que a construção do socialismo e o alcance de uma sociedade tão avançada quanto o comunismo – sociedade sem classes, reino da abundância, liberdade triunfante sobre a necessidade – é tarefa para muitas gerações que atravessará diferentes épocas históricas.

**A** saída para os graves impasses por que passa a humanidade, a superação da crise de civilização que atravessamos, o impedimento da barbárie, exigirão das forças progressistas e revolucionárias a capacidade de elaborar novas estratégias para enfrentar os novos desafios próprios da época contemporânea. A correlação de forças extremamente desfavorável, decorrente do desaparecimento do socialismo como sistema mundial implica adaptar o pensamento das forças revolucionárias a uma luta de novo tipo por um socialismo renovado. Trata-se, pois, de construir novos padrões e empreender novos passos de um novo processo de acumulação revolucionária, inclusive no que diz respeito à afirmação, revigoração e consolidação do Partido Comunista. Comemorar Outubro de 1917 é compreender que nesse mister estarão presentes os valores e ideais daquela grandiosa Revolução. 

José Reinaldo Carvalho é jornalista, membro do Conselho Editorial de *Princípios*, vice-presidente e secretário de Relações Internacionais do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil.



# As cores da revolução sul-africana

Entrevista com Luis Fernandes

*De 24 a 28 de julho realizou-se na cidade de Rustenberg, o 11º Congresso do Partido Comunista Sul-Africano (PCSA). Durante os quatro dias, 800 delegados representando cerca de 20 mil militantes comunistas discutiram as perspectivas para a continuidade e o aprofundamento das transformações que vêm marcando a vida da África do Sul após o desmantelamento do regime do apartheid. O Partido Comunista do Brasil foi representado por Luis Fernandes, membro do Comitê Central, que – sucintamente – contou à Príncípios um pouco de suas impressões.*

*Qual a influência exercida pelo Partido Comunista Sul-Africano na vida política de seu país?*

**Luis Fernandes** – O Partido integra, junto com a central sindical Cosatu, que dirige, a “aliança revolucionária” que estrutura o Congresso Nacional Africano (ANC), atualmente no poder. Os comunistas definem o Congresso Nacional Africano como um movimento de libertação nacional e preservam a dupla militância nas

O presidente do Partido Comunista da África do Sul, Blaid Nzimande.





estruturas do PCSA e do ANC. Atuando no curso da vida política sul-africana via ANC, os comunistas têm ampla participação nas estruturas de governo, tanto no plano nacional quanto nos de província (estado) e municipal. Seis ministros de Estado do governo federal pertencem ao PCSA. Dos 240 deputados do Congresso Nacional Africano no parlamento nacional (quase dois terços do total), 80 são comunistas. Os principais expoentes da luta de libertação na África do Sul são, ou foram, militantes do PCSA, entre os quais o próprio Nelson Mandela e o atual presidente Thabo Mbeki (que integrou a Comissão Política nacional do Partido Comunista até o início dos anos 90).

*Qual o papel do PCSA no movimento de libertação sul-africano?*

**Luis Fernandes** – Para isso é necessário resgatar algumas informações básicas sobre a sua evolução histórica. O Partido Comunista da África do Sul (PCAS) foi fundado em 1921. Sua base social principal, na fundação, era os trabalhadores brancos. Desde a sua fundação, adotou uma orientação política, ideológica e organizativa não-racial, que contrastava com as concepções e práticas das demais agremiações políticas no país. Ao longo dos anos 20, fez um grande esforço para se “africanizar”. Ao final da década, a ampla maioria dos seus militantes já era composta de trabalhadores negros. Nos anos 30, sob influência da política da Internacional Comunista favorável à constituição de frentes populares, ingressou no Congresso Nacional Africano – então uma força relativamente pequena e limitada – e tratou de transformá-lo em amplo movimento de libertação nacional. Em 1950, na sequência do estabelecimento do regime de apartheid, o PC foi banido. Três anos

depois, ele foi reorganizado e relançado com o nome de Partido Comunista Sul-Africano (PCSA), atuando em duras condições de clandestinidade. Em 1960, o Congresso Nacional Africano também foi banido e iniciou-se uma prolongada luta de resistência que envolveu variadas formas de luta armada, mobilização social e participação nos limitados espaços de atuação política legal ainda existentes. Em 1990, quando o regime de apartheid já se encontrava acuado interna e externamente, o ANC e o PCSA voltaram a ser legalizados. Em 1994, sob a liderança de Nelson Mandela, eles tiveram ampla vitória eleitoral, pondo fim ao regime racista e consolidando o princípio democrático de “governo da maioria”.

*Qual a interpretação dos comunistas sobre as transformações ocorridas no país?*

**Luis Fernandes** – O PC Sul-Africano avalia que o ascenso democrático e popular que levou ao desmantelamento do regime do apartheid deflagrou uma revolução nacional e democrática no país. É por esta chave que os comunistas compreendem e concebem a sua ampla participação nas estruturas de governo na nova África do Sul. Após as realizações democráticas iniciais, no entanto, o PCSA entende que a consolidação, a continuidade e o aprofundamento do processo revolucionário dependem do desenvolvimento progressivo de elementos socialistas na transformação da sociedade sul-africana. Por conta desta compreensão e orientação, começam a surgir variadas tensões e diferenças nas relações dos comunistas com outros segmentos do ANC. Alguns setores do Congresso Nacional Africano insistem em implementar um amplo programa de privatização de empresas públicas de

forma a constituir uma nova burguesia negra no país, medida que é duramente combatida pelo PCSA.

*Quais as questões centrais em pauta no Congresso dos comunistas sul-africanos?*

**Luis Fernandes** – O exame e discussão das diferenças entre os comunistas com outros setores do Congresso Nacional Africano e dos seus desdobramentos foi o tema central do 11º Congresso recém-encerrado. O Congresso concluiu que o Partido, sem se isolar politicamente ou romper com a aliança que estruturou o movimento de libertação na África do Sul, deve assumir um perfil mais independente no âmbito do ANC e do governo, buscando construir e assegurar a hegemonia dos trabalhadores sobre a revolução democrática em curso.

*Após estar presente no Congresso, como você vê hoje os desafios dos comunistas sul-africanos?*

**Luis Fernandes** – Os comunistas sul-africanos possuem uma singular e interessantíssima trajetória que lhes assegura, hoje, ampla participação e influência na vida política do seu país. O segredo do seu sucesso reside, precisamente, na sua capacidade de valorizar as particularidades da formação social do seu país e atuar no curso da sua vida política, sem perder a referência da transformação socialista. Coerente com esse enraizamento na cultura nacional, cabe destacar que, ao longo dos trabalhos do Congresso, os momentos normalmente destinados ao grito de palavras de ordem nos congressos de partidos latino-americanos eram ocupados por cantos e danças coletivas, gerando um clima de intensa participação, descontração e alegria. Na África (pelo menos a do Sul), a revolução se faz cantando... 



# O ENTENDIMENTO DIALÉTICO DA TRANSIÇÃO

Madalena Guasco Peixoto

## *A eleição de Lula fomenta o debate sobre a emergência do novo e também envolve reflexão filosófica*

A TRANSIÇÃO é um fenômeno dialético e, assim, reveste-se de importância teórica.

Ao trabalhar com os elementos do movimento em várias ocasiões, e através de muitos exemplos, Marx, Engels e Lênin tiveram o cuidado de evidenciar as particularidades deste aspecto do movimento.

Nas inter-relações entre as leis da dialética – unidade e luta dos contrários, das transformações quantitativas em qualitativas e a negação da negação – o processo evolutivo e transitório é destacado como parte do movimento.

No processo do movimento dos fenômenos, o nascimento do novo se dá do desgaste do velho, existindo um processo transitório de consolidação dos aspectos novos na medida em que se desgastam os elementos velhos e ultrapassados. Isto ocorre de maneira interdependente, ou seja, os elementos do novo, ao se fortalecerem, vão dando por desgastados os elementos do velho.

E já que a realidade é uma, os aspectos do novo vão formando a realidade qualitativamente nova desgastando os elementos de uma velha realidade.

Nos *Cadernos Filosóficos* Lênin ao estudar o livro de Hegel *Ciência*

*da Lógica* destaca uma citação cujo conteúdo se refere ao processo evolutivo e transitório:

“Mas o outro não é, essencialmente, o negativo vazio, o nada, aquilo que é tomado como resultado habitual da dialética, mas é o outro do primeiro, o negativo do imediato; portanto, ele está determinado como o imediato – contém, em geral, em si a determinação do primeiro. O primeiro é, assim, essencialmente conservado e mantido também no outro. Reter o positivo no seu negativo – o resultado da pressuposição –, no resultado, é isto o mais importante no conhecer racional; simultaneamente faz parte da mais simples reflexão convencer-se da absoluta verdade e necessidade desta exigência e, no que diz respeito aos exemplos para o demonstrar, a lógica toda é nisso que consiste”. (Lênin, *Cadernos Filosóficos*. In: *Obras escolhidas*. Tomo 6. Lisboa: Avante, 1989. p. 203)

Essa citação destacada por Lênin da compreensão do processo dialético revela, em primeiro lugar, que no processo de desenvolvimento existe uma base de continuidade sobre a qual se processa o novo, na realidade não

existe um abismo, um hiato, entre os novos elementos que se fortalecem; e os velhos elementos que se desgastam, em segundo lugar, nos chama atenção para o fato de que convivem concomitantemente no processo em dados momentos o velho e o novo.

Lênin destaca em outra passagem as conclusões de Hegel sobre os elementos que compõem a análise dialética:

“1) A objetividade da observação (não exemplos, não desvios, mas a coisa em si própria).

2) Toda a soma das variações, relações desta coisa com as outras.

3) O desenvolvimento desta coisa (fenômeno respectivo), o seu próprio movimento, a sua própria vida.

4) As tendências (e aspectos) internamente contraditórias nesta coisa.

5) A coisa (o fenômeno, etc.) como soma e unidade dos contrários.

6) A luta respectiva ao desenvolvimento destes contrários, impulsos contraditórios, etc.

7) União da análise e da síntese – a decomposição em partes isoladas e a soma, a adição destas partes.

8) As relações de cada coisa (fenômeno, etc.) não só são variadas, mas



gerais, universais. Cada coisa (fenômeno, processo, etc.) está ligada com todas as outras.

9) Não só unidade dos contrários, mas também a transição de cada determinação, qualidade, traço, aspecto, propriedade, para cada outro (para o seu contrário?).

10) O processo infinito de descoberta de novos aspectos, relações, etc.

11) O processo infinito de aprofundamento do conhecimento pelo homem da coisa, dos fenômenos, dos processos, etc., dos fenômenos à essência e de uma essência menos profunda a uma essência mais profunda." (Idem, p.199)

Nessa citação destacada por Lênin, em seu estudo *d'A ciência da lógica de Hegel*, se destaca sua preocupação em determinar como o pensamento humano decifra o enigma do movimento e daí retira uma compreensão dialética do fenômeno.

Quais decorrências podem ser aferidas, então?

A primeira delas é que a análise do fenômeno ou processo tem sua base na objetividade, ou seja, o fenômeno possui suas particularidades e existência objetiva. No entanto, diferente da concepção metafísica, a dialética nos revela que os aspectos objetivos ultrapassam o que – na aparência – o fenômeno revela. Tais elementos por si só não dão conta da essência do fenômeno. É preciso entendê-lo nas suas múltiplas determinações como nos revela a lei da conexão universal entre os fenômenos, ou seja, nas relações necessárias que este fenômeno desenvolve com outros, os quais determinam também seu movimento interno e sua própria existência e processo.

O segundo aspecto é que os fenômenos ou processos são formados por tendências contraditórias, ou como diz Hegel, impulsos contraditórios, e

que esta unidade de contrários se completa com a transição em movimento de transformação. O que determina as tendências de um determinado processo é o processo mesmo que contém dentro dele as suas próprias possibilidades; no entanto, estas possibilidades vão se tornando realidade na medida em que se efetivam.

Assim, necessidade na dialética representa a tendência contida na essência do fenômeno e que determina as suas possibilidades concretas e objetivas de transformação, sempre lembrando que as necessidades não operam na realidade de forma simples e direta – os fenômenos na sua inter-relação engendram novas necessidades e possibilidades.

É aqui que uma categoria da dialética se reveste de importância e nos ajuda a entender melhor os processos de transição, a categoria em questão é a que revela a relação entre realidade, possibilidade e necessidade.

Destaca Lênin, nos *Cadernos Filosóficos*: "O conjunto, a totalidade, dos momentos da realidade, que no seu desdobramento se mostra como a necessidade" (p.145) "(...) realidade, possibilidade e necessidade constituem os momentos formais do absoluto. A necessidade real é (...) ligação com o conteúdo. (...) Esta necessidade, porém, é simultaneamente relativa" (pp.144-145)

Sobre as possibilidades que um determinado fenômeno ou processo que a realidade possa conter, ele destaca no mesmo texto: "Se isto é possível ou impossível, depende do conteúdo, isto é da totalidade dos momentos da realidade, que no seu desdobramento se mostra como necessidade". (p.145)

As categorias da dialética materialista traduzem aspectos das leis essenciais do desenvolvimento objetivo dos fenômenos e processos.

No curso de seu desenvolvimento,

o que nasce não se afirma de um só golpe. Ao princípio não é mais do que uma possibilidade. A possibilidade de nascimento e desenvolvimento deste ou daquele fenômeno depende de uma série de condições. Se estas condições se concretizam, a possibilidade se transforma em realidade.

A possibilidade dos fenômenos e sua realidade se diferenciam pelo fato de que a possibilidade é, apenas, premissa necessária para o desenvolvimento dos fenômenos, ao passo que a realidade já é uma possibilidade realizada.

A categoria possibilidade fixa justamente o estado, o grau de desenvolvimento dos objetos e dos fenômenos, quando não são ainda realidade, mas apenas tendência possível do desenvolvimento. No entanto, é preciso distinguir a possibilidade formal, abstrata, da possibilidade real, concreta.

Do ponto de vista da possibilidade formal "tudo é possível", porque a possibilidade formal ou abstrata não se baseia em condições concretas, reais, que tornem – baseadas na essência, ou conteúdo do fenômeno – sua transformação em realidade necessária.

Hegel ao levantar esse aspecto do movimento destacou que "é possível que esta noite, a Lua caia na Terra, uma vez que a Lua é um corpo separado da Terra e pode também, por isso, vir abaixo como uma pedra que se atira para o alto; é possível que o sultão da Turquia se faça Papa, uma vez que é homem e, como tal, pode converter-se à fé cristã, fazer-se frade católico, etc.". (p. 35).

Como depreendemos dos exemplos de Hegel, as possibilidades formais são ocas, vazias e formalistas porque não possuem fundamento concreto algum na realidade.

Para que a possibilidade tenha conteúdo real, é necessário que possua raízes na própria realidade, que tenha existência objetiva, que todo o con-



junto de condições a faça real.

Não se pode confundir a possibilidade com a realidade, uma vez que do ponto de vista metodológico isso leva a uma compreensão incorreta do momento e, por conseguinte, também à fixação incorreta de análise e das tarefas práticas.

A dialética materialista prescreve não apenas o comprovar tal ou qual processo, mas também compreender as condições necessárias para fazer dessa possibilidade uma realidade – ela acentua o papel imenso da prática, da luta que se desenrola no curso dessa transformação.

A possibilidade do novo, do progressivo, opõe-se à possibilidade de manutenção temporal do velho, de uma vitória passageira dos elementos retardatários.

A possibilidade do desenvolvimento do novo não pode jamais se converter em realidade sem a luta entre o novo e o velho, entre as possibilidades de real mudança e as possibilidades de manutenção do essencial contido no velho.

Essa categoria reforça a compreensão do processo de transição contido no movimento dos processos e fenômenos, e demonstra também que o materialismo dialético não tem nada em comum com o fatalismo, segundo o qual se deve esperar simplesmente que a tendência necessária do desenvolvimento se transforme ela mesma em realidade – já que as leis mais gerais, econômicas, sociais, políticas ou da natureza, determinam essa tendência. As leis objetivas criam uma possibilidade real, possibilidade que se trata de se transformar em realidade.

Este instrumental filosófico e metodológico da dialética é fundamental para a análise das possibilidades reais e formais, das possibilidades no campo da análise de todos os fenômenos, inclusive os políticos.

### Transição atual

Vivemos, com a vitória de Lula, um intenso debate acerca do caráter do novo governo – seu conteúdo e suas possibilidades em realizar um projeto de desenvolvimento para o país que se baseie na defesa da soberania nacional, da democracia e do resgate dos direitos dos trabalhadores e do povo.

A eleição de Lula traz à cena política um intenso debate sobre o novo e as mudanças, já que sem dúvida representou o anseio das mudanças concretizado nas urnas. Compreensões contraditórias acerca deste novo processo começam a aparecer no debate, tendo como objetivo imprimir idéias e determinar ações. Se não por outros motivos, nos defrontamos com um debate teórico de extrema importância.

Destaco aqui pelo menos duas visões idealistas e esquemáticas que já aparecem delimitadas. Uma primeira defende que no processo de mudanças o novo e progressista se instaura instantaneamente. Como se a realidade herdada perdesse imediatamente seu caráter objetivo, como se tivesse sido totalmente derrotada e o velho automaticamente se dissolvesse sem processo algum – e uma nova realidade nacional e internacional tivesse surgido e se completado objetiva e inteiramente. Aqui o novo já é realidade e, sem contradição ou empecilho, somente se fortalecerá – e se isso não ocorrer tal qual está determinado seria por mera falta de vontade subjetiva.


A segunda, um pouco mais tímida, mas também importante, é a que pretende imprimir ao processo de transição um caráter permanente e indefinido, como se isso fosse possível. Transforma a transição em objetivo e não a vê como um processo que, a depender de como se desenvolva, vai dando à realidade seus contornos. O perigo dessa concepção é ir se conformando com os aspectos da realidade

de que fortalecem o velho, impondo uma inoperância à ação prática.

No processo de transição, as tendências de construção do novo somente se fortalecem se, paulatinamente, com base nas possibilidades objetivas e não formais, se enfraqueçam as velhas tendências de permanência. Sem isso a construção do novo é apenas intenção anunciada, porém sem concretização na realidade.

O processo de transição é um processo complexo e contraditório, no qual as possibilidades vão sendo construídas e não são dadas totalmente a priori. A análise do conteúdo, da correlação de forças, das múltiplas determinações objetivas, que a realidade em seu desenvolvimento engendra, vai determinando as contraditórias possibilidades e caminhos da ação prática para a construção do novo no sentido progressista. Requer ação política dialética e materialista, negando o subjetivismo e o esquematismo.

Aqui se separam a correta compreensão dialética do movimento dos processos e dos fenômenos daquelas que, em nome das mudanças, emperam a sua concretização.

A transição exige análise permanente que determine, na complexidade da realidade e em seu movimento contraditório, os caminhos de ação consciente e vá abrindo e fortalecendo as possibilidades de construção de um novo projeto para o país, em meio a tendências contrárias a sua concretização. As análises do desgaste objetivo e subjetivo do projeto neoliberal demonstram que existem também as tendências subjetivas e objetivas para a concretização de um novo modelo de desenvolvimento que vá derrotando na prática o neoliberalismo e transformando a realidade do nosso país. 

Madalena Guasco Peixoto é professora doutora da PUC-SP e membro do Comitê Central do PCdoB.



# PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

## DO MANIFESTO DE JANEIRO DE 1948 À DECLARAÇÃO DE MARÇO DE 1958

Augusto César Buonicore

*O Partido passou a oscilar entre posturas esquerdistas e de direita, e sofreu profundo impacto do revisionismo*

A derrota da linha política de União Nacional, somada às mudanças ocorridas no movimento comunista internacional, especialmente com a criação da Agência de Informação dos Partidos Comunistas (Cominform), no final de 1947, levou os comunistas brasileiros a realizarem um balanço crítico de sua atuação. Em 28 de janeiro de 1948, Prestes lançou um manifesto, que seria conhecido como *Manifesto de Janeiro*. Nele há uma dura autocrítica da atuação do Partido

no seu breve período de legalidade. Afirma o documento: “Diante das ameaças cada vez mais fortes da reação fomos silenciando cada vez mais a respeito dos nossos objetivos revolucionários e caindo insensivelmente nos limites de um quadro estritamente legal e de pequenas manobras (...). Essa tendência direitista se caracteriza ainda pela sistemática contenção das lutas das massas proletárias em nome da colaboração operário-patronal e da aliança com a burguesia-progressista”.

A POSIÇÃO DO conjunto da burguesia brasileira de apoio à cassação do registro do Partido, e de seus parlamentares, e em defesa da aliança político-militar com o imperialismo norte-americano, levou os comunistas a fazerem uma releitura do papel da “burguesia nacional”, particularmente de sua fração industrial, no processo da revolução brasileira.

Os comunistas mantiveram sua concepção sobre as duas etapas da revolução no Brasil: a primeira democrático-burguesa e a segunda socialista, mas a composição da frente encarregada da realização das tarefas da primeira etapa da revolução foi alterada e as próprias tarefas iam além daquelas apregoadas por eles no período anterior a 1948. Os comunistas começa-

ram a romper com a visão que possuíam sobre a transição de uma etapa a outra da revolução; não mais deveria existir uma “muralha da China” entre as duas etapas, uma etapa se imbricaria com a outra num único processo.

### **O Manifesto de Agosto e as eleições de 1950**

Em agosto de 1950 Prestes lançou



um novo manifesto. O que caracteriza o novo documento foi o seu menosprezo à luta institucional. Propunha a formação imediata de uma “Frente Democrática de Libertação Nacional”. Segundo esse *Manifesto*, a etapa democrática e popular já abria o caminho para a revolução socialista.

Grabois afirmou ainda em 1950: “O cumprimento do programa da FDLN (...) acertará um golpe de morte na grande burguesia que em nosso país (...) passou-se completamente para o lado do imperialismo e não apresenta quaisquer interesses nacionais”. Defendeu que “para acabar com o domínio do imperialismo no país é indispensável também derrubar do poder (...) a grande burguesia e liquidá-la como classe”. (Grabois, M., “O Programa da Frente Democrática de Libertação Nacional”, in: *Problemas*, nº 29, ago/set de 1950). Por isso mesmo, na luta pela libertação nacional “não poderia haver qualquer conciliação com a grande burguesia”. Após o *Manifesto de Agosto* o sectarismo político foi ainda mais acentuado. Todas as organizações políticas existentes, exceto a dos comunistas, foram colocadas no campo do imperialismo.

A discussão sobre a sucessão presidencial começou a ganhar corpo no final de 1949. O Partido considerava as divergências surgidas em torno do processo sucessório como um simples meio de iludir os trabalhadores e afastá-los da alternativa revolucionária. Para os comunistas as eleições passaram a ficar definitivamente em um segundo plano dentro do seu plano de ação.

Por outro lado, Dutra até o último momento do seu governo buscou tomar medidas visando restringir ainda mais o espaço político para o Partido Comunista. Em agosto foi estabelecido um “atestado de ideologia” para os candidatos que buscavam concorrer às eleições. Aproveitando-se disso o TSE

cassou as candidaturas de Diógenes Arruda e Pedro Pomar no Estado de São Paulo. Estas medidas discricionárias do governo, com apoio das classes proprietárias e da grande imprensa, reforçaram ainda mais o “antiparlamentarismo” nas fileiras comunistas.

Em setembro de 1950, Prestes lançou uma *Carta Aberta* na qual apresentava os “candidatos populares” para eleições proporcionais para deputado estadual e federal e conclamava o voto em branco para presidente e governadores. O tom do documento era também antieleitoral. Para ele não seria através de eleições que os trabalhadores poderiam resolver os seus problemas fundamentais, seria preciso uma solução revolucionária, que já estaria expressa no *Manifesto de Agosto*. (Prestes, L. C., “Carta Aberta de Prestes ao Povo Brasileiro”. In: *Voz Operária* de 23/9/50).

Não é de se admirar que com essas diretivas o conjunto do Partido não tenha sido ganho para a campanha dos candidatos populares. A intervenção dos comunistas no pleito ficou bastante abaixo de sua influência política real junto aos trabalhadores. No entanto, a derrota não foi completa. O sindicalista e dirigente comunista, Roberto Morena, se elegeu deputado federal pelo Distrito Federal. Apesar da diretiva comunista de voto em branco, Vargas ganhou a eleição com uma grande margem de votos sobre o segundo colocado – cerca de 48,7% do eleitorado.

Em relação à expressiva votação de Vargas os comunistas comentaram: “Mesmo aquela parcela das massas que votou em Getúlio, na verdade quis votar contra a fome e pela justiça social, contra a guerra e pela paz, contra o imperialismo e pela democracia (...) a votação dada a Getúlio deve-se principalmente ao fato de que ele se apresentou como candidato de oposição ao governo ditatorial de Dutra, ocultando

o caráter reacionário de sua candidatura com a máscara de uma descarada demagogia social e antiimperialista e das mais cínicas promessas”. (*Problemas*, nº 32, jan/ fev de 1951).

Os comunistas estavam certos em procurar compreender, ainda que posteriormente, o conteúdo do voto popular dado a Getúlio. Mas, ao contrário das massas operárias, não conseguiram ver e compreender as diferenças existentes entre o projeto político representado pelo governo antioperário de Dutra e um futuro governo “trabalhista” de Vargas. Os dois governos, para eles, eram “governos de traição nacional, instrumentos servís nas mãos do imperialismo norte-americano”.

### **O perigo de guerra iminente e a luta pela paz**

O principal fator que impulsionou a política do Partido, especialmente o seu sectarismo político, foi uma certa visão sobre a situação internacional. Para os comunistas o mundo estava à beira de uma nova guerra mundial e era preciso fazer um grande esforço para isolar e derrotar o imperialismo norte-americano – e de fato a guerra da Coreia colocou o mundo à beira de um conflito mundial de grandes proporções. Para eles, o conjunto das classes dominantes estava ao lado do imperialismo norte-americano e a favor de uma guerra contra a URSS. Intimamente ligada à idéia da guerra iminente estava a tese da tendência de fascistização da política das classes dominantes. Para os comunistas não haveria como implementar qualquer plano de guerra, particularmente contra a URSS, sem ao mesmo tempo reduzir as liberdades democráticas.

No cenário interno, tanto Dutra quanto Vargas mantinham o país no campo dirigido pelos Estados Unidos. O que os comunistas não viam era que, embora o Brasil, sob o governo Vargas,



se mantivesse dentro da órbita norte-americana, e mantivesse formalmente os compromissos internacionais para a “defesa do hemisfério ocidental”, havia contradições que não eram de todo insignificantes e que, em certo sentido, determinariam os “zigzagues” da política getulista. Podemos mesmo afirmar que, grosso modo, é possível dividir o governo Vargas em duas fases: a primeira (1951-1953), na qual ele estava mais integrado aos interesses norte-americanos, e uma segunda (1953-1954), em que aumentaram as contradições entre o projeto de desenvolvimento varguista e os interesses do imperialismo norte-americano. Seria justamente essa contradição que levaria à sua derrubada em agosto de 1954.

Em abril de 1951 o presidente norte-americano solicitou pessoalmente a Vargas que enviasse uma Divisão de Infantaria para a Coreia. Em junho de 1951 foi a vez do secretário-geral da ONU solicitar tropas brasileiras. O governo brasileiro buscou então barganhar o seu ingresso no conflito coreano com uma ajuda mais expressiva por parte do governo e dos banqueiros norte-americanos. Afinal, a participação nessa guerra era tremendamente impopular, inclusive dentro do próprio governo e nas forças armadas. A pressão norte-americana sobre o governo brasileiro para o fechamento de um acordo militar recrudescceu após a explosão da terceira bomba atômica soviética em outubro de 1951. Esta pressão culminou no estabelecimento do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos.

Vargas, passando por cima do próprio Conselho de Segurança Nacional, autorizou também a remessa anual de 5 mil toneladas de areias monazíticas para os Estados Unidos. Em seguida, o governo firmou um acordo secreto pelo qual a aeronáutica norte-americana ficou autorizada a fazer fotos aéreas do território brasileiro, com objetivos

de elaboração de plano estratégico para defesa do continente. Medidas que afrontavam descaradamente a soberania nacional e geraram protestos inclusive dentro do governo e nas Forças Armadas.

Os comunistas brasileiros, a exemplo dos comunistas de todo o mundo, iniciaram uma campanha pela paz, contra o envio de tropas à Coreia e a utilização de armas atômicas. Em março de 1950, o comitê permanente do Congresso Mundial dos Partidários da Paz, reunido em Estocolmo, lançou um apelo pela proibição da bomba atômica numa campanha de assinaturas em sua defesa. Os comunistas brasileiros se destacaram nesse movimento e, segundo Diógenes Arruda, a campanha em defesa do Apelo de Estocolmo conseguiu mais de 4,2 milhões de assinaturas.

### **Campanha “o petróleo é nosso”**

No início de 1948, o governo Dutra enviou ao Congresso um projeto de Estatuto do Petróleo de conteúdo privatista. Abriu, assim, no Parlamento e na sociedade a disputa entre nacionalistas e entreguistas. Em setembro de 1948 os nacionalistas organizaram a Convenção de Defesa do Petróleo. A sessão inaugural foi presidida por três generais e acabou sendo dissolvida a bombas de gás e tiros pela polícia especial. O debate em torno da questão do monopólio estatal do petróleo começava a adquirir um caráter explosivo. Até o final do seu governo, Dutra não havia conseguido aprovar seu projeto.

A campanha em defesa do petróleo foi retomada em 1951, com a iniciativa de Vargas de regulamentar definitivamente a questão do petróleo brasileiro. O projeto criando a Petrobrás, como empresa de economia mista, foi enviado ao Congresso Nacional no final de 1951, transformado imediatamente em

alvo dos setores nacionalistas – o movimento em defesa do monopólio estatal já havia adquirido um caráter de massas. A pressão popular fez o governo recuar e estabelecer o monopólio sem a participação do capital estrangeiro, mas manteve o caráter misto, admitindo a presença do capital privado nacional. O recuo do governo isolou os nacionalistas radicais, no qual se incluíam os comunistas. O projeto foi aprovado na Câmara em setembro de 1952.

No senado, onde as forças entreguistas eram maioria, o projeto foi alterado favoravelmente aos trustes norte-americanos. Mas as emendas privatistas foram derrubadas na Câmara dos Deputados e o projeto estabelecendo o monopólio estatal foi aprovado em julho de 1953.

### **A greve de 1953 e o golpe contra Vargas**

Em 26 de março de 1953, os comunistas estiveram à frente de uma das maiores greves operárias da história brasileira que durou cerca de um mês, envolveu mais de 300 mil trabalhadores e teve um forte impacto na vida política nacional. A greve se iniciou com os trabalhadores têxteis e metalúrgicos e depois envolveu os trabalhadores na indústria de cerveja, de tintas, de vidros, de gás, construção civil, sapatos, doces, conservas, telefônicos, gráficos, entre outros.

Visando recobrar o terreno perdido para os comunistas no movimento operário, como resultado desse surto grevista, o presidente Getúlio Vargas indicou João Goulart para o Ministério do Trabalho. Sua primeira medida foi anunciar um reajuste de 100% no salário mínimo, uma reivindicação dos comunistas, o que lhe custaria uma contundente oposição por parte dos patrões e dos setores conservadores das forças armadas. Mesmo a destituição de Gou-



lart não aplacou a oposição de direita. Vargas decidiu então manter a radicalização do regime, visando aproximá-lo das classes populares. No primeiro de maio de 1954 num ato inesperado Vargas fez um discurso anunciando o reajuste de 100% do salário mínimo. Vargas sinalizou assim para uma mudança de rumo na sua política econômica e social e apontou novamente para uma aliança preferencial com as classes populares. O Partido não compreendeu esta inflexão, mas a burguesia brasileira sim e iniciou uma oposição sistemática ao governo que só acabou com a derrubada e suicídio de Vargas.

A tentativa de assassinato do jornalista oposicionista Carlos Lacerda, e a morte de um major da aeronáutica, ambas ocorridas em 5 de agosto de 1954, foram pretexto para que um golpe de Estado fosse dado contra Getúlio. Em 24 de agosto, diante do golpe militar consumado, o presidente Vargas se suicidou. As condições desse suicídio e especialmente o teor antiimperialista da sua carta-testamento levaram a uma verdadeira rebelião popular. As redações dos jornais e sedes dos partidos oposicionistas foram atacadas pela multidão enfurecida. A massa tentou também atacar a Embaixada norte-americana, encarada como principal patrocinadora do golpe.

Os comunistas que, até então, se aferravam na sua postura de oposição sistemática ao governo, tentaram se colocar à frente das massas e dirigir sua fúria contra os símbolos do imperialismo norte-americano e políticos e organizações pró-norte-americanos. Dando uma guinada na sua tática, os comunistas se aproximaram dos trabalhadores e políticos getulistas. Afirmaram: “O momento exige que trabalhistas e comunistas se dêem fraternalmente as mãos e que junto lutemos em defesa das leis sociais conquistadas” e apelaram para que os “operários e operárias,

camaradas trabalhistas” reforçassem “as fileiras do Partido Comunista”. Os documentos do Partido não faziam nenhuma autocritica da posição assumida diante do governo Vargas. No entanto, sob o impacto da morte de Vargas e da redução das tensões internacionais, a tática comunista se tornou mais flexível e menos sectária. Passou a propor uma política de alianças em que fossem envolvidos outros partidos como o PTB e o PSB, além de setores de outros partidos fora do campo democrático e popular.

#### IV Congresso

Em novembro de 1954 ocorreu, em São Paulo, o IV Congresso do Partido Comunista do Brasil. O conclave foi inteiramente realizado na clandestinidade e dele participaram mais de 60 delegados.

No *Informe* e no *Programa do Partido* que seriam aprovados manteve-se a idéia da necessidade da derrubada revolucionária do regime e a reafirmação da existência de duas etapas na Revolução brasileira, uma antifeudal e antiimperialista e outra socialista, mas a transição não seria mais encarada como duas etapas de um mesmo e único processo e sim duas etapas mais ou menos estanques. Como consequência dessa alteração da estratégia mudou-se também a posição em relação à burguesia nacional.

Prestes defendeu a formação de uma “frente democrática de libertação nacional”, cuja base seria constituída “pela força indestrutível da aliança operária e camponesa”. Desta frente além dos setores populares participariam também uma “parte dos grandes industriais e comerciantes”, que também sentiam “a concorrência dos imperialistas norte-americanos” e sofriram “os efeitos da política econômica e financeira do governo de latifundiários e grandes capitalistas”. Afirmou

Prestes: “No que concerne às relações com a burguesia nacional, o *Programa do Partido* não só não ameaça seus interesses como defende suas reivindicações de caráter progressista, em particular o desenvolvimento da indústria nacional (...), as necessidades já maduras do desenvolvimento da sociedade brasileira, que exigem solução imediata, são exclusivamente as de caráter antiimperialista e antifeudal. A burguesia nacional não é, portanto, inimiga; por determinado período pode apoiar o movimento revolucionário contra o imperialismo e contra o latifúndio e os restos feudais”.

Apesar da crítica ao esquerdismo presente na tática do período imediatamente anterior, o programa proposto continuava subestimando o papel das eleições: “Embora as eleições devam ser aproveitadas pelo povo em sua luta, elas não passam, nestas condições, de uma farsa para tentar esconder o caráter despótico do atual regime”. Para os comunistas a Constituição de 1946 era “no essencial um código de opressão contra o povo”. Estas posições foram rapidamente alteradas.

O programa refletia ainda a conjuntura internacional de agudização do conflito entre Estados Unidos e URSS. Resumiu-se, praticamente, ao ataque aos interesses do imperialismo norte-americano no país. Afirmou Prestes: “Se bem que o Brasil seja um país semicolonial, submetido à exploração de diversos grupos imperialistas, o *Programa do Partido* dirige seu gume contra o imperialismo norte-americano, exigindo o confisco de todos os capitais e empresas pertencentes aos monopólios norte-americanos que operam no Brasil, a anulação da dívida externa do Brasil para com o governo dos Estados Unidos e dos bancos norte-americanos, a expulsão do Brasil de todas as missões militares, culturais, econômicas e técnicas norte-americanas”.



### O avanço do reformismo

No final de 1955, o Partido apoiou a chapa Juscelino Kubitschek e Goulart para a presidência e vice-presidência da República. Para consolidar essa aliança os comunistas apresentaram um programa-mínimo de quatro pontos: liberdade democrática e legalidade para o Partido; uma política externa de paz; melhores condições de vida para os trabalhadores e medidas de reforma agrária; e defesa de uma política nacional de petróleo e minérios.

No entanto, Juscelino se elegeu por uma pequena margem de votos. A oposição direitista afirmou que a vitória eleitoral só pôde ocorrer graças ao apoio dado pelo proscrito Partido Comunista e, portanto, não deveria ser reconhecida. A reação conservadora depois de colocar na ilegalidade o PC do Brasil queria cassar até mesmo o direito de voto dos seus militantes e simpatizantes. Mas esta era uma tarefa impossível de ser realizada nos marcos de um regime democrático.

A direita passou a advogar então a tese de necessidade de “maioria absoluta” de votos para reconhecimento da vitória eleitoral dos candidatos à Presidência. Por trás das manobras golpistas estavam: a UDN, o presidente da Câmara de Deputados, Carlos Luz e o próprio presidente da República, Café Filho. Armou-se, até mesmo, um esquema militar para impedir a posse do eleito. No entanto, no dia 11 de novembro o ministro do Exército, General Teixeira Lott, deu um golpe militar preventivo para garantir a posse do eleito. O presidente do Senado Nereu Ramos foi indicado provisoriamente presidente da República e Juscelino pôde finalmente assumir em janeiro de 1956.

O presidente não conseguiu cumprir sua promessa de legalizar o Partido, mas lhe garantiu a possibilidade de agir mais abertamente, sem repressão,

adquirindo uma situação de semilegalidade. Em março de 1958 Prestes e a direção nacional voltaram à vida legal com a revogação do mandado de prisão preventiva existente desde a cassação em 1948. O ambiente nacional e internacional, com o arrefecimento da guerra fria, criou um clima propício para proliferação de ilusões reformistas.

Em fevereiro de 1956 realizou-se o 20º Congresso do PCUS, no qual Krushev apresentou um “relatório secreto” e abriu uma nova fase na política do PCUS na qual predominou o reformismo. As notícias desse Congresso chegaram ao país através da imprensa burguesa e inicialmente foram negadas pela direção comunista – tais notícias foram apresentadas como falsificações criadas pela agência de inteligência norte-americana.

Depois de vários meses a delegação brasileira voltou ao Brasil trazendo as informações oficiais e somente no final de agosto se reuniu o Comitê Central para discutir as resoluções do 20º Congresso. Na reunião ocorreram duras críticas ao secretariado e principalmente ao secretário de organização, Diógenes Arruda. Nem mesmo Prestes escapou às críticas.

Em outubro, à revelia da direção do Partido, foi aberto um debate através da imprensa partidária, num claro desrespeito ao centralismo-democrático. Surgiu com força uma corrente que passou a defender teses liquidacionistas, seu principal expoente era Agildo Barata. Este acabou sendo expulso do Partido e formou com outros dissidentes um grupo nacionalista não proletário.

Iniciou-se então uma luta acirrada entre duas concepções no interior do Partido. Em agosto de 1957, por suas posições contrárias às teses reformistas que vinham ganhando corpo no interior da direção do Partido, João Amazonas, Maurício Grabois, Dió-

genes Arruda e Sérgio Holmes foram destituídos da comissão executiva e do secretariado do Comitê Central. Os seus lugares foram ocupados por Giocondo Dias, Mário Alves, Carlos Marighella e Calil Chade. Coincidentemente dois meses antes, em junho, haviam sido destituídos do presidium do Comitê Central do PCUS Molotov, Kaganovich e Suslov, antigos e respeitados dirigentes bolcheviques.

Estes afastamentos foram necessários para que Prestes conseguisse uma tranqüila maioria, o que lhe permitiu aprovar as teses reformistas e mudar o rumo político do Partido. No início de 1958, numa reunião do Comitê Central, João Amazonas e Maurício Grabois foram os únicos a votar contra o documento que ficaria conhecido como *Declaração de Março*, elaborado por uma comissão “ultra-secreta”, criada pelo próprio secretário-geral. Este documento consolidou a guinada à direita do PCB. E desarmava o povo ao afirmar que o processo de democratização seria “uma tendência permanente” e por isso mesmo poderia “superar quaisquer retrocessos e seguir incoercivelmente para diante”. A *Declaração* considerava a burguesia como “uma força revolucionária” e que existiria a “possibilidade real de conduzir, por formas e meios pacíficos, a revolução antiimperialista e antifeudal” no Brasil, graças à conjuntura internacional “favorável à classe operária e ao movimento de libertação dos povos”. (“Declaração Sobre a Política do PCB”).

Começavam, assim, a ser definidas mais nitidamente, duas tendências no interior do Partido: uma reformista e outra revolucionária. Essas duas tendências opostas iriam se enfrentar duramente nos debates preparatórios ao 5º Congresso do Partido.

Augusto César Buonicore é historiador e membro do Comitê Central do PCdoB.



# 75 ANOS DE FUNDAÇÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA DO BRASIL

Ricardo Abreu



Arquivo

Policial reprime "perigoso jovem" nos anos 20.

*A primeira experiência dos comunistas brasileiros no trabalho com os jovens, a Juventude Comunista do Brasil, foi fundada em 1º de agosto de 1927*



A fundação do Partido Comunista do Brasil, em março de 1922, “resultou da conjugação de três fatores principais – a formação e relativo crescimento do proletariado brasileiro, o exemplo da Revolução Russa de 1917, e a influência da Internacional Comunista, fundada em 1919, e a crise do anarco-sindicalismo”.<sup>(1)</sup>

DE ACORDO com José Carlos Ruy, “desde o final da greve de 1917, um grupo de líderes operários procurava superar o obstáculo representado pela recusa anarquista à luta política e à organização do proletariado em um partido de classe”. Esses líderes foram os fundadores do PC do Brasil.<sup>(2)</sup>

A criação da Juventude Comunista do Brasil, em 1927, foi uma consequência lógica, e histórica, da própria fundação do Partido Comunista do Brasil cinco anos antes, e da orientação da Internacional Comunista (IC) que, desde seu II Congresso, em 1920, apoiou o I Congresso da Internacional das Juventudes Comunistas e passou a incentivar a criação de organismos para jovens nos partidos comunistas a ela filiados.

No mesmo ano do I Congresso da Internacional das Juventudes Comunistas (IJC) – criada por iniciativa da IC, em 1920 –, realizou-se em Moscou o II Congresso da União da Juventude Comunista da Rússia, o Komsomol. Lênin pronunciou aos 600 delegados presentes, no dia 2 de outubro, o importante e clássico discurso “As tarefas da União da Juventude”.

### **A Internacional Comunista e a juventude**

Do II ao V Congresso, a IC reforçou o seu caráter de “partido mundial”, deixando para trás os princípios federativos da II Internacional. A partir daí começam a ser criadas as Juventudes Comunistas, em todos os continentes. De 4 a 16 de dezembro de 1922 foi rea-

lizado o III Congresso da Internacional das Juventudes Comunistas, em Moscou, com 121 delegados de 38 organizações juvenis de distintos países. O IV Congresso da IC havia sido realizado alguns dias antes, no mesmo local.

Em 1924, no V Congresso da IC, em Moscou, o Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922 como Seção Brasileira da IC, foi reconhecido plenamente e seu secretário-geral, Astrojildo Pereira, foi eleito para a Comissão Central de Controle da IC.

A III Internacional possuía propostas programáticas específicas para a juventude. O VI Congresso da IC, em 1928, aprovou o Programa da Internacional Comunista, que defendia a “redução especial da jornada de trabalho para a juventude (jornada máxima de 6 horas para os jovens menores de 18 anos); reorganização socialista do trabalho da juventude, mediante a combinação da produção material com a educação geral e política”.

Para assegurar o “papel dirigente do Partido Comunista no sistema de ditadura do proletariado”, dizia o Programa, “o Partido do proletaria-

*A III Internacional possuía propostas programáticas específicas para a juventude*

do apóia-se diretamente nos sindicatos e nas outras organizações das massas operárias (soviets, cooperativas, Juventudes Comunistas, etc) e, através delas nos camponeses, e dirige por este sistema de alavancas o conjunto do sistema soviético”. Diz, ainda: “É necessário também conduzir uma ação sistemática entre a juventude operária e camponesa (principalmente por intermédio da Internacional Comunista e suas seções)”.<sup>(3)</sup>

No primeiro artigo dos Estatutos da III Internacional consta que esta “representa em si a união dos Partidos Comunistas de todos os países num único Partido Comunista mundial”.

O artigo 35 dos Estatutos estabelece a relação entre a IC e a IJC: “A Internacional Comunista Juvenil é uma seção, com plenitude de direitos, da Internacional Comunista e encontra-se sujeita ao Comitê Executivo da Internacional Comunista (CEIC)”.<sup>(4)</sup>

### **O PC do Brasil decide construir a JC**

Em 1922 foi fundado o Partido Comunista do Brasil, durante seu I Congresso, de 25 a 27 de março, por 9 delegados representando 73 membros. Em maio de 1923 o número de militantes se eleva a 300, em 1928 a 700 e em 1930 a 1200.

Para Octávio Brandão, a fase de 1922 a 1925 foi a de fundação, dos “primeiros passos”, e da “consolida-



ção” do PC do Brasil. De 1925 a 1927 o Partido “olha para fora”, e de 1927 a 1930 realiza uma “política de massas”. A JC foi fundada em 1927, justamente neste período de ascensão do Partido, na segunda metade dos anos 20. <sup>(5)</sup>

Além dos Comitês e células, a Juventude Comunista também nasceu, a exemplo da IJC, como “outro órgão de fundo estatutário” do Partido Comunista do Brasil. <sup>(6)</sup>

A criação da Juventude Comunista, segundo Astrojildo Pereira, “fora já decidida desde janeiro de 1924, em sessão ampliada da Comissão Central Executiva (CCE). O II Congresso, constatando que só no Rio se havia iniciado sua organização, insiste que a questão fosse encarada seriamente por todo o Partido”. <sup>(7)</sup>

O PC do Brasil realizou o seu II Congresso de 16 a 18 de maio de 1925. O item 7 da ordem do dia era “A organização da JC” e o Congresso reafirmou a decisão da CCE. No período 1922-1929, a direção central do Partido era denominada Comissão Central Executiva (CCE).

### **A fundação da JC do Brasil**

Mesmo com as resoluções aprovadas, não se estava conseguindo orga-

---

*Cerca de 90% dos membros da juventude comunista da época constituía-se de jovens operários de 15 a 19 anos*

---

nizar a JC do Brasil. O encarregado dessa tarefa na CCE, o vassoureiro e fundador do Partido, Luís Perez, por motivo familiar, havia se mudado para o interior de São Paulo, e por isso, quase nada pudera fazer.

A CCE incumbiu o jovem Leôncio Basbaum, então com 18 anos, de iniciar o trabalho de construção da JC a partir de Recife, onde este pernambucano, que era estudante de medicina no Rio de Janeiro, iria passar as férias com a família.

Astrojildo orientou Basbaum em sua tarefa. Segundo Basbaum, Astrojildo teria dito: que “já era tempo de que o Partido organizasse uma Juventude Comunista, assim como havia em outros países. (...) Assim, queria que eu fizesse uma experiência em Recife, onde havia um forte núcleo do Partido, que me poderia auxiliar. E eu poderia começar arregimentando os filhos dos próprios membros do Partido”. <sup>(8)</sup>

Basbaum cumpriu a tarefa e organizou um Comitê Regional da Juventude Comunista em Pernambuco, o primeiro do Brasil. Na sua volta, a CCE decidiu que ele passaria a ser o encarregado do setor juvenil do Partido, com o objetivo de criar uma organização juvenil de caráter nacional, tornando-o membro da CCE, com direito a voz e voto, como representante da Juventude Comunista, que na realidade ainda não existia.

O jornal diário, *A Nação*, ligado ao Partido, publicou “pequenos artigos sobre a juventude operária, e a necessidade de sua organização”. *A Nação* publicava papeletas de inscrição para a JC em branco, para que os jovens interessados em aderir à JC as preenchessem e as enviassem de volta para o jornal. Em poucos meses foram recebidas mais de cem

inscrições, de vários Estados.

“No dia 1º de Maio de 1927”, relata Basbaum, “a Juventude, melhor dizendo, os jovens comunistas, apareceram com destaque, não somente carregando faixas com inscrições próprias, como também com um orador (...) E os jovens vibravam. Esses êxitos iniciais nos animaram a apressar a fundação da JC”. <sup>(9)</sup>

Em 1º de agosto de 1927 foi fundada a Juventude Comunista, na sede da antiga União dos Trabalhadores Gráficos, a UTG, na Rua Frei Caneca esquina com a Praça da República. De acordo com Basbaum, “houve uma festa com discursos, nos quais o que mais se destacou foi o de um jovem metalúrgico, de uns 17 anos, Jaime Ferreira (...). No dia seguinte escolhemos alguns companheiros jovens para constituir um Comitê Central provisório e fui eleito por esse Comitê secretário-geral, cargo em que permaneci até princípios de 1929, quando tendo atingido 21 anos, passei ao partido, de onde, aliás, eu viera.”

“Posso afirmar que cerca de 90% dos membros da juventude comunista da época constituía-se de jovens operários de 15 a 19 anos, os quais, pelos estatutos aprovados, ao completarem 21 anos deveriam ingressar ao Partido.”

“Embora por vezes ultrapassássemos nosso campo de ação, procurando tomar atitudes políticas, na verdade tínhamos de seguir a linha traçada pelo Partido. Nossa ação se limitava a recrutar jovens nas fábricas e nas empresas ou no comércio, e mesmo nas escolas superiores, naquela faixa de idade, mantê-los unidos em torno de atrações de toda ordem, como esportes, teatro, festinhas, piquenique, fazer propaganda de nossas idéias marxistas e prepará-los para serem bons comunistas. A tarefa não



era fácil, pois tínhamos jovens de todos os graus de cultura, desde semi-analfabetos até estudantes de curso superior, estes em pequena minoria. Adotamos a mesma organização do Partido, com células e Comitês Regionais, nos Estados. Pelos meados de 1928 já tínhamos organizações regionais no Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Espírito Santo”.

“A primeira ‘direção nacional’ possuía sete membros e creio que me lembro dos nomes de alguns deles: Jaime Ferreira, Elísio, Altamiro, Brasilino, Pedro Magalhães, todos operários, e mais o Arlindo Pinho; que vigorou até fins de 1928, ou princípios de 1929, quando, no seu primeiro congresso nacional, foi eleita uma nova direção. (...)”

“Começamos a editar um jornalzinho mimeografado, semanal, *O Jovem Proletário*. (...) Lá imprimíamos ainda nossos ‘manifestos’, volantes, falando sobre diferentes assuntos juvenis, reivindicações dos trabalhadores jovens (menos horas de trabalho, salário igual para trabalho igual), proclamações contra visita que nos

fizeram navios de guerra norte-americanos, contra o imperialismo e contra uma porção de coisas a que éramos contra. Uma vez fizemos um volante escrito em língua inglesa, contra o imperialismo, que distribuímos entre os marinheiros norte-americanos, o que causou certo escândalo na imprensa, a qual protestou contra nossa ‘ousadia’.”<sup>(10)</sup>

A JC do Brasil (JCB) finalmente saiu do papel e ganhou as ruas, fábricas, empresas e escolas.

### A JCB no Congresso da IJC

No mês de sua fundação, agosto de 1927, a JC escreveu para Moscou, sede da IJC comunicando a fundação da JC do Brasil e solicitando a adesão dos jovens à Internacional.

A resposta demorou um pouco a vir. Basbaum relata que em “abril ou maio de 1928, recebíamos carta de Moscou, do Komintern, com um convite para que o PCB se fizesse representar no VI Congresso da Internacional Comunista. E, ao mesmo tempo, a JC recebia igual convite para que se fizesse representar no seu V Congresso, da IJC ou KIM (Internacional Juvenil Comunista) que se realizaria a seguir. (...)”<sup>(11)</sup>

A JC do Brasil fez uma campanha para arranjar dinheiro para a viagem. Houve iniciativas como rifas, festivais e doações.

No VI Congresso da IC a delegação brasileira era composta de três camaradas, entre eles Leôncio Basbaum, delegado da JC do Brasil. Durante o Congresso, em setembro de 1928, Astrojildo Pereira foi eleito para o Comitê Executivo da IC, o CEIC.

Esse Congresso da IC substituiu a política de “frente única” pela política de “classe contra classe”. Em virtude dessa orientação sectária, que também foi implementada no Brasil, o Partido não participou do movimento político conhecido

como Revolução de 1930.

O Congresso da IJC durou em torno de 15 dias e uma de suas resoluções foi admissão plena da JCB na IJC. A jovem comunista alemã Olga Benário, que depois seria companheira de Prestes e dirigente da insurreição de 1935 no Brasil, participou do Congresso da IJC de 1928 como delegada da Juventude Comunista Alemã. Durante o Congresso, Olga foi eleita para o Presidium da IJC, e passou a viver em Moscou.

### A resolução do III Congresso do PC do Brasil sobre a JC

No III Congresso do PC do Brasil participaram de suas sessões 31 camaradas, sendo dois da JC. O ponto 13 da ordem do dia era “Sobre a Juventude Comunista”. Nas teses, havia a proposta de “maior ajuda à Juventude Comunista”. Foi aprovada uma resolução sobre a Juventude Comunista, que em determinado trecho dizia:

“Os primeiros membros da Juventude Comunista do Brasil entraram em 1925, 14; em 1926, 13. Destes 27, em 1927 só restavam 8. Em maio de 1927, foi obrigado a ausentar-se o encarregado da Juventude da Comissão Central Executiva do Partido, passando seu cargo às mãos de membros da Juventude. Aproveitando o período de legalidade, fez-se ampla agitação pelo jornal *A Nação*, sendo comemorada em junho a Semana da Juventude Operária. Por esse tempo, a ligação com os Estados era quase nenhuma. Apenas correspondência com camaradas isolados de algumas regiões. Havia ao todo uns 30 membros, mais ou menos ativos, distribuídos por 5 células.”

“As ligações com o Partido e com o Secretariado Sul-Americano eram quase nenhuma. Veio por fim, em agosto, a ‘lei celerada’, que pôs fim ao trabalho legal, havendo em seguida como uma debandada de alguns membros. Ad-

## A jovem

### comunista alemã

### Olga Benário

### participou do

### Congresso da IJC

### de 1928 como

### delegada da

### Juventude

### Comunista Alemã.



mitido um representante da JC na CCE do Partido, recomeçou o trabalho com a publicação de um jornalzinho mimeografado, *O Jovem Proletário*, que saiu regularmente até abril de 1928, quando fechou para auxiliar com o dinheiro de que dispunha *A Classe Operária*. Deve-se acrescentar que desde janeiro ele era impresso e teve uma tiragem de 1000 exemplares.”

“No começo da organização, o trabalho era dificultado por ser na sua maioria dirigido por estudantes. Hoje, a maioria absoluta é de operários, havendo cerca de 25 células no Rio, das quais 5 de empresa. Um total de 120 membros, mais ou menos ativos, em 120 inscritos.”

“A ligação com os Estados é bem intensa, e existem organizações, além do Rio de Janeiro, em Porto Alegre, Santos, São Paulo, Sertãozinho, Ribeirão Preto, Vitória, Pernambuco e Rio Grande do Norte.”

“Em maio houve uma troca de representação com voz deliberativa entre o CC da JC e a CCE do Partido. Em junho, um delegado foi enviado ao 5º Congresso da Internacional da JC, fazendo da nossa organização uma seção brasileira da IJC”.<sup>(12)</sup>

Segundo Astrojildo Pereira, o outro trecho da resolução do III Congresso “traça diretivas práticas para o trabalho específico da JC e suas ligações com o Partido”.<sup>(13)</sup>

O III Congresso do Partido elegeu Leôncio Basbaum para o Comitê Central do Partido. Basbaum passou então de representante da JC na direção do Partido, para representante do Partido na direção da Juventude Comunista e ficou com a responsabilidade de preparar um companheiro para substituí-lo na direção da JC.

### O I Congresso da JC

Em 4 de janeiro de 1929, durante o Congresso do Partido, e no mesmo

local, realizou-se o I Congresso da JC, com 15 delegados, de Rio de Janeiro, São Paulo, Campos, Niterói, Vitória, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará.

Entre os militantes da JC nesse período estava Raquel de Queiroz, autora de “O Quinze”, que participou da Juventude no Ceará.

Por sugestão da IJC, enviada de Moscou, o I Congresso da JCB incluiu o trabalho antimilitarista entre os jovens das forças armadas. O Congresso resolveu ainda, segundo Basbaum, “intensificar nossa atividade nos setores recreativos e culturais, dando maior atenção ao Centro de Jovens Proletários – já fundado e que congregava jovens de todas as tendências, com fins esportivos e culturais. Ele nos havia trazido excelentes rapazes e moças para a JC. Também havíamos decidido esforçar-nos junto aos sindicatos para a criação de departamentos juvenis, a fim de atrair para eles os operários mais jovens. (...) Na verdade, depois do Congresso, o movimento juvenil havia crescido muito, assim como o Partido”.

“Começava o ano de 1929”, relata Basbaum, “e estávamos animados, em grande atividade, (...) e com um grande número de camaradas transformados em ‘revolucionários profissionais’, como queria Lênin. Não sei como viviam, pois o PC e a JC pouco tinham para lhes dar.”<sup>(14)</sup>


Na greve dos gráficos, deflagrada em 23 de março de 1929 e com a duração de 72 dias, foram enviados a São Paulo membros da Juventude Comunista para ajudar na coordenação da greve.<sup>(15)</sup>

Artur Basbaum, que já era membro da direção central da JCB, substituiu o irmão mais velho, Leôncio, na secretaria geral.

O Partido e a JC passaram a ter maiores dificuldades para crescer e

ampliar sua influência e atividade políticas em função da orientação política sectária de “classe contra classe”, definida pela IC.

Em janeiro de 1931, a avaliação de Leôncio era de que a JC “não crescerá muito, mas tinha um bom quadro de militantes fiéis e combativos, a maioria, como sempre, de jovens operários, mas uma percentagem maior do que antes, de estudantes.”<sup>(16)</sup>

Por ser a primeira experiência dos comunistas brasileiros no trabalho com os jovens, é importante a comemoração e o registro da passagem dos 75 anos da fundação da JC do Brasil, com este breve relato dos seus primeiros anos de atividade. 

Ricardo Abreu é economista e membro do Comitê Central do PCdoB.

#### Notas

- (1) José Carlos Ruy, “Condições históricas do surgimento do Partido Comunista do Brasil”, *Princípios* n° 63, Anita Garibaldi, 2002
- (2) José Carlos Ruy, “Contribuição para o estudo da história do Partido Comunista do Brasil”, *Princípios* n° 60, Anita Garibaldi, 2001.
- (3) *Programa e Estatutos da Internacional Comunista*, Edições Maria da Fonte, Lisboa, 1975.
- (4) Idem.
- (5) Octávio Brandão, *Combates e batalhas: memórias*, volume 1, Alfa-Ômega, 1978.
- (6) Edgar Carone, *Classes sociais e movimento operário*, Ática, 1989.
- (7) Astrojildo Pereira, *Ensaio histórico e políticos*, Alfa-Ômega, São Paulo, 1979.
- (8) Leôncio Basbaum, *Uma vida em seis tempos: memórias*, Alfa-Ômega, 1978.
- (9) Idem.
- (10) *Ibidem*.
- (11) *Ibidem*.
- (12) A resolução sobre a JC do III Congresso do PC do Brasil está transcrita em Astrojildo Pereira, *Ensaio histórico e políticos*, Alfa-Ômega, 1978.
- (13) Astrojildo Pereira, *Ensaio histórico e políticos*, Alfa-Ômega, 1978.
- (14) Leôncio Basbaum, *Uma vida em seis tempos: memórias*, Alfa-Ômega, 1978.
- (15) John W. Foster Dulles, *Anarquistas e comunistas no Brasil*, Nova Fronteira, 1977.
- (16) Leôncio Basbaum, *Uma vida em seis tempos: memórias*, Alfa-Ômega, 1978.



# OLINDA. CONHEÇA O ONTEM, HOJE E VOLTE AMANHÃ.

Olinda. Há 20 anos, Patrimônio da Humanidade. Humana cidade. Patrimônio do povo que aqui vive e aqui visita.

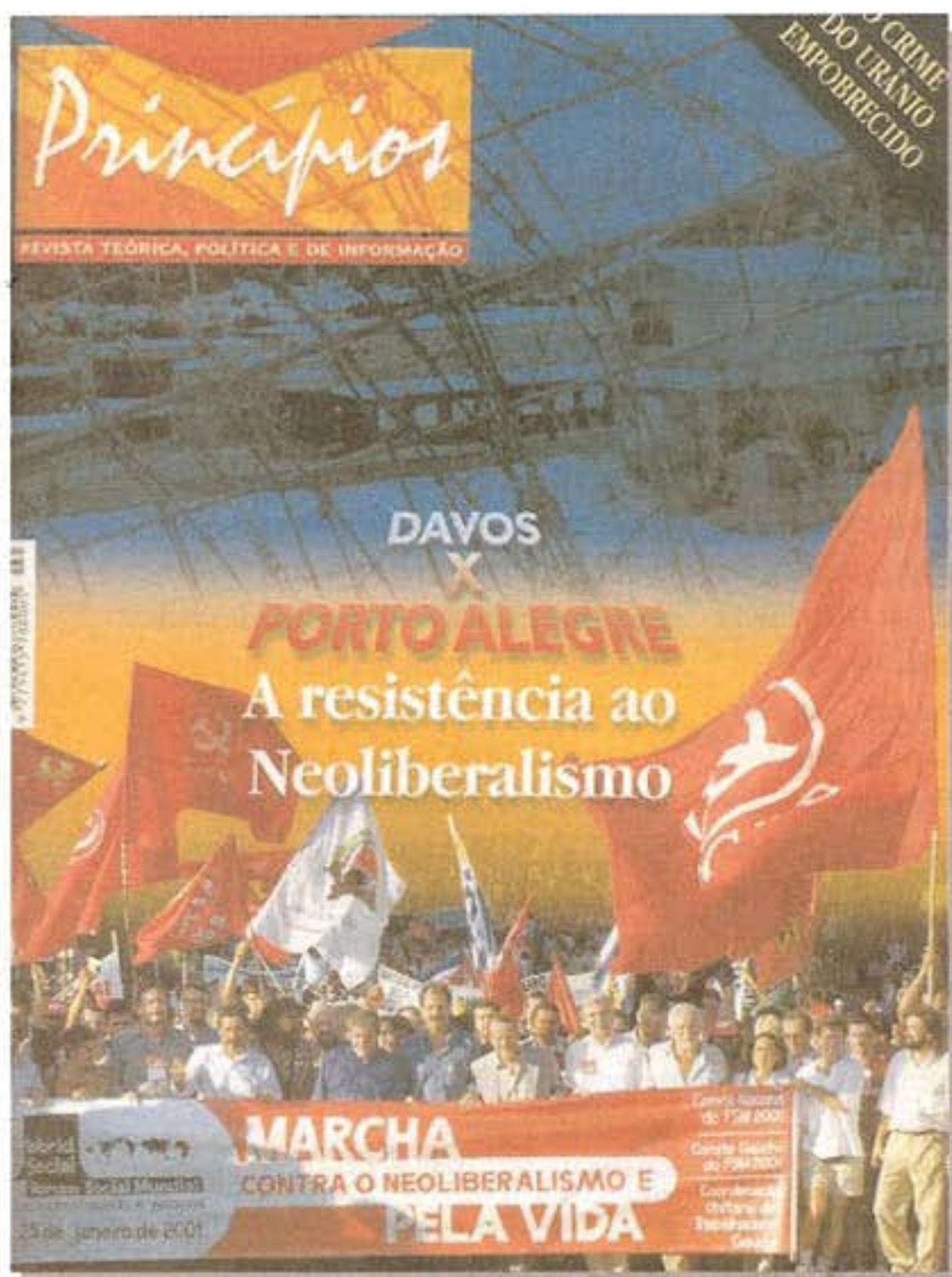
Olinda. Sempre pronta a receber quem a respeita e pelas ladeiras estreitas quer conhecer sua história, suas lutas, seus carnavais, sua arte. Que renasce em toda parte. Cada vez mais forte, mais bela ainda, cada vez mais Olinda.





# O Fórum Social Mundial

*No cenário da luta contra o neoliberalismo, estão em pauta as estratégias da luta dos povos*



*Princípios abordou o I Fórum Social Mundial.*

Alguns dizem que a inspiração para o surgimento do Fórum Social Mundial – FSM, vem das atividades e encontros das ONGs, paralelos às reuniões e conferências do sistema ONU, como a Rio 92 sobre meio ambiente e desenvolvimento. Outros dizem que tudo começou com o zapatismo, em 1994. Outros, com a greve geral na França, em 1995. E poderíamos também registrar que estudantes caras-pintadas, destacadamente, e os movimentos populares e partidos progressistas do Brasil e da Venezuela, ainda em 1992, protagonizaram os primeiros processos vitoriosos de impeachment da história, afastando os governos neoliberais de Fernando Collor de Mello e Carlos Andrés Perez.



A INSPIRAÇÃO está em todas essas lutas e em muitas outras. Mas há um consenso de serem um marco importante as manifestações de Seattle, em 1999, nas quais a diversidade que existe no FSM já se manifestava, unida, protestando nas ruas. Eram sindicatos, entidades estudantis, movimentos juvenis, camponeses, ambientalistas, autonomistas, movimentos feministas e de direitos humanos, grupos de “ação direta”, ONG’s, movimentos religiosos, intelectuais, etc. Eram vários “atores” e várias “culturas políticas”, ou seja, variados movimentos, e orientações político-ideológicas, unidos na luta contra a globalização neoliberal e contra a “mercantilização do mundo”.

A partir de Seattle, 1999, período subsequente às crises financeiras e ao início da crise do modelo preconizado pelo Consenso de Washington, várias manifestações de massas acontecem, principalmente na Europa e na América do Norte, que ficam conhecidas como “movimento anti-globalização” – no caso a globalização imperialista, é claro.

A idéia do FSM nasceu em reuniões na Europa, em 2000, durante alguns eventos paralelos às reuniões da ONU, do FMI e do Banco Mundial. Algumas entidades e ONG’s brasileiras e francesas lançaram a idéia de um Fórum paralelo ao Fórum Econômico Mundial, realizado anualmente em Davos, na Suíça. Escolheram uma cidade do Hemisfério Sul, Porto Alegre – RS, Brasil, para realizar, simultaneamente ao evento de Davos, o 1º Fórum Social Mundial.

Na França, a entidade pioneira foi a Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos, a ATTAC. Da parte brasileira, as entidades formaram o Comitê Organizador Brasileiro – COB,

também chamado de Secretaria Internacional do FSM. A Secretaria Internacional continua sendo formada exclusivamente pelas mesmas entidades brasileiras. São elas: Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (CIVES); Associação Brasileira de ONG’s (ABONG); ATTAC - Brasil; IBASE; Central Única dos Trabalhadores – CUT; Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CNBB – Igreja Católica); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST); e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.

Não é sem razão que o 1º FSM ocorreu no Brasil. Havia aqui um ambiente mais propício. No Brasil os movimentos populares e os partidos progressistas, principalmente a esquerda, têm considerável força política, organizativa e presença eleitoral e governamental. O Estado do Rio Grande do Sul, e sua capital, Porto Alegre eram governados por coalizões de esquerda lideradas pelo Partido dos Trabalhadores - PT. No Brasil não há uma crise de identificação entre os movimentos de resistência e a representação político-partidária de esquerda e progressista, ou, se quisermos, antineoliberal. A recente eleição de Lula para presidente da República confirma isso de maneira incontestável.

Em seguida, criou-se um Conselho Internacional, formado pelas entidades fundadoras e por movimentos, entidades, redes e campanhas de âmbito internacional. Fazem parte desse Conselho, dentre outros, a ATTAC, principalmente a seção francesa; a Focus on the Global South; o Conselho Latino-americano de Ciências Sociais - CLACSO; o Fórum Mundial de Alternativas/CETRI; a Organização Continental Latino-americana e Caribenha de Estudantes - OCLAE; a Via Campesina; a rede 50 Years is Enough; o Jubileu Sul, da Igreja Católica; o

Fórum Social de Gênova; o Comitê pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo – CADTM; as centrais sindicais CIOLS e CMT. E vários outros totalizando aproximadamente 80 organizações-membro.

O FSM é regido por sua *Carta de Princípios*, que foi aprovada pelo Conselho Internacional em 10 de junho de 2001. Segundo a *Carta*, o FSM é “um espaço aberto de encontro para aprofundar a reflexão, para um debate democrático de idéias, elaboração de propostas, livre intercâmbio de experiências e articulação de ações eficazes por parte das entidades e movimentos da sociedade civil que se oponham ao neoliberalismo, e ao domínio do mundo pelo capital ou por qualquer forma de imperialismo, e que se empenhem na construção de uma sociedade planetária orientada por uma relação fecunda entre os seres humanos e destes com a Terra.” (*Carta de Princípios* do FSM)

Conforme um outro trecho da *Carta de Princípios*, o FSM é “um processo de caráter mundial. Todos os eventos que se realizem como parte desse processo terão dimensão internacional”. O FSM “não pretende ser uma instância de representação da sociedade civil mundial (...) as reuniões não têm caráter deliberativo (...) não se constitui em uma instância de poder, a ser disputado pelos participantes em suas reuniões”. O FSM é um “espaço plural e diverso, não confessional, não governamental e não partidário, que articula de maneira descentralizada e em rede as entidades e os movimentos. (...) Não devem participar do Fórum Social Mundial representações partidárias nem organizações militares. Poderão ser convidados a participar, em caráter pessoal, governantes, e parlamentares, que assumam o compromisso desta *Carta*”. Partidos políticos, parlamenta-



res e governantes não participam enquanto delegados, somente como convidados ou observadores.

Com relação à sua formação, o Conselho Internacional – CI, está aceitando propostas de novas adesões com a condição de ser uma entidade internacional e que esteja de acordo com a *Carta de Princípios*. Está sendo discutida uma regulamentação das atribuições do CI e dos critérios para a sua composição e para as novas adesões.

A proposta em discussão dá ao Conselho Internacional a clara função de principal instância de responsabilidade política do FSM, hoje ainda bastante concentrada na Secretaria Internacional. Pela proposta, o CI faria “uma avaliação estratégica permanente da luta contra a globalização neoliberal e do papel nela cumprido pelo FSM, sem, no entanto, pretender se transformar em comando do processo do Fórum e muito menos do movimento mundial de luta contra globalização neoliberal”. (*In: “Estrutura política e Organizativa do FSM”*) O Conselho Internacional passaria a se chamar Comitê Internacional.

O espectro político-ideológico dos participantes do FSM é vastíssimo e dentro do FSM existem articulações essenciais como a importante Aliança Social Continental, formada por movimentos sociais das Américas com a bandeira da luta contra a ALCA. Por iniciativa da Aliança Social Continental e de outros movimentos e redes de outros continentes, no 2º FSM, em Porto Alegre, foi realizada a fundamental Assembléia Mundial dos Movimentos Sociais que aprovou uma declaração política com o nome de “Resistência contra o neoliberalismo, o militarismo e a guerra: pela paz e pela justiça social” e uma agenda de atividades e mobilizações. Existe a proposta de criação de uma rede internacional de movimentos sociais, que

também faria parte do FSM, pois este também é um “espaço de articulação, busca fortalecer e criar novas articulações nacionais e internacionais, entre entidades e movimentos da sociedade”. (*Carta de Princípios*)

O 1º FSM, em 2001, ficou conhecido como o Fórum anti-Davos e foi caracterizado pelo debate de diagnóstico da realidade mundial sob a “ditadura de mercado” do neoliberalismo. Nele, reuniram-se 18 mil participantes de 117 países e 2 mil jovens no Acampamento Intercontinental da Juventude – AIJ. Já o 2º FSM, em 2002, caracterizou-se pela discussão das alternativas à globalização neoliberal, congregando 51 mil participantes de 131 países e 15 mil jovens acampados. E, ainda, ficou marcado pela contestação à política belicista dos EUA e pela luta contra a Alca.

A partir do 2º Fórum, para ampliar a mundialização do FSM – ainda muito concentrado nas Américas e no Oeste da Europa –, estão sendo estimulados os Fóruns Regionais (Fórum Social Europeu e Fórum Social Asiático) e os Temáticos (Fórum sobre a crise do modelo neoliberal, na Argentina; e Fórum sobre a Amazônia). O objetivo da chamada mundialização é aumentar a participação de regiões, como África, Ásia e Leste da Europa.

O objetivo do 3º FSM, de 23 a 28 de janeiro de 2003, novamente em Porto Alegre – RS, é continuar o debate sobre diagnóstico e alternativas, mas dando ênfase para a relação destes com as estratégias para a resistência e as conquistas almejadas. Será fortemente marcado pela vitória das forças anti-neoliberais no Brasil e pela ameaça de guerra imperialista contra o Iraque.

O 3º FSM deve reunir 100 mil pessoas e terá cinco eixos temáticos. As suas atividades serão desenvolvidas em Conferências, Painéis, Mesas de Diálogo e Controvérsia, Seminários e

Oficinas. Como nos dois primeiros, nele também haverá – alguns dias antes ou durante o 3º FSM –, o Acampamento Intercontinental da Juventude; o Fórum Parlamentar Mundial; e o Fórum de Autoridades Locais.

As organizações-membro do CI, em articulação com a Secretaria Internacional, podem sugerir temas, subtemas, nomes de pessoas, entidades e movimentos para a composição de todas as atividades do FSM – com exceção das oficinas, que são propostas e organizadas diretamente pelos delegados participantes do evento. O 4º FSM, em 2004, está previsto para ser realizado na Índia, e o 5º FSM, em 2005, deve voltar a Porto Alegre.

**D**iferentemente do que possa aparentar, o FSM não é apenas constituído por “novos movimentos sociais”. Somente a composição da Secretaria Internacional desautorizaria essa afirmação. De fato, como já foi dito, há espaço para todos os que lutam contra o neoliberalismo, embora haja mais espaço para alguns. Na verdade, é falso o debate entre os “novos” e “antigos” movimentos, pois, o essencial para se avaliar um movimento não é a sua idade, mas sim a sua orientação política.

Os movimentos precisam discutir as estratégias de como derrotar a globalização neoliberal e o imperialismo. Certamente essas estratégias passam pela acumulação de forças visando, por um lado, à conquista do poder político e ao fortalecimento de estados nacionais, democráticos e soberanos; e, por outro lado, ao reforço do internacionalismo e da resistência dos povos. Em suma, a orientação política é o fator mais importante para caracterizar os movimentos populares. O FSM, sem dúvida alguma, é um espaço fundamental para fazermos esse debate. 



# Por uma Política Cultural Eficaz

Samuel Pinheiro Guimarães

## Vulnerabilidade Ideológica e Hegemonia Cultural

1. A sociedade brasileira se caracteriza por crônica vulnerabilidade externa com facetas econômica (a mais debatida), política, tecnológica, militar e ideológica. A mais importante, pois influencia todas as políticas e atitudes do Estado e da sociedade brasileira (empresas, associações, partidos, ong's, igrejas, indivíduos, etc) que agravam aquelas outras facetas da vulnerabilidade, é a de natureza ideológica. É ela que, através de diversos mecanismos, mantém e aprofunda a "consciência colonizada" das elites, dirigentes e até de segmentos das oposições políticas, intelectuais, econômicas, burocráticas. A consciência colonizada se expressa em uma atitude mental timorata e subserviente, que alimenta sentimentos de impotência na população, ao atribuir as mazelas brasileiras à "escassez de poder" do Brasil, à "incompetência" brasileira, ao nosso "caipirismo", ao "arcaísmo" social, à "xenofobia", etc., enfim, à nossa inferioridade como sociedade. A vulnerabilidade ideológica está estreitamente relacionada com a crescente hegemonia cultural norte-americana na sociedade brasileira exercida, em especial através do produto audiovisual, veiculada pela televisão e pelo cinema, articulado

com a imprensa, o disco e o rádio.

2. A vulnerabilidade ideológica é de tal ordem que a opinião de um sociólogo francês ou de um economista norte-americano, ou os aplausos estrangeiros a um dirigente brasileiro, ou a opinião de uma agência de análise de risco, ou de um organismo internacional têm enorme impacto positivo ou negativo sobre a visão das elites sobre a situação e as perspectivas do Brasil, gerando manifestações autocongratatórias ou protestos de repulsa e lamentos de decepção. A sociedade brasileira é vulnerável ideologicamente porque parte majoritária de suas elites, ao invés de procurar governar para o povo, prefere governar para os interesses internacionais de toda ordem. Desejam essas elites serem "aceitas" como representantes de um "país normal", de uma "sociedade jovem, mas civilizada", que não "confronta" os interesses das Grandes Potências e com elas "colabora". As opiniões sobre o Brasil de intelectuais, políticos ou empresários estrangeiros são recebidas com maior respeito, admiração e concordância do que aquelas emitidas por brasileiros (a não ser quando esses refletem a opinião estrangeira), por setores importantes da mídia a qual repercute tais julgamentos, e pelas elites nativas de mentalidade colonial.



Di Costantini, com título (Músicos), 1947

3. A vulnerabilidade ideológica faz com que as elites intelectuais e dirigentes procurem ver sempre em modelos estrangeiros as soluções para o subdesenvolvimento econômico, para o "atraso" cultural, para o "autoritarismo" político, para o "arcaísmo" institucional brasileiro. Vão elas buscar modelos institucionais no exterior (e.g. agências reguladoras, Banco Central autônomo, etc), estratégias econômicas (e.g. câmbio "fixo" e sobre-valorizado e agora as metas de inflação, etc), teorias militares (segurança cooperativa, etc), e modelos educacionais (e.g. o currículo escolar, o sistema de créditos na universidade, etc). Esquecem que esses modelos e teorias foram desenvolvidos com base na experiência histórica de sociedades que tiveram evolução e características distintas da brasileira. Assim, esses modelos e teorias "transplantados" para o Brasil definham ou degeneram, para desespero de seus propugnadores colonizados. Há hoje juristas e intelectuais que defendem, por exemplo, a adoção pelo Brasil dos princípios da "common law" e das práticas de arbitragem, inclusive internacional, anglo-americana para organizar e reformar o sistema jurídico brasileiro, que seria, segundo eles, arcaico e moroso, por se basear no direito romano e germânico. E assim por diante, os exemplos dessa mentalidade e atitude mimética são inúmeros.



4. A questão da vulnerabilidade ideológica é fundamental, pois ela se refere diretamente à coesão ou desintegração social, à construção ou fragmentação nacional, à auto-estima ou auto-rejeição e à própria possibilidade de êxito de uma política de desenvolvimento econômico (não apenas de crescimento desigual), democrático (não oligárquico e não-plutocrático) e social (cultural e espiritual) da sociedade brasileira.

5. A vulnerabilidade ideológica afeta a identidade cultural brasileira. Esta identidade é fundamental quando se admite que a sociedade brasileira se desenvolveu em um território geográfico específico, com uma composição étnica e religiosa distinta, com uma experiência histórica, política e econômica única. A consciência disto é essencial para que a sociedade possa encontrar soluções próprias para seus próprios desafios. A vulnerabilidade ideológica e a hegemonia cultural estrangeira impedem, dificultam e confundem os distintos segmentos da sociedade brasileira e tendem a eliminar a consciência de suas características específicas e da própria evolução dessas características, que é a sua história.

6. A consciência que a sociedade adquire de si mesma, isto é, a consciência de cada cidadão e dos grupos sociais sobre as características da sociedade em que vivem depende de uma representação ideológica, que depende, por sua vez, de manifestações culturais as mais distintas que interpretam e criam o imaginário nacional do seu passado, de seu presente e de seu futuro.

7. Essa criação do imaginário, dessa visão do passado, do presente e do

futuro, é, em sua quase totalidade, alheia à experiência direta dos indivíduos. Quanto ao passado e ao futuro, porque não o “viveram” nem o “viverão”. E quanto ao presente, porque não podem dele participar, ter a experiência direta de todas as situações sociais pela impossibilidade da ubiquidade. Assim, a esmagadora maioria dos fatos e das interpretações que conhecemos sobre o passado do próprio Brasil e do mundo depende da elaboração intelectual e cultural de historiadores e artistas, em especial os criadores de obras audiovisuais e literárias, por mais que sejam elas consideradas como obras de ficção. Muito daquilo que um brasileiro imagina a respeito de situações e valores individuais e sociais é uma construção cultural/ literária/audiovisual/ noticiosa, muitas vezes repleta de preconceitos e estereótipos. Tudo o que sabemos sobre a história da sociedade brasileira não foi vivido “por nós”, mas sim “elaborado” por terceiros.

8. A vulnerabilidade ideológica se acentua com a crescente hegemonia cultural norte-americana no Brasil. Na medida em que a elaboração, produção e difusão cultural brasileira, audiovisual ou não, está sujeita à hegemonia cultural estrangeira, a formação do imaginário nacional acaba se realizando de forma fragmentada e claudicante. As “interpretações” da realidade mundial elaborada pelas manifestações culturais hegemônicas norte-americanas passam a predominar, refletindo os preconceitos e os estereótipos daquela cultura e os interesses daquela sociedade. Daí as distorções decorrentes da hegemonia cultural estrangeira, no caso do Brasil, americana, a vulnerabilidade ideológica e suas conseqüências negativas para o Brasil.

9. A construção da identidade cultural

decorre da produção de manifestações culturais que abrangem desde as atividades da imprensa à elaboração científica e artística, mas em especial, devido ao seu extraordinário alcance, às manifestações audiovisuais (documentários, filmes de ficção, séries e noticiários de toda ordem). A construção desta identidade não se contrapõe à necessidade de diversidade cultural e muito menos ao diálogo com a cultura estrangeira. Contrapõe-se, isto sim, à hegemonia das manifestações culturais estrangeiras sobre a cultura brasileira no próprio território brasileiro. O estímulo, e o acesso, à diversidade das manifestações culturais permitiriam à sociedade brasileira ter acesso a distintas e, muitas vezes, contraditórias visões do mundo, das relações interpessoais, das questões existenciais. A questão estratégica é, pois, imaginar mecanismos que ampliem o acesso de todos, sejam eles artistas, intelectuais, políticos ou simples brasileiros, à miríade de manifestações culturais brasileiras e de todas as sociedades que constituem a diversidade cultural planetária e fortaleçam e enriqueçam a nossa própria identidade, combatendo a hegemonia cultural de qualquer origem no Brasil. Trata-se de definir uma política cultural, de comunicação e de educação, não-assistencialista, integrada e voltada para o projeto de construção da sociedade brasileira. E para isto é indispensável discutir a questão cultural também em seus aspectos econômicos, políticos e sociais.

### **Cultura, comunicação e educação: compreensão**

10. A cultura pode ser definida em sentido estrito como o conjunto de atividades humanas, de natureza não utilitária, que expressam e reproduzem a experiência individual ou coletiva, a disseminam no presente e a transmi-



tem no tempo, de geração em geração.

**11.** Sendo a experiência humana variável no espaço, devido a circunstâncias geográficas, étnicas, políticas e econômicas distintas, há naturalmente culturas nacionais específicas que, todavia, não sendo estanques, se influenciam umas às outras. Não há culturas nacionais superiores, assim como não há raças superiores, mas pode haver um maior grau de elaboração das manifestações culturais em decorrência de circunstâncias históricas, do grau de acumulação de riqueza e de conhecimento técnico/artístico em determinadas sociedades e pode haver, por razões econômicas e políticas, maior capacidade de difusão e penetração social, a nível global de certas culturas.

**12.** A cultura corresponde a um conjunto de manifestações das diversas artes tradicionais, tais como a música, a escultura, a pintura, a literatura, a arquitetura, a dança, o teatro, o cinema e de outras formas, como a gravura e a fotografia. As artes e as manifestações artísticas não se identificam com o seu suporte físico nem com o seu veículo de difusão, ainda que veículos e suportes específicos afetem a obra de arte e de certa forma alterem o seu conteúdo e o seu impacto social, econômico e político, e passem assim a ser de grande relevância para a definição e execução de uma política cultural eficaz.

**13.** A cultura popular se expressa igualmente através de manifestações das mesmas artes, porém de forma intuitiva, artesanal, sem o mesmo domínio do conhecimento técnico e sem a aplicação estrita de “regras” eurocêntricas que correspondem tradicionalmente a cada arte. Não se trata de discutir ou decidir se a cultura erudita

é superior à cultura popular, pois elas se influenciam e têm funções sociais semelhantes. Um artista popular pode ser capaz de refletir de forma extraordinária a experiência humana, de um certo momento e meio social enquanto que um artista erudito pode falhar nesse propósito, apesar de seu maior domínio, digamos, das técnicas tradicionais eurocêntricas. As características da obra de arte, da manifestação cultural, e seu impacto dependem do nível técnico com que se realizam, mas também da criatividade individual do artista e do alcance do veículo de difusão.

**14.** Sendo as manifestações culturais o modo como a experiência humana, que se verifica em uma certa dimensão geográfica, se transmite no tempo, a questão da cultura, da produção e da difusão cultural, está estreitamente vinculada à formação e à permanência da nação como conjunto de indivíduos, que em geral habitam um mesmo território, que compartilham uma experiência histórica comum e que têm a aspiração de construir um futuro comum, ainda que as visões sobre este futuro possam ser distintas.

**15.** A nação, a sociedade, se organiza como Estado, que pode ser definido como um conjunto de instituições que elaboram normas, as executam e as sancionam com o objetivo de disciplinar as relações de toda ordem entre seus integrantes para que sejam pacíficas e consensuais, e de defender e promover seus interesses e direitos em suas relações com as demais sociedades e Estados. O enfraquecimento da produção cultural de uma nação leva ao enfraquecimento dos laços que vinculam seus integrantes, de sua memória do passado e da experiência comum e de sua aspiração de construção de um futuro compartilhado.

Naturalmente que o enfraquecimento da cultura nacional diante da hegemonia de outras manifestações culturais de outras sociedades, que são necessariamente distintas e que não correspondem às experiências daquela nação em sua trajetória histórica, corrói sua auto-estima e enfraquece a capacidade do Estado de promover e defender os interesses nacionais.

**16.** A maior parte das imagens que os indivíduos formam sobre as experiências humanas individuais e coletivas e que constituem a base para suas ações não decorre de sua experiência direta, mas sim é o resultado de informações que se transmitem pela mídia escrita e audiovisual e que utilizam recursos artísticos, culturais. A maior parte dos valores sociais é construída, elaborada, transformada e destruída através da influência de um fluxo contínuo de manifestações culturais transmitidas pelos meios de comunicação e difundidas socialmente.

**17.** Assim ocorre com a obra literária, que inclui o jornalismo, com a música, com as manifestações audiovisuais em suas distintas formas, tais como o teatro e o cinema, transmitidos pelos instrumentos da mídia que constituem uma indústria que recolhe, produz, distribui e divulga as manifestações culturais. Seus diferentes setores são constituídos pelas editoras, as empresas jornalísticas, as rádios, as companhias de teatro, as produtoras e distribuidoras de filmes para cinema e TV, as redes de televisão aberta e a cabo, etc. A obra do escritor, do músico, do diretor de cinema não tem impacto e função social (e nem mesmo cultural) se ela não chega ao público, à sociedade. Para que isto ocorra é necessário que se transforme em um produto, o mais importante da atividade humana, pois alimenta o processo contínuo de



reconstrução do passado, de tempos que os indivíduos que formam a sociedade atual não viveram; de interpretação do vastíssimo presente do qual os indivíduos conhecem diretamente apenas ínfima parcela; e de formação de visões do futuro, cuja forma concreta que vier a assumir dependerá desde já do que se pensa que ele será ou que poderá ser.

18. Assim, a manifestação cultural tem de ser transformada em produto econômico, isto é, em resultado de processos específicos de produção e de distribuição física lato sensu para que venha a ter impacto social e político.

#### **Política Cultural: reflexões.**

19. A maior parte dos produtos de consumo, tais como geladeiras, sapatos e automóveis, tem efeito político e social diminuto sobre o consumidor e seu valor social corresponde ao de seu suporte físico, que resulta do seu processo produtivo, que empregou fatores de produção e gerou renda. O suporte físico do produto cultural, ao contrário, tem um valor infinitamente inferior ao seu valor cultural e a seu valor econômico. Basta comparar o valor do papel em que está impressa uma obra literária, ou o valor da película onde está registrado um filme para se constatar esta divergência. O valor social do produto cultural não se esgota com o seu consumo individual, mas se reproduz no tempo, enquanto o valor social de um produto comum se esgota com o seu consumo.

20. A manifestação cultural transformada em produto cultural tem um custo de produção e, portanto, gera emprego e renda, e tem um mercado onde se confrontam as empresas que o comercializam e onde se encontra com o seu público. Os mercados para os diversos produtos culturais têm caracte-

terísticas muito distintas e podem vir a ser, com maior ou menor intensidade, oligopolizados e a sofrer distorções decorrentes de práticas de concorrência desleal e assim a permitirem margens de lucro extremas. Sem a compreensão do produto cultural como um fenômeno cultural/econômico/político complexo não é possível a definição de uma política cultural que leve em consideração o extraordinário potencial de geração de emprego, de lucro e de divisas da produção e da distribuição cultural, mas também seu papel político fundamental de formação do imaginário social, da vitalidade da Nação e do poder do Estado.

21. A produção cultural tem importância fundamental na política internacional. Nem mesmo os principais dirigentes e intelectuais da nação mais poderosa do mundo têm conhecimento direto de mais do que uma parcela ínfima da miríade de eventos que ocorrem a cada dia em cada sociedade. Todas as decisões desses dirigentes que afetam profundamente a realidade são tomadas a partir de informações e de elaborações culturais que interpretam eventos e que os transmitem através de manifestações culturais sob a forma de livros, filmes, notícias, relatos, fotografias e que vão formar o seu imaginário em confronto com sua experiência pessoal limitada e sua capacidade teórica de processar informações e de encaixá-los em uma "visão de mundo".

22. Assim, as imagens dos países, inclusive de seu próprio, das sociedades, dos Estados e de seu poder são formadas através de um vasto e contínuo processo multifacetado de elaboração cultural que gera nos diferentes setores sociais essas imagens. A própria ausência de imagem própria ou a existência de imagem distorcida, fragmentada ou incompleta afeta não

somente as decisões de dirigentes de terceiros Estados em suas relações com o Estado cuja imagem é fraca, mas também a própria sociedade desse Estado, com efeitos sobre sua auto-estima, sua capacidade de apoiar seus dirigentes e a capacidade desses dirigentes de agir para enfrentar os seus desafios internos e externos.

23. Daí a importância que as Grandes Potências, e em especial os Estados Unidos, conferem à sua indústria cultural lato sensu e à prioridade que atribuem ao objetivo de garantir o livre acesso de seus produtos culturais aos mercados culturais de todos os países, isto é, ao acesso a todas as estruturas e meios de produção e de difusão de produtos culturais e de formação do imaginário das sociedades de terceiros países, com objetivos de natureza cultural, econômica e também política.

24. Nos mercados culturais, a estrutura dos mercados e suas características específicas de produção e distribuição fazem com que as dimensões das empresas tenham, como em mercados de produtos "normais", enorme importância. Assim como nos mercados de produtos de consumo cabe ao Estado impedir a monopolização, a oligopolização, a formação de cartéis e a prática de concorrência desleal, no interesse de proteger o consumidor individual de preços abusivos e a sociedade da geração de lucros excessivos, com maior razão cabe a ação do Estado nos mercados culturais onde os produtos, além de sua importância econômica, têm uma importância política fundamental.

25. Cabe ao Estado garantir a livre competição em cada mercado cultural com muito mais rigor do que nos mercados de produtos "comuns" de consumo, tendo em vista os efeitos sociais e políticos dos produtos culturais sobre a



sociedade, com os objetivos de evitar a hegemonia cultural de outras sociedades; de estimular a mais ampla e diversificada troca de informações culturais com o exterior; de promover a produção cultural doméstica, única capaz de fortalecer e articular o conhecimento da sociedade, de si mesma, o qual é indispensável para a formulação de um projeto de futuro e para definir a estratégia e os meios físicos e políticos para implementá-lo, em especial em grandes Estados de periferia como o Brasil.

**26.** A sociedade brasileira se encontra hoje sob a hegemonia cultural estrangeira, em especial da produção cultural norte-americana, que decorre das estruturas de mercado que se criaram ao longo do tempo, devido à incompreensão, miopia e omissão dos Governos em relação à política cultural, de comunicação e de educação. Esta omissão de política cultural, ou melhor, esta miopia da função política da cultura e das inter-relações entre produção cultural, estruturas econômicas de produção e de comercialização cultural, fizeram que, em nome da liberdade de expressão e de manifestação cultural, se condenasse a ação corretora do Estado e se permitisse a formação e a ação de estruturas oligopolísticas. Ao mesmo tempo se mantinha viva, porém em estado de asfixia, a produção cultural brasileira, sem criar os instrumentos que permitissem sua competição com a produção cultural estrangeira que, ao se realizar e se difundir através de mega-empresas multinacionais, oligopoliza o mercado consumidor pelo exercício de controle e influência sobre as estruturas de difusão cultural, tais como editoras, gravadoras, exibidoras e redes de televisão.

**27.** O Estado brasileiro tem limitado sua ação a um modesto apoio assisten-

cialista, colonizado e envergonhado à produção cultural de elite ou de pequeno impacto social através de isenções fiscais, sem se preocupar em promover e garantir a livre competição nos mercados culturais de massa, onde se forma o imaginário social, essência da própria existência da Nação brasileira e da possibilidade de esta se organizar para enfrentar seus extraordinários desafios e realizar seu potencial.

**28.** A questão do imaginário social e, portanto, da política cultural e de comunicação está profundamente vinculada à questão do sistema educacional. Este sistema tem sido articulado pelo Governo como um processo de formação de indivíduos como produtores de maior ou menor qualificação técnica e não como um processo de formação de cidadãos. Os valores transmitidos pelo sistema educacional são os valores da produção material e da maximização do consumo individual, do ser humano como unidade de trabalho e não como cidadão político solidário, digno de uma vida espiritual superior, para além dos programas degradantes e idiotizantes de televisão, atividade que consome em média mais de quatro horas diárias do cidadão brasileiro. Se deduzirmos o tempo médio de trabalho, de transporte, de alimentação, e de repouso essas quatro horas significam mais de 70% de seu tempo diário, digamos, livre. Este é o tempo de que pode dispor para seu aperfeiçoamento como cidadão, como trabalhador e como ser humano. Esse tempo foi “capturado” pela televisão, que os Estados e os Governos têm tratado como uma atividade econômica “normal” e não como um veículo com influência extraordinária sobre a sociedade e seu imaginário. A situação se agravou com a emenda constitucional que permitiu a participação

do capital estrangeiro na propriedade dos veículos de comunicação e com a ausência de regulamentação do artigo 221 da Constituição federal que se refere à programação das emissoras de rádio e televisão.

**29.** Por outro lado, quaisquer que sejam os métodos, a qualidade e os esforços utilizados para aperfeiçoar o sistema educacional formal, são eles frustrados, pois as crianças e os jovens utilizam grande parte de seu tempo fora das salas de aula em frente à TV, de programação mais ou menos comercial, mas onde há um permanente – ainda que difuso –, processo de transmissão de um imaginário estrangeiro, além de estímulos ao consumo conspícuo, ao individualismo, à violência, à banalidade, ao culto do corpo.

**30.** Assim, a escola tem de ser reconstruída como o veículo de transmissão de valores culturais brasileiros enquanto a televisão e os meios de comunicação em geral podem e devem ser estimulados a diversificar sua programação de modo a ampliar a gama de influências culturais brasileiras e estrangeiras a que deve ter acesso a sociedade brasileira, e, assim, ampliar sua margem de escolha e de reflexão sobre os valores sociais. Os recursos da coletividade, que são arrecadados através de impostos, devem estar a serviço de uma política cultural que amplie a competição entre produtos culturais de diferentes origens, estimule a produção cultural brasileira e diversifique as influências culturais. Aquelas empresas de produção e difusão cultural que não desejem diversificar a origem dos produtos culturais com que trabalham e que desejem privilegiar a produção cultural estrangeira podem, têm o direito de fazê-lo, mas com seus próprios recursos e não com os recursos da coletividade.



**31.** É necessário distinguir, na elaboração de uma política cultural, os aspectos de preservação do patrimônio material e imaterial, de apoio e estímulo à produção cultural dos artistas da ação junto às empresas de produção e difusão cultural de massa para estimular a diversidade cultural e impedir a hegemonia de manifestações culturais de uma origem específica sobre a manifestação cultural brasileira em cada setor. Os estímulos à preservação do patrimônio e à produção cultural individual não terão impactos sociais, políticos e econômicos se não forem conjugados com a possibilidade de sua difusão através dos veículos econômicos. A atual legislação de concessão de isenções fiscais a empresas para investimentos em atividades culturais (as leis Sarney, Rouanet, a legislação audiovisual) possibilita modestos recursos sociais à produção cultural, mas não garante sua difusão e, portanto, o cumprimento de sua função social.

**32.** A distinção entre manifestações culturais de público restrito e as manifestações culturais de massa não pode ser feita de forma absoluta, pois não somente as manifestações culturais se influenciam umas às outras de forma muito importante como às vezes se combinam ou servem umas de matéria prima para outras. Assim, a manifestação cultural de público restrito, como, por exemplo, uma obra literária, pode servir de matéria prima para manifestações culturais de massa, como o filme e a novela de televisão.

**33.** Uma política cultural eficaz deve estar articulada com as políticas de comunicação e educação e deve ter como seu objetivo estratégico permanente a redução da hegemonia cultural de qualquer manifestação estran-

geira face à produção cultural brasileira; e a ampliação da diversidade de oferta cultural à disposição da sociedade brasileira. Além das diversas medidas e da legislação hoje existente, que devem ser aperfeiçoadas, podem ser imaginadas diversas ações na área da difusão cultural.

**34.** A legislação pode e deve estabelecer tratamento fiscal diferenciado e mais favorável às empresas produtoras e às empresas difusoras de produtos culturais que em suas atividades e programação ampliassem a participação das manifestações culturais brasileiras.

**35.** O BNDES, um dos maiores bancos de investimentos do mundo, pode e deve estabelecer linhas de crédito especiais para financiar investimentos e a operação de empresas que assumam o compromisso de diversificar sua atividade de produção e difusão cultural e de garantir a igualdade de participação do produto cultural brasileiro face ao produto cultural de qualquer outra origem.

**36.** A legislação pode e deve estabelecer limite máximo de ocupação do mercado para produtos audiovisuais quando há situações de oligopólio e integração vertical com risco não só de hegemonia cultural como de exclusão do produto cultural brasileiro. O limite do número de cópias por lançamento de filme é um exemplo desse tipo de medida.

**37.** Na área da educação, a legislação deve ampliar gradativamente o número de horas de permanência dos estudantes na escola para reduzir sua exposição à TV assim como incluir entre as atividades escolares obrigatórias a programação cultural brasileira e fornecer os meios a cada escola pública e privada de ter acesso a videotecas básicas, a

discotecas básicas e a bibliotecas básicas. A instituição de concursos públicos, nos diversos níveis de ensino, sobre temas culturais brasileiros, com prêmios para professores e alunos, e a difusão por meios de comunicação de massa de seus resultados, estimulariam o uso daquele material. O ato de prestigiar de forma sistemática os produtores e difusores culturais brasileiros com a presença das mais altas autoridades brasileiras a eventos culturais significativos, assim como hoje prestigiam atletas, teria grande importância simbólica.

**38.** Na esfera internacional, a organização de concursos internacionais de música e literatura – com prêmios significativos sobre temas, autores e compositores brasileiros –, teria importante impacto para o conhecimento da cultura brasileira, dentro e fora do Brasil, com conseqüências relevantes para a formação da imagem do Brasil.

**39.** Finalmente, toda atenção deve ser prestada para evitar a participação do Brasil em acordos internacionais, regionais ou multilaterais, de cunho aparente apenas econômico cuja conseqüência seja limitar ou eliminar a possibilidade do Estado de ter instrumentos de política para promover a diversidade cultural a que deve ter acesso a sociedade brasileira e estimular as manifestações culturais brasileiras e, portanto, a formação do imaginário social e a auto-estima brasileira, indispensáveis a um projeto de desenvolvimento econômico, político e social mais justo e mais duradouro. 

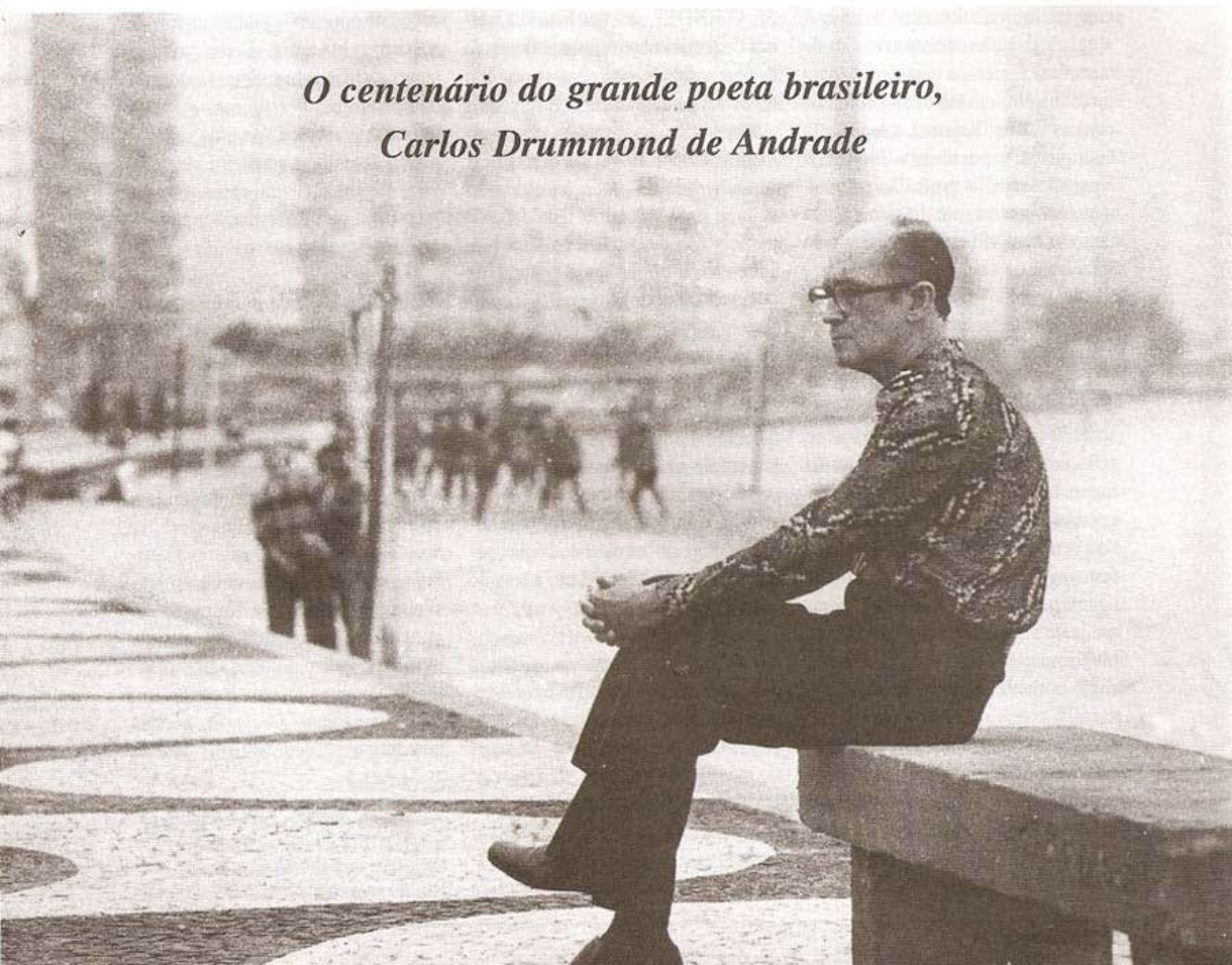
Samuel Pinheiro Guimarães é diplomata e ex-diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais do Itamaraty. Artigo publicado originalmente no portal [www.agenciartamajior.com.br](http://www.agenciartamajior.com.br)



# UMA PEDRA NO CAMINHO DA ESCRITURA

Joan Edessom de Oliveira

*O centenário do grande poeta brasileiro,  
Carlos Drummond de Andrade*





Quando ele nasceu, há cem anos atrás, um anjo torto, desses que vivem na sombra, mandou que fosse ser gauche na vida. Viveu oitenta e cinco

anos, entre os dias 31 de outubro de 1902 e 17 de agosto de 1987, e seguiu à risca a recomendação daquele anjo: foi gauche a vida inteira.

CARLOS DRUMMOND de Andrade estaria completando cem anos, não houvesse morrido quinze anos atrás. Nos oitenta e cinco que viveu, o fez com uma fartura e uma intensidade literária poucas vezes vista. Poeta, contista, cronista, deixou o seu nome ao lado dos maiores do século vinte e, quiçá, entre os maiores da literatura mundial de todos os tempos. Afrânio Coutinho falou uma vez que escorria da alma de Drummond um canto identificado com o que de mais alto já produziu a alma de seu povo.

Drummond foi mais de um enquanto viveu, e permanece múltiplo até hoje. Naquele *Poema de Sete Faces* inaugural já está presente a sua multiplicidade: da poesia por vezes demolidora de quem era gauche; do poeta e cronista do cotidiano a observar o homem sério, simples e forte, de raros amigos atrás dos óculos e do bigode; do poeta erótico que olhava o bonde cheio de pernas numa tarde cheia de desejos; do poeta comprometido com o mundo, e que não vê solução alguma em se chamar Raimundo; do poeta lírico, comovido como o diabo por causa de certa lua e de certo conhaque. Esse múltiplo Drummond esteve presente desde a obra inaugural até os últimos escritos. A sua poesia e a sua prosa continuam nos surpreendendo até hoje, quando esbarramos nela na próxima esquina como fosse belíssimo e imprevisto espetáculo.

Na vida de nossas retinas tão fatigadas haverá para sempre uma pedra no meio do caminho, incômoda, atrevida, bofetada certa na comodida-

de literária de ontem e de hoje. A pedra scandalizou o Brasil e serviu, conforme o próprio Drummond, para dividir as pessoas em duas categorias mentais. Uma destas categorias, possivelmente, jamais entendeu nem suportou o autor e sua pedra.

Mas o gauche transpôs as pedras no caminho e foi muito, muito mais além. Não se contentou em ser mais um modernista, arremetendo contra as fortalezas estabelecidas e fazendo desta arremetida seu único caminho e fim. Construiu outro caminho, ou melhor dizendo, outros caminhos, inúmeros outros caminhos que palmilhou sempre com a mesma segurança. Ou com a mesma insegurança, que dele nunca soubemos muito bem se era o ferro das montanhas de Minas ou líquido e fluido mineral transmutado em poesia.

Sabemos, com certeza, que o adolescente expulso do colégio por desafiar um professor, não poderia jamais pertencer apenas a Minas e a Itabira. Não poderia, aquele jovem de dezessete anos que encarou a expulsão com uma total descrença na justiça, ser para todo o sempre o professor de Geografia e de Português do Ginásio Sul-Americano de Itabira. E ele foi mais do que isso. Virou fazendeiro do ar, artífice do verbo, por saber que no princípio era o verbo. Virou comboieiro de palavras, ofício que desempenhou com o mesmo garbo que os tropeiros das Gerais que desfilam pelos seus livros.

Drummond agigantou-se frente ao século em que viveu. Com ape-

nas duas mãos, como todos os comuns mortais, teve nelas todo o sentimento do mundo, e suportou nos ombros esse próprio mundo. Recusou-se a ser o poeta de um mundo caduco e proclamou-se poeta do tempo, da vida e dos homens presentes. Dispôs-se a lutar com palavras, e embora achando ser vã a luta, continuou lutando até o fim. Dessa luta com palavras fez a ponte para uma outra, e colocou as palavras a serviço desta. Embora se dizendo sempre o itabirano voltado para Itabira, Drummond foi poeta do mundo. Lutou em Stalingrado, mesmo sem sair do Brasil, lutou com palavras na defesa de Stalingrado, e ajudou, pedra por pedra, a reconstruir a cidade. As pedras no meio do caminho ele as transpôs e as mandou para que fizessem casa e mais casa a cobrir o chão da heróica cidade destruída no combate aos nazistas. Agigantou-se o Drummond, e ombreou-se com os grandes de seu século.

Drummond foi o formidável cantor do amor, do amor sem comedimentos, da paixão sem limite. Como essas coisas de fúria de paixão parecem tão pouco com ele; como essas coisas têm a cara dele. A poesia dele é a do amor intenso, arrebatado e arrebatador, da paixão violenta, dos apaixonados que enfrentam o mundo e suas pedras. Cantou a paixão medida e sem medida. Não poderia ser diferente, pois o que pode uma criatura senão, entre criaturas, amar? Ele nos deu a pergunta e a resposta, sempre em defesa do



amor, o primo da morte e da morte vencedor, aquele a quem matam a cada instante de amor. Foi praticamente perfeito enquanto poeta do amor, mesmo sabendo quão imperfeitas são as nossas maneiras de amar.

A canção preparada por ele continua até hoje acordando homens e adormecendo crianças. Cabe-nos descobrir que segredos ele nos distribuiu. Cabe-nos, seguindo o seu exemplo, aprender novas palavras e tornar outras mais belas. Cabe-nos descobrir o claro enigma deste mundo e deste tempo em que vivemos.

Foi muito mais do que poeta. Foi contista dos grandes também; foi mestre, jamais aprendiz. Nos seus contos couberam harmoniosamente o plausível e o implausível. Mais uma vez foi Minas e não foi Minas (que Minas não há mais, ele mesmo disse), mais uma vez foi o mundo, contista universal, contista para além do tempo e do espaço em que viveu.

Como cronista, o que se poderia dizer dele? Repetir que seu nome está no topo dos que praticaram a crônica? Ainda seria pouco. O lirismo, a emoção, o humor, a denúncia social presentes nas suas crônicas nos mostram mais uma vez a sua multiplicidade. São textos pelos quais qualquer um daria a bolsa e a vida, só pelo prazer da sua leitura numa cadeira de balanço. A crônica é efêmera? Coisa para jornal,

que com o tempo perde o sentido e a razão de ser? Quem pensa assim não conhece Drummond. Continuamos ainda hoje seguindo as suas crônicas pelos mesmos caminhos que ele traçou para João Brandão, e tanto aquelas quanto estes são doloridamente atuais.

A obra de Carlos Drummond de

o essencial é viver. Mas não um viver qualquer. Um viver como só é capaz quem sabe que este é tempo de partido, tempo de homens partidos. Um viver como só é capaz quem sabe que este é tempo de divisas, tempo de gente cortada.

O poeta nos ensinou que haverá um novo mundo, e pediu que o cantássemos.

*Irmãos, cantai esse mundo  
que não verei, mas virá  
um dia, dentro em mil anos,  
talvez mais... não tenho*


*[pressa.*

*Um mundo enfim ordenado,  
uma pátria sem fronteiras,  
sem leis e regulamentos,  
uma terra sem bandeiras,  
sem igrejas nem quartéis,  
sem dor, sem febre, sem*

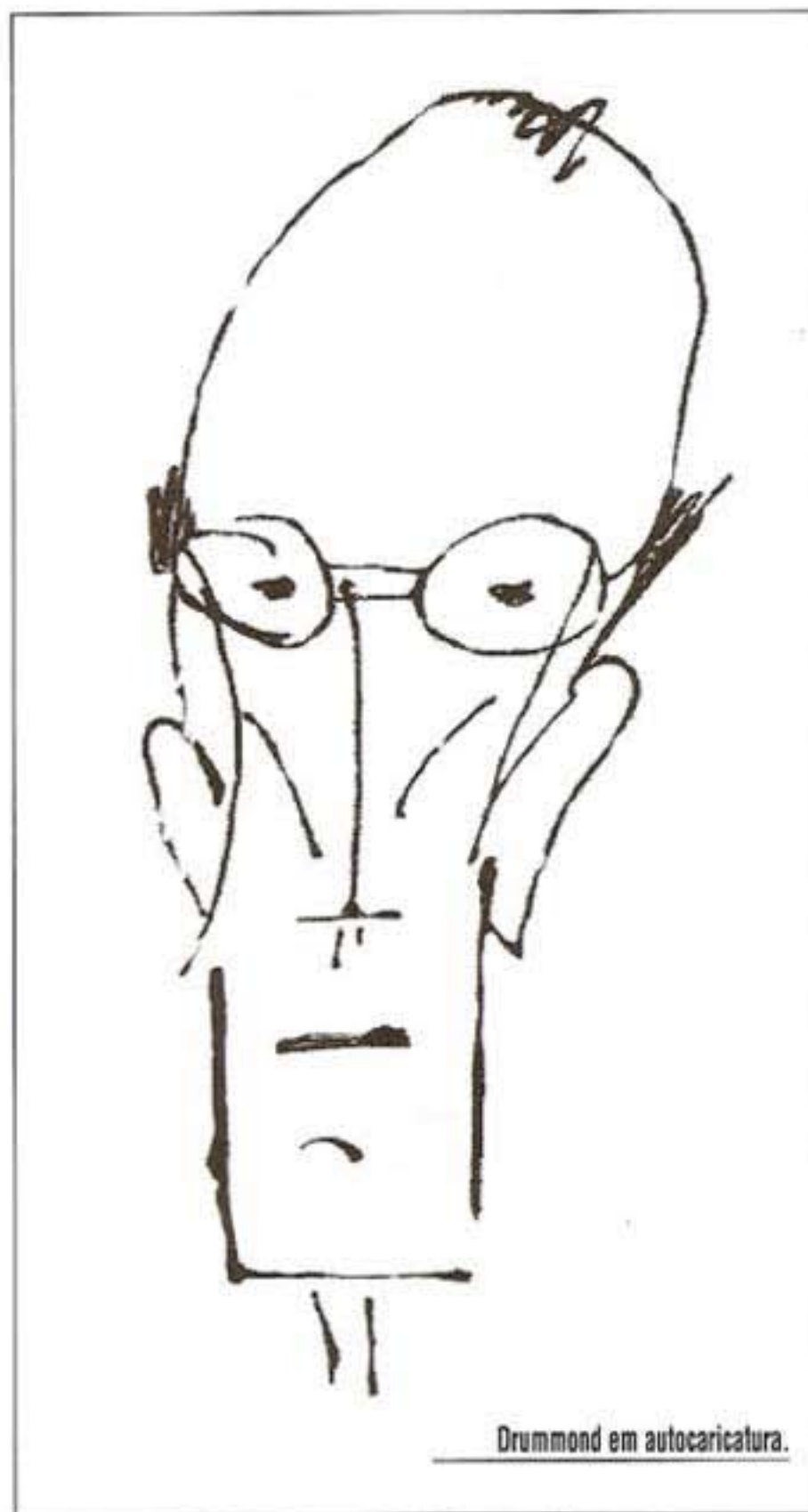
*[ouro,*

*um jeito só de viver,  
mas nesse jeito a variedade,  
a multiplicidade toda  
que há dentro de cada um.  
Uma cidade sem portas,  
de casas sem armadilha,  
um país de riso e glória  
como nunca houve nenhum.  
Este país não é meu  
nem vosso ainda, poetas.  
Mas ele será um dia  
o país de todo homem.*

Vamos construindo este país, drummondianamente vamos construindo este país de riso e glória, e lutando com palavras e com atos para que ele seja o país de todo homem,

e drummondianamente acreditando que esta luta não é vã, mas parte daquela essencialidade de viver que o poeta nos legou. 

Joan Edessom de Oliveira é professor da Universidade Estadual Vale do Acaraú, em Sobral-CE.



Drummond em autocaricatura.

Andrade é por demais grandiosa para caber no espaço de um breve texto que pretende ser apenas singelo registro do seu centenário de nascimento. Como caber aqui a grandiosidade que enxergamos nele? Impossível tarefa.

Sabemos, o poeta nos ensinou, que





# ENTRETENIMENTO

## DISFARÇADO DE DENÚNCIA

Cléber Eduardo

*Cidade de Deus afirma-se como o filme brasileiro do ano a partir de um retrato tecnicamente hábil e politicamente estreito sobre o tráfico em uma favela*

Muito se falou sobre *Cidade de Deus*. Mas a maioria dos textos, seja os poluídos de adjetivos pouco significativos ou os empenhados em propor um olhar analítico, foi escrita no calor da hora. Refletiram visões apressadas, superficiais, apenas ideológicas ou exclusivamente estéticas. Estruturavam-se sobre argumentações feitas com as entranhas, com palavras e idéias vomitadas, sem o necessário filtro do distanciamento crítico. Não se pode cobrar muito mais de resenhas publicadas na imprensa. Paridas na velocidade exigida pelo jornalismo e limitadas por um espaço incompatível com análises elaboradas, os caminhos tomados por essas opiniões esbarram no inevitável impressionismo de primeira hora. No caso em questão, houve uma agravante. Tentou-se a tomar partido contra ou a favor, na maioria das vezes de forma inflamada.



NÃO ESTAMOS tratando de um caso qualquer. Raridade na produção recente do cinema brasileiro, *Cidade de Deus* teve o mérito de estimular um debate de alta temperatura. Saiu da tela e caiu na vida. Travou diálogo com a sociedade, foi visto e comentado por políticos, teve mais de dois milhões de espectadores e tornou-se parte do cenário nacional. Esse fenômeno andava em extinção no país. Produzidos com dinheiro público, via renúncia fiscal, os filmes daqui não geram eco social. Existem timidamente apenas nos círculos intelectuais, asfixiados que são pelo mercado, esse segmento mediado pela lei da oferta e da procura, onde só importa a capacidade de lucro do produto audiovisual, não seu valor artístico ou seu caráter de sintoma cultural.

*Cidade de Deus* rompeu essa barreira. Motivou conversas de bares, pizzarias, churrascarias, salas de estar, restaurantes japoneses, saguões de cinema e salas de aula. Alavancou ainda bate-papos sobre a situação de penúria de nossas periferias e a respeito da violência disseminada pelo tráfico de drogas. Estimulou os brasileiros a falar sobre as margens da sociedade de consumo e das grandes cidades. Chegou a ser a questão central de três dias de debates em São Paulo, intitulados *Cosmética X Estética da Fome*, nos quais, a partir de um livro em preparação da pesquisadora carioca Ivana Bentes, discutiu-se a traição de suas opções formais e de sua postura política aos ideais do Cinema Novo. No início de outubro, o inevitável: foi escolhido para ser o representante brasileiro a uma vaga entre os cinco finalistas do Oscar de produção estrangeira.

Passado o clima de Fla-Flu das críticas, a exposição midiática do diretor Fernando Meirelles e os flashes

especados nas pré-estréias, talvez seja a hora de retornar ao filme. Principalmente porque, para muita gente, trata-se de O Filme. Na melhor temporada do cinema brasileiro dos últimos 10 anos, que coincidiu com a acentuada retomada de sua vocação para retratar os trágicos efeitos de nossos contrastes sociais, *Cidade de Deus* foi considerado o lançamento do ano. Talvez seja mesmo. Menos por sua estatura cinematográfica – afetada pela tensão resultante da convivência entre opções formais e conteúdo – e mais pela projeção por ele obtida.

**E** por que essa projeção? Em primeiro lugar, pelo tema escolhido. O painel sobre a instalação/crescimento do tráfico de drogas em um bairro específico da periferia carioca, que na verdade simboliza todas as periferias e favelas das grandes cidades do Brasil, calou alto em uma população vítima da violência urbana e/ou paranóica em relação à mesma. Um assunto, como está se tornando chavão dizer, “urgente”. Essa urgência também teria levado o filme a saltar das salas exibidoras e ganhar o status de uma questão nacional da ordem do dia. Tornou-se um “dever cívico”, como chegou a escrever, em mais de uma oportunidade, assistir a *Cidade de Deus*. Também se tornou uma obrigação legitimar sua importância. Quem não fechasse com o filme estava contra o Brasil. Ou quase isso.

Temos aí um problema a ser abordado. Nenhuma obra ou mercadoria, nada na vida, sejam governos, governantes ou governados, são à prova de contestação. Em um país empenhado em consolidar sua democracia, em dar espaço para vozes, votos e pensamentos diferentes, às vezes em oposição uns aos outros, é salutar o cho-

que de interpretações e recortes. Ainda mais no meio intelectual, sempre o primeiro a, coerentemente, clamar pela liberdade de expressão. Daí o espanto diante da reação de alguns intelectuais que, na volúpia por valorizar as qualidades de *Cidade de Deus*, gastaram tantas linhas para desautorizar as críticas ao filme, como se seus elogios não se bastassem em si mesmos. Como o conceito platônico de verdade única parece ultrapassado, a partir da filosofia moderna, todas análises são especulativas e não julgamentos exatos. As verdades ali expostas são uma possibilidade. Não a única.

Tendo isso em mente, vamos ao filme. *Cidade de Deus* é notável por sua habilidade técnica. Salta aos olhos a competência com que sua estrutura fragmentada, com quebras da narrativa e do tempo cronológico, é alinhavada pela montagem para compor um tecido com os retalhos. A mesma montagem estabelece, a partir desses mesmos retalhos, um dinamismo quase alucinante. O filme não anda. Corre. Às vezes, voa. Mesmo em cenas sem muita ação sente-se o pé no acelerador. Os planos são curtos. Enquadrados em ângulos imperfeitos para os padrões do cinema clássico, mas cheios de estilo para os padrões do cinema moderno, servem a uma estética adrenalizada e estroboscópica para construir o clima de tensão. Características assim também são identificáveis em filmes independentes americanos e europeus. Rompem com as convenções da produção de Hollywood, que mantém a câmera fixa, os atores no quadro e a história dentro de uma unidade narrativa, mas se encaixam nas convenções do cinema alternativo rentável. Isso o torna menos brasileiro?

O crítico e professor Paulo Emílio Salles Gomes acredita que, quando



usado o cinema estrangeiro como modelo a ser assimilado como diretriz, o cinema brasileiro revela sua incompetência para copiar. E a incompetência como cópia, no final das contas, tornava o resultado brasileiroíssimo. O raciocínio de Paulo Emílio tinha um fundamento. Sendo este país fruto de uma soma de culturas e influências, tudo lhe é estrangeiro e ao mesmo tempo familiar. Sua vocação antropofágica para deglutir a referência de fora e reprocessá-la com cores e raízes locais seria um dos vários caminhos na afirmação de identidade. *Cidade de Deus* nos remete ao conceito de Paulo Emílio. Se há cópia, como dizem alguns críticos, que o acusam de ser norte-americanizado na forma, a cópia é bem-feita. E essa sensação de termos alcançado o Primeiro Mundo, seja pela proeza técnica e narrativa, seja pela opção por uma estrutura da moda, pode ajudar a explicar as razões boquiabertas de muita gente. Mostramos ser capazes de fazer algo tão bem quanto eles. Não diferente, mas igual. Ou até melhor.


**H**á um outro aspecto, talvez dos mais fundamentais para o êxito do filme, que pede algumas linhas. Até quem não teve a oportunidade de ver o filme, ou simplesmente não se interessou por ele, deve ter ouvido elogios aos atores. Garimpados em grupos de teatro amador de comunidades carentes, eles se expressam física e verbalmente como se nem estivessem interpretando. Parecem viver em vez de representar. Dão verdade às suas imagens e palavras. À primeira vista, lembram os procedimentos, com intérpretes sem experiências de interpretação, do neo-realismo italiano. Mas há uma diferença de intenção e processo. Os diretores italianos queriam a espontaneidade da

não interpretação, da ausência da técnica e da falta de composição dos personagens para se aterem à imagem do povo. Ficava claro que eram amadores (os atores). Em *Cidade de Deus*, ao contrário, persegue-se a verossimilhança. Busca-se a competência da atuação para se chegar à uma sensação de espontaneidade gerada por artifícios de interpretação. E o efeito obtido pelo elenco é soberbo.

Estaríamos então assinando embaixo de quem considera esse filme tão comentado uma obra-prima? Nada disso. Apenas é necessário ressaltar as qualidades de *Cidade de Deus* para diferenciar seus méritos como produto, cujo trabalho especificamente técnico é primoroso, de sua estreiteza política e de seu equívoco estético. Porque aqui estamos diante de um filme cujo erro está exatamente em querer se mostrar quase o tempo todo como muito bom. Tanto o ritmo acelerado quanto as firulas da montagem são inibidores de uma relação racional e reflexiva com os fatos projetados na tela e incentivadores de uma entrega acrítica a cada uma daquelas imagens. Alienam em vez de conscientizar. Entretêm em vez de promover confronto. Reproduz a histeria da sociedade industrial, com sua ameaça ao pensamento, minado pela idéia de ação permanente. Essa sensação de estarmos sendo seqüestrados para um passeio, e não convidados a acompanhar um percurso, é ressaltada pela recorrência de situações anedóticas, seja por meio da narração em off ou dos diálogos. Truques para distração. Panos quentes para a tragédia.

Também é questionável, para dizer o mínimo, o recorte proposto. O misto de favela e conjunto habitacional, cenário do painel sobre o recrutamento do tráfico esboçado pelo roteiro baseado em livro de Paulo Lins, deixa coisa em excesso de fora

da tela. Não se vê as famílias, a batalha épica do cotidiano de quem não cai no crime, as dificuldades de se morar naquela geografia, o papel das mulheres na comunidade para além de namoradinhas dos traficantes e a vida daquelas pessoas fora dali. Em *Cidade dos Homens*, a minissérie em quatro capítulos exibida pela Globo, essas distorções foram, ao menos parcialmente, corrigidas pelos roteiros. A favela torna-se, no produto da TV, uma personagem. Tem sua vida, revela seu odor, mostra-se no dia-a-dia. Sublinha dessa forma a humanidade dos personagens. Eles não são bandidos ou vilões. São gente na batalha da sobrevivência.

Em *Cidade de Deus*, ao contrário, o olhar é maniqueísta. Criminosos já nascem com o sangue ruim, como se carregassem o gene do mal, desvinculados de razões pessoais e de contexto. Não existem como personagens, com pensamentos e conflitos, mas apenas em função das atitudes. Assim, soltas. Sendo um panorama sobre o aumento de poder do tráfico na *Cidade de Deus*, iniciado nos anos 60 e encerrado nos 80, sente-se ausência de alguma amplitude histórica. Estamos nos tempos da ditadura e do milagre econômico, justamente o período no qual o Estado, então dedicado a prender, torturar e matar comunistas, abriu as portas para as periferias serem governadas pelo crime e pelas drogas. O filme ignora isso. Poderia se passar, como está na tela, em qualquer época. Pois sem esses compromissos, o mínimo de rigor com o mundo onde se situa e ao qual pretende retratar, vemos apenas entretenimento. E muito eficiente nesse sentido. 

Cléber Eduardo é crítico de cinema e prepara livro sobre a inclusão dos excluídos no cinema brasileiro.





## Celso Furtado

*Em busca de novo modelo – reflexões sobre a crise contemporânea, Celso Furtado, Paz e Terra, 102 p.*

O tema da nação, sua construção em um mundo desde o começo internacionalizado, nossa capacidade de nos afirmarmos sem recusar a modernidade, constitui o “leitmotiv” de sua obra, rerepresentado nesta nova contribuição. Sua preocupação maior – tal como na época em que ajudou a forjar, junto com Raúl Prebisch (a quem é dedicado o 6º capítulo do livro), o conceito de subdesenvolvimento e a travar as batalhas contra a teoria tradicional do comércio internacional, a âncora ricardiana maior da teoria do crescimento econômico – é rejeitar o “pensamento único”, hoje expresso na tese que apresenta a globalização como inevitabilidade. Tal como ontem, cabe construir nossa especificidade que, na teoria, deve corresponder e sustentar a luta da cidadania pelo seu lugar na nação, e desta no mundo. A atualidade desse esforço teórico não precisa ser exagerada.

Por meio de comparação com a Índia – cujas dimensões continentais, de pobreza, de desigualdade, cuja industrialização e diversificação produtiva notáveis autorizam o paralelo conosco –, Furtado procede a uma dissecação das causas da pobreza e da desigualdade no Brasil. Encontra-as na baixa taxa de poupança e sua combinação com a elevadíssima propensão a consumir das elites e classes médias enriquecidas, donde resulta que, se o nível de pobreza é mais contundente na Índia, as desigualdades são maiores no Brasil.

Furtado volta a explorar um tema que lhe é muito caro, especialmente tratado nas obras dos anos 70, ou seja, a denúncia do consumo supérfluo e obscenamente (o termo é meu) ostentatório das elites brasileiras, que esteriliza a já baixa poupança nacional. Talvez ele pudesse ter posto um acento mais grave na nova contradição entre o persistente aumento da produtividade do trabalho no Brasil, os baixos coeficientes de investimento e o alargamento das desigualdades. Mas isso está implícito todo o tempo: assim é a globalização na periferia.

O segundo capítulo, “Que Futuro Nos Aguarda?”, é um mergulho vertiginoso – talvez um dos mais completos e complexos do livro – nos dilemas e perplexidades, contradições e oportunidades de afirmar a nação em um mundo crescentemente mundializado, ainda que esta seja a característica central da expansão capitalista desde a época das grandes navegações e, subsequentemente, do colonialismo moderno. Repassando as descobertas e invenções teóricas de que foi co-autor junto com a Cepal (Comissão Econômica das

Nações Unidas para a América Latina e Caribe) e com Raúl Prebisch, vale dizer, a oposição à onipresente e onisciente teoria do comércio internacional e sua filha fraca, a teoria do desenvolvimento, Furtado introduz uma crítica quase frankfurtiana, e certamente devedora do marxismo, ao modo autoritário e passivo (teria frequentado Gramsci agora?) da industrialização brasileira.

Há, até mesmo, ecos de Walter Benjamin: “Que é o nosso subdesenvolvimento senão o resultado de repetidos soçobros na decadência?”. E põe o acento, para tentar corrigir essa espécie de atavismo do capitalismo na periferia (ele, que é reconhecido como o grande economista brasileiro de todos os tempos), na... política. O que pode parecer estranho à maioria de seus leitores e seguidores, mas não é nada surpreendente nesse discípulo de Max Weber – um dos maiores entre nós, junto com Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro. A elaboração de uma interpretação do Brasil – em que história e teoria se dão as mãos –, aparece aqui como sua grande vantagem sobre os antigos liberais (“ma non troppo”), Eugênio Gudin e Roberto Campos, e os novos neoliberais, que nem sequer merecem menção – minha, não da parte de Furtado, que continua sendo muito elegante –, pois não têm estatura teórica nem cívica para medir-se com ele.

“As Raízes da Globalização” é um intermezzo para anunciar um ensaio de maior fôlego. Aqui, nosso autor repassa brevemente não o processo histórico em termos das ondas da mundialização, mas as tendências mais profundas da dinâmica capitalista, a saber, a secularização da idéia religiosa de progresso. Com mestria, reúne keynesianismo, suas leituras de Marx e de Weber e, o que não é tão novo nele – vale rever o seu “O Mito do Desenvolvimento Econômico” –, um tom adorniano de crítica à ilusão iluminista do progresso.

“As Duas Vertentes da Civilização Industrial” talvez seja o capítulo mais luminoso deste livro tão luminoso. Como um mestre flamengo, Furtado mistura em sua palheta contribuições de clássicos já consagrados com novos clássicos (Habermas, entre eles), a fim de decifrar o código da civilização industrial capitalista. A chave-mestra é, sem dúvida, weberiana.

Trata-se de estabelecer como a modernidade é grávida de racionalidade substantiva e racionalidade instrumental, e de como esta, se apossando da produção e reprodução do sistema, termina se impondo sobre a primeira. De como a acumulação de capital abarca e subordina os valores culturais e os transforma em bens culturais. De novo, uma sugestão bem próxima dos frankfurtianos, a velha dialéti-



ca entre fins e meios. Destaque dado à periferia, onde a subordinação colonial e posteriormente imperialista – o termo é meu – sufocou a criatividade política, que se reproduz como mimetismo das elites e mandonismo local.

Em “A Responsabilidade do Economista”, Furtado revê seus próprios passos, desde os tempos do doutoramento na França, no imediato pós-guerra (na qual esteve como tenente voluntário da FEB; voluntário, aqui aparece outra vez uma das faces de sua profissão de fé republicana) até sua entrada na Cepal. É quase uma etnografia da formação de um economista na periferia: de como inicialmente uma suspeita, um desconforto com a inadequação dos modelos clássicos e neoclássicos frente ao presente da América Latina, se transforma na produção de uma teoria forjada pela união com a história, esteio de uma original contribuição à economia política de nosso tempo, a teoria do subdesenvolvimento.

Se ainda há jovens – que são insistentemente presentificados pela indústria cultural e tornam-se descartáveis em sua juventude – e se ainda há jovens que querem ser economistas, e mais, cidadãos, aqui está a lição para o futuro.

“O Centenário de Raúl Prebisch” é nostálgicamente benjaminiano. Furtado rende homenagem àquele que exerceu provavelmente a maior influência em sua vida. Mas discretamente, como é de seu feitio, quase escondendo a emoção. Revê os dias iniciais da Cepal, em Santiago do Chile, onde se localizaria até o golpe militar que derrubou Salvador Allende, à época da empreitada política mais audaciosa da América Latina, juntamente com Cuba, forjando uma efervescência cultural que iluminou todo o continente. Naquela Santiago suave, aos pés do monumento dos Andes, onde o futuro parecia se desenhar, um pequeno grupo – todo o staff da Cepal, em 1948, não passava de dez funcionários – lutava contra o já poderoso império norte-americano, legitimado pela vitória na Segunda Guerra Mundial. A liderança brasileira, com Vargas, foi decisiva para evitar o sufocamento da Cepal, em seus dias iniciais, pelos EUA, que já controlavam a Organização dos Estados Americanos, verdadeiro “ministério das colônias” norte-americano. Lição que o novo presidente ou os ainda presidenciáveis devem aprender.

O economista argentino aparece com a aura de um refinado cavalheiro, aristocrático – tinha uma das maiores adegas de Santiago do Chile, num país produtor de excelentes vinhos –, heterodoxo, rebelde e... republicano. Permito-me reproduzir a lição de ética de Raúl Prebisch, citada por Furtado como resposta à sua indagação sobre por que não conseguira um bom emprego depois de sua demissão da direção do Banco Central argentino: “Que emprego? Eu havia sido durante anos diretor-presidente do Banco Central, conhecia a carteira de todos os bancos, pois havia

ajudado a saneá-los, a ponto de poder administrar o redescuento pelo telefone. Quando me demitiram, muitos grandes bancos me ofereceram altas posições, mas como podia colocar meus conhecimentos a serviço de um se estava ao corrente dos segredos de todos? Preferi reduzir meu padrão de vida ao de um professor, o que não era muito”.

Essa também é a ética de Furtado. Ninguém nunca o viu oferecendo seu conhecimento das entranhas do Estado brasileiro ao setor privado, tendo sido ministro de Estado por duas vezes, diretor do BNDE e superintendente da Sudene. Que diferença com a promiscuidade de hoje, a venda de informações, o mapa da mina das privatizações, a formação de fortunas repentinas, a geração de novos banqueiros ex-funcionários!

O último capítulo seja talvez o mais inesperado. “O Que Devemos a Euclides da Cunha” – celebra o centenário do livro que Furtado considera a mais importante contribuição para o conhecimento do Brasil –, revela um autor dominando uma vasta paisagem que inclui o melhor da literatura brasileira. O que ajuda a responder a uma indagação, que correu mundo quando Furtado foi ministro da Cultura no governo Sarney: por que aceitara aquela função? Por sobre o anacronismo do estilo euclidiano, vazado num cientificismo positivista e numa antropologia de fatura colonialista, Furtado recupera o que houve de inovador na abordagem euclidiana: nasce uma interpretação, anti-racista, que aposta nas “raças tristes” como portadoras de futuro. Essa virada fará escola com os “demiurgos” da geração de 30, Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda. Seu próprio itinerário é euclidiano: do meio da escória da teoria do comércio internacional de extração ricardiana, e malbaratamento neoclássico, Furtado faz sair uma interpretação original, em que se combinam história e teoria.

Resumir este pequeno grande livro teria a desvantagem da mera repetição que não pode competir com o original. Tratei apenas de apontar aos leitores seus principais pontos. Não há, propriamente, nada de novo no livro de Furtado. O que ele mais provoca é espanto, com sua atualidade e com a atualização do autor, que incorpora novos autores que não estavam em seus textos clássicos, ampliando seu horizonte de observações e elaborações, trabalhando com mestria as conexões de sentido entre campos aparentemente tão distintos. Quando esta resenha for publicada, os candidatos ao segundo turno já estarão se preparando para enfrentar um novo e definitivo julgamento das urnas. Mas é então que será preciso ler este livro. A cidadania e a democracia brasileira precisam dele.

**Francisco de Oliveira**

(publicado originalmente na *Folha de S. Paulo*, 12/10/02)



## A fome mundial

"Há hoje no mundo 840 milhões de pessoas subnutridas, 95% delas vivem em países identificados como em desenvolvimento. Este número foi revelado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) durante a apresentação do informe anual, em 16 de outubro último. Segundo os dados, 30 milhões de pessoas morrem por ano devido à má distribuição mundial de alimentos. Uma vergonha coletiva.

A Cúpula Mundial de Alimentação, que aconteceu em Roma, em 1996, encerrou-se com o objetivo de reduzir à metade o número de pessoas que sofrem de má-nutrição até 2015. O que indigna não é que isto terá de ser adiado para 2050 (se tudo continuar como está agora), mas que o objetivo será atingido na data prevista porque as pessoas estão morrendo.

A pobreza é a maior responsável pela fome em um mundo de abundâncias. Não há escassez de alimentos; há escassez de vontade para solucionar o problema. Outras causas da fome são as secas e as inundações (cada vez mais extremas e freqüentes pela mudança climática) e as turbulências políticas, sociais e econômicas.

Os conflitos armados são uma das causas mais comuns de insegurança alimentar. Entre 2001 e o início de 2002, foram provocadas situações de emergência alimentar em 15 países. Na República Democrática do Congo, martirizada pela guerra, o número de pessoas subnutridas triplicou em um ano. No Afeganistão, desde que os Estados Unidos iniciaram sua cruzada o número de pessoas que passam fome aumentou em mais de dois milhões.

A expectativa de vida de um recém-nascido nos países mais pobres é de 38 anos. Uma em cada sete crianças nascidas nos países onde a fome é extrema morrerá antes de completar cinco anos. Por ano, seis milhões de crianças menores de cinco anos morrem por falta de alimentos e nutrientes essenciais. A sensação de fome é tão cruel que chegam a comer terra para tentar recheiar o vazio do estômago.

A FAO calcula uma inversão adicional de 24 milhões de dólares por ano para acelerar o progresso na redução da fome e conseguir o objetivo da Cúpula Mundial de Alimentação. Após os atentados de 11 de setembro, os Estados Unidos aprovaram um orçamento em armamento recorde: 379 bilhões de dólares. Cada dia morrem mais de 25 mil pessoas de fome e as ajudas não crescem; se reduzem. (...)"

Christian Selles

Agencia de Información Solidaria



Revista Teórica, Política e de Informação

Fundador e Diretor: João Amazonas (1912-2002)

Editores: Adalberto Monteiro, José Carlos Ruy e Pedro de Oliveira

Comissão Editorial: Adalberto Monteiro, Augusto César Buonicore, Edvar Luiz Bonotto, José Carlos Ruy, Olival Freire Jr. e Pedro de Oliveira

Conselho Editorial: Adalberto Monteiro, Aldo Arantes, Aldo Rebelo, Altamiro Borges, Ana Maria Rocha, Bernardo Joffily, Carlos Pompe, Clóvis Moura, Haroldo Lima, Jô Moraes, José Carlos Ruy, José Reinaldo Carvalho, Loreta Valadares, Luis Fernandes, Luiz Manfredini, Madalena Guasco, Nereide Saviani, Olival Freire Jr., Olívia Rangel, Pedro de Oliveira, Raul Carrion, Rogério Lustosa (1943-1992), Sívio Costa, Umberto Martins e Walter Sorrentino

Secretário de Redação: Edvar Luiz Bonotto - correio eletrônico: revista.principios@terra.com.br

Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira

Projeto Gráfico: Gilberto Maringoni

Diretor de Produção e Comercial: Divo Guisoni

Administração: Zandra de Fátima Baptista

Departamento de Circulação: Cláudia de Medeiros

Editoração Eletrônica: Marília Rodella Oliveira

PRINCÍPIOS é uma publicação da Editora Anita Garibaldi

R. Mons. Passalacqua, 158 - 01323-010 - São Paulo - SP

Tel.: (011) 289-1331 e 3266-4312 - anita.garibaldi@uol.com.br

A revista PRINCÍPIOS aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério de seu Conselho Editorial, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica um compromisso da revista com o seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15 laudas (1 lauda = 1400 caracteres). Artigos maiores dependerão de um aceite prévio da Comissão Editorial. Os artigos devem ser enviados em três vias e em disquete (Word for Windows). Os originais não serão devolvidos. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

PONTOS DE VENDA: SÃO PAULO: R. Condessa de Joaquim, 272 - fone 3107-3093; FNAC: Praça dos Omegas, 34 - fone 3815-1099; Banca GV: Av. Nove de Julho, 2029 - fone 284-3726; Banca do Estádio: Viaduto Nove de Julho, 185 - fone 231-3458; EDUSP: fone 3818-4008; Emporium Cultural Vergueiro: Rua Vergueiro, 1877 - fone 5571-8671; Banca Ana Rosa: Av. Cons. Rodrigues Alves, 20 - fone 5571-4304; Banca Paulista: Av. Paulista, 1948 - fone 288-8241; Banca Paraíso: Rua Rafael de Barros, 86 - fone 3889-8416; Banca Central: Pça. Pres. Castelo Branco, 44 - fone 4057-2043; Banca Sívio Romero: Pça. Sívio Romero, 18 - fone 6941-6908; Banca Liberdade: Pça. da Liberdade, 84 - fone 3104-9408; CPV: Rua São Domingos, 224 - fone 3104-7995; ACRE: Rua Rio Grande do Sul, 65 - fone 244-1406; MACEIO: Rua Saldanha da Gama, 148A - fone 326-4441; MANAUS: Rua Luis Antony, 762 - fone 822-1682; MACAPÁ: Rua Jovino Dinor, 2510 - fone: 241-4450; BAHIA: Rua do Salete, 330 - fone 328-6828; FORTALEZA: Av. Universidade, 3199 - fone 281-9217; BRASÍLIA: SDS Conj. Baracá, bl F, salas 501/503 - fone: 224-0491; VITÓRIA: Rua Prof. Baltazar, 152 - fone 3222-8162; GOIÂNIA: Rua 232, 50 - fone 224-6372; Banca do SESC: Av. Universitária, esq c/rua 260; Banca Universitária I: Av. Universitária, 1140; Banca Universitária II: Pça. Universitária, Qd 62 - fone 261-4335; Banca do Dy: Rua 09, 574 - fone 225-7920; L e R Revistaria Hoje: Goiânia Shopping, Av. T-10-Setor Bueno. SÃO LUIS/MA: Rua da Viração, 118 - fone 221-4556; MINAS GERAIS: Rua Bias Fortes, 1097 - fone 3291-6766; CAMPO GRANDE: Rua Artur Jorge, 1256, bl D/Ap. 02 - fone 721-1390; CUIABÁ: Rua Luis Carlos Pinheiros, 323 - fone 321-2833; BELÉM: Av. Gentil Bittencourt, 2484 fone 269-3430; JOÃO PESSOA: Rua Desembargador José Peregrino, 322 - fone 221-8325; RECIFE: Rua Bispo Cardoso Ayres, 101 - fone 3231-2038; Livromagazine: Av. Conde da Boa Vista, 688 - fone 231-0036; Livraria Modelo (Shopping Center Recife): fonelax 465-5919; Shopping Tacaruna: fonelax 421-6460 e Shopping Guararapes: fonelax 468-4426; Livraria Imperatriz: Shopping Tacaruna - fone 421-6667 e Shopping Guararapes - fone 464-2424; Livraria Síntese: R. do Riachuelo, 202 - fone 221-4044; Livraria Potylivros: Av. Conde da Boa Vista, 1413 - fone 423-1100; Livraria Sodiler: Aeroporto dos Guararapes - fone 326-0883; Bazar 494: R. da Hora, 456 - fone 241-9842; Livraria 1001 Livros: R. do Príncipe, 410 - fone 221-2270; Banca Globo I: Av. Guararapes - fonelax 224-0317; Banca Destaque: Av. Conde da Boa Vista, 814 - fone 222-0799; Box Viva Ler: Shopping Boa Vista, quiosque 132; Senhor Martins: Pátio de São Pedro, 25 - fone 424-1366; TERESINA: Rua Eliseu Martins, 1673 - fone 221-2635; CURITIBA: Av. Vicente Machado, 18/Conj. 503 - fone 232-5785; RIO DE JANEIRO: Rua Rodrigo Silva, 06 - fone 2533-7303; NATAL: Rua Vaz Godin, 86 - fone 211-8412; Cigarreira Tio Patinhas: Av. Rio Branco, 682A - fone 222-0760; Cigarreira o Revistão: Rodoviária - fone 231-2765; Cigarreira Calçadão: Centro; Cooperativa Cultural da UFRN: Centro de Convivência - Campus Universitário; PORTO VELHO: Rua 15/220 Conj. Parque Buritis - fone 981-6545; BOA VISTA: Av. Mario Homem de Melo, 1081 - fone 224-2107; PORTO ALEGRE: Rua Cristóvão Colombo, 950 - fone 3228-2154; FLORIANÓPOLIS: Pça Oliveira, 18 Sobreloja 3 - fone: 3025-4227; ARACAJU: Rua Simão Dias, 642 - fone 211-2218; Banca São Francisco: Pça. Olímpio Campos; Banca Ponte do Imperador: Pça. Fausto Cardoso, Centro, fone 224-9516; Livraria Escaniz: Shopping Jardins II, 81/83; Livraria Universitária: Didática I (UFS); Livraria Minuano: Didática II (UFS); GURUPI/TO: Rua Alicante, 376 - fone 712-2479.





**Assine a revista  
que há mais de duas décadas  
defende o Brasil e o socialismo**

**Promoção válida até 31/01/2003**

- 1) assinatura anual ou especial – brinde: livro**  
*Socialismo e juventude* (Che Guevara) ou *Para entender e combater a Alca*
- 2) assinatura bianual – brinde: uma camiseta bordada + livro**  
*Socialismo e juventude* (Che Guevara) ou *Para entender e combater a Alca*

- Assinatura bianual (8 edições) a partir do nº \_\_\_\_\_ R\$ 55,00
- Assinatura anual (4 edições) a partir do nº \_\_\_\_\_ R\$ 30,00
- Assinatura especial (9 edições: 5 passadas e 4 próximas) a partir do nº \_\_\_\_\_ R\$ 45,00

Nome \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_

Bairro \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_

Cidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_

Fone \_\_\_\_\_ Profissão \_\_\_\_\_ e-mail \_\_\_\_\_

**Forma de pagamento:**

- Cheque nominal à Editora e Livraria Anita Ltda. Valor R\$ \_\_\_\_\_
- Depósito em conta. Banco Itaú, agência 0251, c/c 48.678-3 (enviar comprovante)
- Cartão Credicard ou Visa n.º \_\_\_\_\_ código de segurança \_\_\_\_\_
- validade \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Data \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ \_\_\_\_\_  
assinatura do cliente



# Fórum Social Mundial

## Um outro mundo é possível

O 3º Fórum Social Mundial, que se tornou um importante espaço da luta antiimperialista e pela paz mundial, acontece em Porto Alegre nos dias 23 a 28 de janeiro de 2003.

Em meio à sua diversidade, esta terceira edição do evento discutirá os caminhos para a resistência contra as agressões do imperialismo aos povos e para a construção de um mundo que supere o neoliberalismo.

Um outro mundo, socialista, é possível!

